

Daniel Mazzaro Vilar de Almeida

# ***Seja como for e sea como fuere:* marcadores discursivos?**

Uma análise do uso dessas expressões em artigos  
de opinião brasileiros e argentinos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos (Linguística do Texto e do Discurso).

**Área de Concentração:** Linguística do Texto e do Discurso

**Linha de Pesquisa:** Textualidade e Textualização em Língua Portuguesa

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Janice Helena Chaves Marinho

Belo Horizonte

Faculdade de Letras da UFMG

2011

A447s

Almeida, Daniel Mazzaro Vilar de.

Seja como for e sea como fuere : marcadores discursivos? [manuscrito] : uma análise do uso dessas expressões em artigos de opinião brasileiros e argentinos / Daniel Mazzaro Vilar de Almeida. – 2011.

116 f., enc.

Orientadora: Janice Helena Silva de Resende Chaves Marinho.

Área de concentração: Lingüística do Texto e do Discurso.

Linha de pesquisa: Textualidade e Textualização em Língua Portuguesa.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 96-99.

Anexos: f. 100-115.

1. Análise do discurso – Teses. 2. Pragmática – Teses. 3. Língua portuguesa – Análise do discurso – Teses. 4. Língua espanhola – Análise do discurso – Teses. 5. Lingüística textual – Teses. 6. Discurso jornalístico – Teses. I. Marinho, Janice Helena Silva de Resende Chaves. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD : 418

Dissertação intitulada *Seja como for e sea como fuere: marcadores discursivos? Uma análise do uso dessas expressões em artigos de opinião brasileiros e argentinos*, defendida por DANIEL MAZZARO VILAR DE ALMEIDA em 27/06/2011 e aprovada pela Banca Examinadora constituída pelas Professoras relacionadas a seguir:

---

**Dra. Janice Helena Silva de Resende Chaves Marinho – UFMG**  
**Orientadora**

---

**Dra. Nilza Barrozo Dias – UFJF**

---

**Dra. Helcira Maria Rodrigues de Lima – UFMG**

Ame  
Seja como for  
Sem medo de sofrer  
Pintou desilusão  
Não tenha medo não  
O tempo poderá lhe dizer  
Que tudo  
Traz alguma dor  
E o bem de revelar  
Que tal felicidade  
Sempre tão fugaz  
A gente tem que conquistar

*(Paulinho da Viola / Elton Medeiros)*

**Àqueles que descobriram que nem tudo é tão fácil como gostariam que fosse e nem  
tão difícil como acham que é.**

# AGRADECIMENTOS

“Mas você - eu não posso e nem quero explicar - eu agradeço.”  
*Clarice Lispector*

À Professora Doutora Janice Helena Chaves Marinho, por ser uma orientadora tão crítica, e por me fazer crescer no âmbito acadêmico.

Ao meu pai, que me leva a ser calmo.

À minha mãe, que me leva a ser forte.

À união entre meu pai e minha mãe, porque é dela que nasci e é nela que aprendi a dar os primeiros passos no caminho de ser quem sou e nela aprendi também a me amar.

Ao meu irmão Augusto, que me leva a ser persistente (ou não!).

À Professora Doutora Helcira Maria Rodrigues de Lima, por toda contribuição naquele, neste e no próximo projeto.

Al Profesor Doctor Eduardo Tadeu Roque Amaral, que no se cansa de ser mi amigo y compañero.

A la Profesora Doctora Elzimar Goettenauer Marins da Costa, por ser mi refugio del español en la UFMG.

Aos meus amigos, com os quais cultivo uma paixão inexplicável: Marcelo Matoso, Camila Franco, Danielle Menezes, Gabriela Emediato, Luiza Andrade, Bruno Alberto, Yuri Amorim, Mariza Moura, Lucas Ferreira, Luiza Santana, Paula Graciele e Edy Gonçalves.

Ao Marcelo Matoso novamente porque ele teve uma enorme paciência para ler Rossari comigo e sem mim, além de ter me aturado na casa dele alguns sábados. *Quoi qu'il en soit*, lhe agradeço porque ele é *poporó* e sabe muito bem disso!

Aos colegas de caminhada do Pós-Lin, pelos sonos compartilhados, pelas risadas quase sempre nervosas e principalmente pela cumplicidade.

Ao Rodrigo de Jesus, por ter me proporcionado um grande conforto por quase todo o caminho do mestrado.

Ao Daniel, pela atenção e pelo apoio nesse momento tão tenso do final do trabalho.

À Marisa de Lima Rodrigues, por me ouvir e me fazer enxergar que eu preciso sempre buscar o caminho da felicidade.

A Mariana Graupera por la gran dirección en la lectura de los artículos de opinión en español.

Àqueles que não cabem nessa página, mas estão sempre comigo de alguma forma: familiares, colegas e conhecidos.

**Muito obrigado!**

## RESUMO

A presente pesquisa tem como principal objetivo analisar em que medida a expressão de língua portuguesa “seja como for” e a de língua espanhola “sea como fuere” podem ser consideradas marcadores discursivos, ou seja, em que medida tais expressões significam uma relação que se estabelece entre unidades linguísticas e contextuais. Inicialmente, buscou-se rever as abordagens desses elementos linguísticos, em teorias do campo da Pragmática e do discurso, para, posteriormente, levantar suas propriedades gramaticais e pragmáticas. Em seguida, por meio da aplicação de testes visando à detecção de suas propriedades sintáticas, verificou-se a possibilidade de “seja como for” e “sea como fuere” pertencerem ao grupo dos marcadores discursivos, a partir de seu uso em artigos de opinião escritos brasileiros e argentinos. Finalmente, analisando sua atuação no estabelecimento de relações semântico-pragmáticas entre os segmentos que conectam, examinou-se o impacto que essas expressões causam na interpretação dos textos em que se encontram.

## RESUMEN

La presente investigación tiene como principal objetivo analizar en qué medida la expresión de lengua portuguesa “seja como for” y la de lengua española “sea como fuere” pueden considerarse marcadores discursivos, o sea, en qué medida esas expresiones significan una relación que se establece entre unidades lingüísticas y contextuales. Inicialmente, se buscó rever los abordajes de esos elementos lingüísticos, en teorías del campo de la Pragmática y del discurso, y, posteriormente, levantar sus propiedades gramaticales y pragmáticas. En seguida, por medio de la aplicación de tests visando a la detección de sus propiedades sintácticas, se verificó la posibilidad de que “seja como for” y “sea como fuere” pertenezcan al grupo de los marcadores discursivos, a partir de su uso en artículos de opinión escritos brasileños y argentinos. Finalmente, analizando su actuación en el establecimiento de relaciones semántico-pragmáticas entre los segmentos que conectan, se examinó el impacto que esas expresiones causan en la interpretación de los textos en que se encuentran.

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO 1: DENOMINAÇÕES, DEFINIÇÕES E TEORIAS</b>	<b>14</b>
<b>1.1- INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>1.2- MARCADORES DO DISCURSO E CONECTORES</b>	<b>19</b>
<b>1.3- OS CONECTORES E A PRAGMÁTICA</b>	<b>27</b>
1.3.1- Os conectores e a Argumentação	32
1.3.2- Os conectores e a Relevância	34
1.3.3- Os conectores e o Modelo de Análise Modular	37
<b>1.4- RESUMO</b>	<b>40</b>
<b>CAPÍTULO 2: “SEJA COMO FOR” E “SEA COMO FUERE”: CONECTORES?</b>	<b>44</b>
<b>2.1- INTRODUÇÃO</b>	<b>45</b>
<b>2.2- O <i>CORPUS</i></b>	<b>46</b>
<b>2.3- ANÁLISE TEÓRICA</b>	<b>49</b>
2.3.1- Propriedades sintáticas	49
2.3.2- Focalização	52
2.3.3- Mobilidade	54
2.3.4- Presença de modificador e especificador	56
2.3.5- Negação	59
2.3.6- Interrogação	60
<b>2.4- CONCLUSÃO</b>	<b>61</b>
<b>CAPÍTULO 3: QUAL É O IMPACTO DE “SEJA COMO FOR” E “SEA COMO FUERE” NA INTERPRETAÇÃO DO TEXTO?</b>	<b>62</b>
<b>3.1- INTRODUÇÃO</b>	<b>63</b>
<b>3.2- O TESTE DO “SINÔNIMO”</b>	<b>63</b>
<b>3.3- A REFORMULAÇÃO E SEUS CONECTORES</b>	<b>65</b>
<b>3.4- ANÁLISE CONTEXTUAL DO <i>CORPUS</i></b>	<b>76</b>
3.4.1- Artigos de opinião brasileiros	77
3.4.1.1- <i>Mente fértil</i>	77
3.4.1.2- <i>Também, pudera</i>	79
3.4.1.3- <i>Política sinistra</i>	81
3.4.1.4- <i>Partidos de massa</i>	83



3.4.2- Artigos de opinião argentinos	85
3.4.2.1- <i>La destrucción de nuestros suelos</i>	85
3.4.2.2- <i>Veda y recogimiento</i>	87
3.4.2.3- <i>La peste que humaniza</i>	88
3.4.2.4- <i>Extorciones de un monarca</i>	90
3.5- RESUMO	92
CONCLUSÃO	93
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96
ANEXOS	100

# INTRODUÇÃO

Eu não vejo a hora de pegar a estrada  
Sair da cidade e ver outras pessoas  
E outro lugar eu me lembro de você  
Em cada esquina em cada música  
Que toca em todos os sinais

Seja como for  
Eu já nem lembro mais,  
Seja como for  
Já ficou pra trás  
Seja como for  
Eu não penso  
Em mais nada, nada nada mais  
Mais nada, nada nada mais

*(Seja como for, Vinny)*

Quando um falante quer construir um discurso em um tempo e em um espaço determinados, deve realizar um processo de elaboração prévia no qual os conceitos mentais que quer comunicar devem ser convertidos em signos linguísticos; entre essas unidades linguísticas se estabelecem relações sintáticas, semânticas e pragmáticas que configuram a base dos enunciados, unidades intencionais de comunicação, representados ou não por orações. Estes enunciados se concatenam para formar unidades superiores – intervenções, intercâmbios e sequências – até configurar o discurso completo<sup>1</sup>.

Essa visão discursiva da língua é uma das teorias que vem sendo desenvolvida desde que as primeiras publicações distinguiram *texto* de *sucessão de orações*. A partir dessa visão, proliferaram-se estudos que tentam determinar as estruturas e organização do discurso, assim como as teorias semânticas e pragmáticas que intervêm em sua construção.

Dentre as correntes que se ocupam disso destaca-se a Linguística Textual (LT). Adam (2008) o confirma quando explica que a LT tem como papel teorizar e descrever os encadeamentos de enunciados elementares no âmbito da unidade de grande complexidade que constitui um texto e tem como tarefa detalhar as ‘relações de interdependência’ que fazem de um texto uma ‘rede de determinações’. Logo, a LT concerne tanto à descrição e à definição das diferentes unidades como às operações, em todos os níveis de complexidade, que são realizadas sobre os enunciados (ADAM, 2008, p. 63).

Uma das operações de textualização que ultimamente tem chamado a atenção de diversos estudiosos, inclusive a nossa para a realização do presente trabalho, é a **conexão**, que consiste na construção de unidades semânticas e de processos de continuidade pelos quais se reconhece um segmento textual (ADAM, 2008, p. 63-64).

A pesquisa que realizamos tem origem numa observação, inicialmente simples, de expressões fixas por vezes usadas em contextos que parecem conectar segmentos discursivos, mas que não figuram nas gramáticas tradicionais, como o nosso “objeto de estudo” *seja como for*. Essa expressão, em uma análise superficial, nos chamou a atenção pelo fato de normalmente estar presente entre vírgulas (ou encabeçando um parágrafo e seguida de vírgula), ser constituída por um verbo que, aparentemente, não constitui uma oração e por, nem sempre, indicar claramente o modo ao qual o pronome *como* faz referência, como se pode ver no seguinte artigo de opinião da Folha de São Paulo do dia 15 de outubro de 2008:

Nelson Rodrigues dizia que, se todos conhecessem a intimidade sexual uns dos outros, ninguém cumprimentaria ninguém. Onde não é boa

---

<sup>1</sup> Consideramos neste trabalho o discurso desde o ponto de vista da Linguística Textual, já que nosso estudo se detém mais à materialidade textual que aos seus elementos socioculturais.

política que, numa campanha eleitoral, um candidato se sente em cima do próprio rabo e fale do rabo alheio.

O que vai dito acima não se refere à estratégia da candidatura de Marta Suplicy para desmerecer a de Gilberto Kassab pela Prefeitura de São Paulo, perguntando se ele é casado e tem filhos -mas a algo ainda mais imoral que está acontecendo no Rio: a distribuição de panfletos apócrifos e ofensivos ao candidato do PV à prefeitura carioca, Fernando Gabeira, acusando-o de homossexual, drogado e ateu.

É chocante que, nas duas maiores cidades brasileiras, no século 21, partidos que se pretendem modernos ressuscitem práticas que ficariam melhor em eleições nos cafundós e grotas da República Velha. No caso de São Paulo, é de se perguntar se os milhares de eleitores petistas também solteiros e sem filhos não se sentirão respingados pela malícia abjeta da pergunta que seu partido pôs no ar.

Como moro no Rio, não tive o desprazer de ouvir a gravação, mas, pelo que me contaram, pode-se perceber a lascívia escorrendo pela boca encharcada do locutor, misturada com o veneno. **Seja como for**, essa peça de campanha faz parte da propaganda oficial do PT. Sabe-se quem a criou e quem a autorizou.

No Rio, os panfletos são anônimos, embora sua assinatura esteja apenas oculta por eclipse. Devem ser da mesma autoria de quem inoculou propaganda política a favor do candidato Eduardo Paes nos telões do Maracanã (que pertence ao Estado), no domingo último, ou de quem requisitou ao Secretário Estadual de Segurança a ficha policial de um militante de Gabeira. A carruagem ameaça reverter a abóbora antes da meia-noite.<sup>2</sup>

A vontade de pesquisar essa expressão crescia a cada texto lido em que aparecia, a cada vez que era pronunciada por algum professor, vizinho, amigo ou parente. No entanto, a certeza de tomá-la como foco nos estudos da pós-graduação veio quando nos deparamos com a expressão espanhola *sea como fuere*, de morfologia semelhante e, à primeira vista, também semelhante nos níveis sintático, semântico e pragmático, mas com um agravante deliciosamente peculiar: o Futuro do Subjuntivo, nessa língua, é um tempo verbal já em desuso, o que nos inculcou ainda mais “*unas ganas*” de pesquisar a expressão. E, após um primeiro contato com algumas das obras de Corinne Rossari, como *Les opérations de reformulation: analyse du processus et des marques dans une perspective contrastive français-italien*, na qual é desenvolvida uma análise contrastiva dos conectores reformulativos do francês e do italiano, amadurecemos a ideia de realmente aprofundar a análise da expressão portuguesa *seja como for* também sob o enfoque contrastivo.

Observados esses fatos, decidimos transformar essas dúvidas iniciais e essas observações um pouco informais em uma dissertação de mestrado que tivesse como objetivo

---

<sup>2</sup> CASTRO, Ruy. De volta aos cafundós. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 out. 2008. Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1510200805.htm>> Acessado em: 01 abr. 2010.

principal responder à seguinte pergunta: são, de fato, conectores as expressões *seja como for* e *sea como fuere*?

Começamos a trabalhar com a hipótese de que sim, são exemplos de conectores, embora nem todos os pesquisadores do texto e do discurso deem o mesmo nome tanto à conexão de unidades semânticas como aos elementos envolvidos na conexão. Isso, no entanto, não nos parece um impedimento, já que estudiosos analisaram expressões que outrora não eram consideradas como unidades linguísticas que condicionam o processamento do discurso, como por exemplo, “só que” (LONGHIN, 2003) e “sendo que” (FRANCO, 2006).

Apesar de seguir caminhos diferentes dos seguidos por Longhin (2003) e Franco (2006), propomo-nos a pesquisar em que medida a expressão portuguesa *seja como for* e a espanhola *sea como fuere* significam uma relação que se estabelece entre unidades linguísticas e contextuais e que impacto interpretativo elas causam em artigos de opinião. A escolha desse gênero se deve ao fato de que, por sua composição linguístico-discursiva, seja mais propenso em apresentar elementos de conexão para evitar interpretações quaisquer por parte dos leitores, já que os conectores, *grosso modo*, têm a função de assinalar de maneira explícita com que sentido vão encadeando-se os diferentes fragmentos oracionais do texto para, dessa maneira, ajudar o receptor do texto guiando-o no processo de interpretação (MONTOLÍO, 2001).

Para tanto, precisamos de uma teoria consistente sobre conexão discursiva que nos ajude a compreender esse fenômeno. Portanto, no primeiro capítulo, traçamos um breve histórico dos estudos desses elementos conectivos e também um resumo metodológico baseado em teorias do campo da Pragmática que desenvolveram estudos sobre marcadores discursivos e conectores. Nossa finalidade nesse momento não é apenas o de definir um conceito de conector a ser empregado para a análise – mesmo porque não existe um consenso terminológico, como os citados *conector* e *marcador discursivo* – mas também o de melhor vislumbrar o fenômeno da conexão.

No capítulo seguinte, aplicamos algumas das características sintáticas atribuídas aos elementos conectivos enumeradas no primeiro capítulo a artigos de opinião retirados de dois grandes jornais: *Folha de São Paulo* e *La Nación*. Apesar de os conectores não serem definidos por características sintáticas, já que procedem de diferentes classes gramaticais e sua função supera o âmbito estritamente gramatical, os aspectos sintáticos dificilmente podem ser separados de considerações semânticas ou pragmáticas. Na verdade, como afirma Llamas Saíz (2010, p. 205), “em muitos casos observa-se constantemente que a incidência semântica de alguns marcadores tem seu correlato em um comportamento formal específico”. Além

disso, nesse segundo capítulo, apresentaremos o motivo pelo qual escolhemos para a pesquisa o gênero textual artigo de opinião.

No terceiro capítulo, passamos para a verificação da atuação dessas expressões no *corpus* selecionado tomando como base um breve teste de sinônimo feito com falantes nativos de português e espanhol. Em seguida, analisamos os possíveis impactos de *seja como for* e *sea como fuere* na inferência de alguns artigos de opinião.

Finalmente, na conclusão, fazemos um breve apanhado dos resultados obtidos nos capítulos anteriores.

# CAPÍTULO 1

## DENOMINAÇÕES, DEFINIÇÕES E TEORIAS

De acuerdo a Greimas, el texto es un enunciado, sea gráfico o fónico, que nos permite visualizar las palabras que escuchamos que es utilizado para manifestar el proceso lingüístico. Mientras Hjelmslev usa ese término para designar el todo de una cadena lingüística ilimitada. En lingüística no todo conjunto de signos constituye un texto. Se relaciona estrechamente con el discurso, puesto que éste es la emisión concreta de un texto, por un emisor determinado, en una situación de comunicación determinada. No puede haber discurso sin un texto que lo sustente; por lo tanto, debe tenerse en cuenta que lo que se postula sobre los textos bien vale para los discursos.

Sea como fuere, el texto es la forma de comunicación más común y la forma básica de expresión. La lengua escrita intenta recrearla mediante las grafías y los signos de puntuación, pero no siempre lo consigue.

(José Mario Horcas Villarreal)

## 1.1- INTRODUÇÃO

Os estudos direcionados a marcadores discursivos (doravante MDs) e conectores têm aumentado bastante na área textual com a mudança de foco da estrutura do texto para seus aspectos discursivos. A partir dos avanços da semântica, da pragmática e da análise do discurso, observa-se uma tendência a ultrapassar o estudo limitado às estruturas gramaticais da oração e a estender ao texto, já que é nele que o estudo gramatical encontra sua atualização e seu “sentido” (VEZ, 2000, p. 149). No entanto, *texto* nunca foi definido de forma unânime.

Fazendo um breve histórico do conceito de texto, Bentes (2001) identifica três fases. A primeira dedicou-se a uma análise transfrástica e à elaboração de gramáticas textuais. Segundo os estudiosos da época, as propriedades definidoras de um texto estariam expressas principalmente na forma de organização do material linguístico. Existiriam, então, textos (sequências linguísticas coerentes em si) e não-textos (sequências linguísticas incoerentes em si). A clara ênfase no aspecto material e/ou formal do texto fez com que sua definição se baseasse em três princípios básicos: texto é uma sequência coerente e consistente de signos linguísticos; é delimitado por interrupções significativas na comunicação; e possui *status* de maior unidade linguística. Logo, considerava-se texto como uma unidade linguística superior à frase, uma estrutura acabada e pronta, como produto de uma competência linguística social e idealizada. O texto era visto como o elemento primeiro de pesquisa, sem que se considerasse o fato de que ele não existe fora de sua produção ou de sua recepção.

Na segunda fase, contudo, o texto é visto sob outra ótica e passa-se a considerar suas condições de produção e de recepção. Com isso, o texto não é mais uma estrutura acabada (um produto), e sim parte de atividades mais globais de comunicação, ou seja, compreende-se o texto no seu próprio processo de planejamento, verbalização e construção. Três eixos são os que permeiam o conceito de texto nesta fase: (a) *a produção textual é uma atividade verbal*, ou seja, os falantes, ao produzirem textos, estão praticando ações, atos de fala, o que ocasiona enunciados dotados de certa força, que irão produzir no interlocutor determinado(s) efeito(s), ainda que não seja(m) aquele(s) que o locutor visava; (b) *a produção textual é uma atividade verbal consciente*, pois é por meio dessa atividade intencional que o falante dará a entender seus propósitos, sempre levando em conta as condições em que tal atividade é produzida, isto é, o sujeito sabe o que faz, como faz e com que propósitos faz; (c) *a produção textual é uma atividade interacional*, na qual os interlocutores estão



obrigatoriamente, e de diversas maneiras, envolvidos nos processos de construção e compreensão de um texto.

Levando em consideração as contribuições das fases anteriores, os estudiosos da terceira fase afirmam que sempre teremos à nossa disposição mais de uma definição de texto ou daquilo que se postula ser o objeto da Linguística Textual (LT). Assim, importa escolher aquelas definições que compartilhem pressupostos teóricos e que sejam passíveis de serem reconhecidas como estabelecendo relações de proximidade e complementaridade. O texto passa a ser visto como uma manifestação verbal constituída de elementos linguísticos selecionados e ordenados pelos falantes durante a atividade verbal, de modo a permitir aos parceiros, na interação, não apenas a apreensão de conteúdos semânticos, em decorrência da ativação de processos e estratégias de ordem cognitiva, mas também a interação (ou atuação) de acordo com práticas socioculturais. Com isso, a LT se torna o estudo das operações linguísticas e cognitivas reguladoras e controladoras da produção, construção, funcionamento e recepção de textos escritos ou orais. Ela trata o texto como um ato de comunicação unificado num complexo universo de ações humanas, e deve preservar a organização linear que é o tratamento estritamente linguístico, abordado no aspecto da coesão, além de considerar a organização reticulada ou tentacular, não linear (níveis do sentido – aspectos semânticos – e intenções – funções pragmáticas).

Nas palavras de Costa Val (2004), há algum tempo chamava-se texto apenas os escritos que empregavam uma linguagem cuidada e se mostravam “claros e objetivos”. Hoje em dia, por outro lado, texto é qualquer produção linguística, falada ou escrita, de qualquer tamanho, que possa fazer sentido numa situação de comunicação humana, isto é, numa situação de interlocução. Assim, “nenhum texto tem sentido em si mesmo, por si mesmo; e todo texto pode fazer sentido numa determinada situação, para determinados interlocutores” (COSTA VAL, 2004, p. 113 - destaque da autora).

Uma das maneiras de alcançar o sucesso de que um texto possa fazer sentido é por meio de conexões entre as palavras, frases, orações e parágrafos (ou, como veremos mais adiante, por meio conexões de enunciados ou segmentos discursivos). Segundo Escandell (2006), um dos problemas que mais preocupou, primeiramente os gramáticos e filósofos, e em seguida os pragmaticistas, foi o de descrever o valor dos elementos de conexão entre orações. Enquanto alguns tomaram esses elementos como o ponto central que articula a teoria da razão, como no caso da conclusão que procede às premissas de um silogismo, outros se ocuparam de seu funcionamento e de seu valor nas línguas naturais.

Então, devido à diversidade de critérios adotados e às diferentes proposições metodológicas a partir dos quais se tem abordado o estudo dos MDs e dos conectores, como veremos a seguir, não se chegou a um acordo em questões básicas como a denominação e definição de seu conceito. Por isso, é possível encontrar termos como *marcadores conversacionais*, *marcadores de relação textual*, *operadores discursivos*, *marcadores de estruturação da conversação*, *apoios do discurso*, *enlaces extraoracionais*, *conectores discursivos*, *conectores pragmáticos*, *partículas pragmáticas*, *partículas discursivas*<sup>3</sup> etc. referindo-se, muitas vezes, aos mesmos elementos estudados e, além disso, os conceitos atribuídos a esses termos ora se identificam, ora se complementam.

Embora os conectores tenham, atualmente, um tratamento muito destacado, faz já algum tempo que despertaram interesse dos linguistas. Loureiro (2004) aponta que, nos estudos da língua espanhola, Antonio Nebrija, em sua gramática datada de 1492, já destacou a existência do que antes se chamavam partículas invariáveis do discurso. Nesse grupo, o gramático incluiu as classes de palavras já conhecidas desde a tradição da gramática latina, como conjunções, preposições, locuções prepositivas, entre outras, que estão inseridas na sintaxe oracional, mas que, em certos contextos, não se ajustam à função que lhes são atribuídas habitualmente no marco da sintaxe oracional.

Bello, em 1847, por outro lado, incluiu, nas partículas correspondentes aos advérbios e às conjunções, observações sobre certos valores não habituais que algumas unidades englobam. Como exemplo, temos a preposição *hasta*, cuja tradução ao português seria *até*:

Nesta preposição vemos outra daquelas palavras que, saindo de seu uso primitivo, se transformam em meros afixos ou partículas prepositivas: «*Até* as causas particulares se convertiam com frequência em assuntos políticos» (Gil e Zárate); onde qualquer um perceberá que *até* não faz o ofício de preposição, posto que serve somente para dar ao sujeito certa ênfase parecida à de *mesmo*, *inclusive* (*aun*, em espanhol). Da mesma maneira se diz: «*Até* insensato parece», antepondo-o a um predicado; «Desacertada e *até* lentamente se comportaram», antepondo-o a um advérbio; «*Até* dos seus se recata», «Correspondeu a tantos benefícios com ingratidão, e *até* com crueldade», antepondo-o a complementos; «Advertiu-lhe, difamou-lhe, e *até* deu-lhe golpes», a um verbo. (BELLO, 1847 - Tradução nossa)

Sua classificação das partículas baseia-se em uma espécie de “função enunciativa”.

---

<sup>3</sup> Inclusive, remetemos ao *Diccionario de partículas discursivas del español* (<http://dpde.es/>), um projeto encabeçado pelo investigador espanhol Antonio Briz e com participação de diversos estudiosos do assunto, como José Portolés, Estrella Montolío Durán e Salvador Pons Bordería.

Apenas no século XX se identificam certos elementos linguísticos que não se ajustam às classes gramaticais existentes e, pela primeira vez, se analisam as características destes elementos que apresentam usos discursivos, empregos enfatizadores, valores expressivos etc. Gili Gaya (1943) parece ser um dos primeiros a dar um nome a estes elementos: os *enlaces extraoracionais*, e os identifica a partir de certas propriedades, como sua veiculação com noções externas à relação de predicação oracional; seu caráter invariável; a heterogeneidade de sua entidade categorial gramatical (conjunções, frases conjuntivas, interjeições etc.); a versatilidade distribucional de muitos deles (ocupam a posição inicial, média ou final do segmento discursivo em que aparecem); sua contribuição ao estabelecimento da coerência e o alcance de uma pluralidade de valores semânticos, em combinação, frequentemente, com as características supra-segmentais adequadas (a entonação, sobretudo); o fato de poderem pertencer a registros diferentes (uns são mais próprios da modalidade escrita e outros da oral); o fato de chegarem a constituir meros apoios da elocução na fala coloquial; etc. (MARTÍN ZORRAQUINO & PORTOLÉS, 1999).

Podemos observar no caso da preposição *hasta/até* que, a partir das categorias e dos conceitos básicos da Gramática Latina (que se mantiveram nas Gramáticas Tradicionais), houve uma necessidade de revisão de elementos que ora se adequavam às explicações dadas à classe a que pertenciam e ora não. O mesmo olhar crítico de Bello (1847) levou Gili Gaya (1943) a definir os *enlaces extraoracionais* e também diversos outros profissionais da área da linguagem a dedicar-se aos estudos dessas partículas, como aqueles que as nomearam de *elementos periféricos*, já que ficam em uma posição mais marginal, em relação ao verbo, do que os adjacentes centrais, como no par de exemplos abaixo:

[1] O dia está **claro**, não é?

[2] **Claro**, eu venho amanhã.

Em [1], **claro** se conecta à palavra *dia* através do verbo *estar*, ao contrário de **claro** em [2], que ultrapassa esse valor de caracterização.

Os elementos periféricos formam um grupo heterogêneo de elementos de variada estrutura gramatical que só podem ser distinguidos por sua função semântica, dedicada a comentar, precisar ou constatar o significado de toda a oração ou a marcar a ordem e a relação de uma oração com as demais que lhe precedem e lhe seguem no discurso.

Apesar dos dados que oferecem as gramáticas anteriores à década de 1970 para a descrição dos elementos periféricos, o certo é que quase não se dedicou espaço a este tipo de palavras nos tratados gramaticais. Entretanto, desde aproximadamente quarenta anos atrás, a

partir do desenvolvimento da linguística do texto, da gramática do discurso e, sobretudo, dos diversos enfoques da pragmática – e da posterior incorporação dos fatores pragmáticos à gramática –, o estudo dessas unidades tem recebido uma atenção extraordinária, por meio de orientações teóricas muito diferentes e com aplicação a línguas muito díspares.

Antes de passar a essas contribuições, traçaremos uma definição mais clara dos elementos que trataremos neste trabalho à luz de duas das nomenclaturas citadas neste item do capítulo: *marcadores discursivos* (ou *marcadores do discurso*) e *conectores*.

## 1.2- MARCADORES DO DISCURSO E CONECTORES

O termo *marcadores do discurso* (ou *marcadores discursivos*) foi usado por Labov e Fanshel em um livro de 1977, e, segundo Fraser (1999), talvez seja uma das referências mais antigas em língua inglesa, embora os autores não tenham passado de alguns poucos comentários sobre a palavra *well*. Dois anos depois, Teun A. Van Dijk publicou um artigo no *Journal of Pragmatics*, no qual trata de conectores (*pragmatic connectives*) que possuem função pragmática, isto é, que estabelecem relações entre atos de fala, e não entre fatos denotados como os conectores semânticos. Segundo o holandês, uma descrição dos conectores pragmáticos não pode simplesmente ser dada em termos de certos aspectos do sentido (condições de verdade ou de satisfação das proposições), mas requer uma interpretação em termos de funções com respeito a contextos pragmáticos. Ele foi um dos primeiros a observar certas características desses elementos, como costumarem iniciar frases, serem seguidos por pausa e serem pronunciados com uma entonação específica.

A estadunidense Deborah Schiffrin talvez tenha sido uma das pioneiras a se dedicar com afinco aos marcadores discursivos com sua obra de 1987 intitulada *Discourse markers*, na qual os considera como elementos que marcam unidades sequencialmente dependentes do discurso e não cabem facilmente em uma só classe linguística, já que eles podem incluir recursos paralinguísticos e gestos não verbais. A pesquisadora também considera, como Van Dijk, que os MDs são sintaticamente separados de uma sentença, são comumente usados em posição inicial de um enunciado e têm uma série de contornos prosódicos, e acrescenta que esses elementos são capazes de operar tanto em nível local como global do discurso e em diferentes planos discursivos. Para ela, cada MD tem um “significado nuclear” que lhe dá uma identidade e, em alguns casos, pode relacionar apenas a realidade

semântica (os “fatos”) de duas sentenças, ou relacionar sentenças num nível lógico (epistêmico) ou até mesmo no nível do ato de fala (pragmático).

Fraser (1999), a fim de esclarecer o funcionamento dos MDs, define-os como uma classe de expressões lexicais extraídas das classes de conjunções, sintagmas adverbiais e preposicionais, que sinalizam uma relação entre o segmento que introduzem (S2) e o segmento anterior (S1). Segundo o autor, os MDs impõem a S2 um determinado conjunto de interpretações, considerando-se a interpretação de S1 e o sentido do marcador. Fraser defende a ideia de que essas expressões possuem um sentido nuclear que é procedural, e não conceitual, e sua interpretação mais específica é “negociada” pelo contexto, tanto linguístico como conceitual. Essa ideia está baseada em Blakemore (1992), que afirma que os marcadores devem ser compreendidos como expressões que impõem restrições semânticas aos tipos de implicaturas que o interlocutor pode extrair do que o falante diz. A autora propõe que os marcadores devem ser analisados como formas de restrição da interpretação de enunciados.

Um dos estudos mais modernos e mais completos de língua espanhola é o de José Portolés (1998a) (que foi desenvolvido posteriormente em conjunto com Martín Zorraquino em 1999) que, ao considerar as observações feitas aos *elementos periféricos* e aos *enlaces extraoracionais*, e também os estudos de MDs feitos, principalmente, por Schiffrin, Fraser e Ducrot, assim os definiu:

Os “marcadores do discurso” são unidades linguísticas invariáveis, não exercem função sintática no marco da predicação oracional e possuem uma incumbência coincidente no discurso: o de guiar, de acordo com suas diferentes propriedades morfossintáticas, semânticas e pragmáticas, as inferências que se realizam na comunicação. (PORTOLÉS, 1998a, p. 23-24)

Martín e Portolés (1999) complementam que os MDs têm certa mobilidade dentro do enunciado e se encontram geralmente entre pausas. Além disso, não podem ser coordenados entre si, não podem ser negados, carecem (a maioria) da possibilidade de receber especificadores e adjacentes complementários e têm uma relação sintática com a totalidade do sintagma nominal.

Portolés apresenta exemplos para distinguir os marcadores discursivos de outros elementos que fazem parte das mesmas categorias gramaticais como, por exemplo, *portanto* e *por esse motivo*<sup>4</sup>:

[3] Chove e, **portanto**, as pessoas estão usando guarda-chuva.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> Os exemplos [3] a [12] são traduções nossas (algumas literais) dos exemplos dados por Portolés (1998a).

[4] Chove e, **por esse motivo**, as pessoas estão usando guarda-chuva.<sup>6</sup>

O investigador afirma que os marcadores que se gramaticalizaram como advérbios são palavras invariáveis. Dessa forma, *portanto* é um marcador do discurso, pois se trata de um advérbio que possui forma fixa (não existe, por exemplo, *portantos*), já *por esse motivo* conserva sua capacidade de flexão e de receber especificadores e complementos (por exemplo, *até por esses pequenos motivos*). Além disso, os marcadores do discurso não admitem serem autônomos em um turno de fala, como:

[5] A: Por que você fará isso?

B: **Por esse motivo** / **\*Portanto**<sup>7</sup>

E é esta mesma autonomia da qual carecem os advérbios marcadores a que não permite construções do tipo [7a]:

[6] a) **Portanto**, as pessoas estão usando guarda-chuva.

b) **Por este motivo**, as pessoas estão usando guarda-chuva.<sup>8</sup>

[7] a) \* As pessoas estão usando guarda-chuva e isso acontece **portanto**.

b) As pessoas estão usando guarda-chuva e isso acontece **por esse motivo**.<sup>9</sup>

Isso não quer dizer que a maior parte das formas que são utilizadas como advérbios marcadores não possa aparecer com distintas funções linguísticas, isto é, sem ser marcadores, como:

[8] a) Vou fazer isso **em qualquer caso**.

b) **Em qualquer caso**, vou fazer isso.<sup>10</sup>

No exemplo [8b], *de qualquer forma* tem a função discursiva de marcador e, como tal, carece da possibilidade de flexão e combinação que se daria na frase [8a], como, por exemplo,

[9] Vou fazer isso **em qualquer dos casos que examinamos**.<sup>11</sup>

Ainda nessa análise, Portolés (1998a) afirma que existem diferentes níveis de gramaticalização<sup>12</sup>:

<sup>5</sup> No original: *Llueve y, por tanto, la gente lleva paraguas.*

<sup>6</sup> *Llueve y, por este motivo, la gente lleva paraguas.*

<sup>7</sup> A: *¿Por qué lo harás?* B: **Por este motivo** / **\*Por tanto**.

<sup>8</sup> a) **Por tanto**, *la gente lleva paraguas.* b) **Por este motivo**, *la gente lleva paraguas.*

<sup>9</sup> a) \* *La gente lleva paraguas y esto sucede por tanto.* b) *La gente lleva paraguas y esto sucede por este motivo.*

<sup>10</sup> a) *Lo haré en cualquier caso.* b) *En cualquier caso, lo haré*

<sup>11</sup> *Lo haré en cualquiera de los casos que hemos examinado.*

- a) Há marcadores que carecem de outra função linguística, como, por exemplo, *sin embargo* (*no entanto*), já que não se encontram mais exemplos como o da gramática de Bello (1847): “*Pero sucede también muchas veces que, **sin embargo** de referirse directamente a un sustantivo, no se le juntan.*” (PORTOLÉS, 1998a, p. 59), em que “de referirse directamente a un sustantivo” funciona como um complemento dado à expressão *sin embargo* e esta, por sua vez, conserva a relação de significado com o substantivo *embargo* (obstáculo).
- b) O significado do marcador é ainda próximo ao do sintagma em combinação livre, embora também com diferentes graus. É o caso de *no obstante* (*não obstante*), de menor grau, e *eso sí*, de maior grau. Como *sin embargo* possui uma proximidade semântica com um de seus componentes, *embargo*, *no obstante* também mantém uma proximidade com a semântica da palavra *obstante* (obstar, impedir), embora em grau menor que o significado de *eso sí*, que é transparente a partir dos elementos que o compõem, diferente de *sin embargo* e *no obstante*. Portolés (1998a, p. 61) acrescenta que com *eso sí* convivem no espanhol atual usos como marcadores (*Lo que demuestra que la verdad objetiva es una pámema y que todos tenemos prejuicios. Eso sí, unos más que otros.*<sup>13</sup>) com aqueles nos quais é simplesmente um demonstrativo e um advérbio assertivo (*No era guapa en el sentido que se entiende por beldad. Pero, bueno, tenía ciertas cosas. Cierta seducción, eso sí!*<sup>14</sup>).
- c) Sintagmas que, além de serem marcadores, simplesmente atuam de um modo semelhante, pois possuem uma ampla capacidade de combinação e mantêm o mesmo significado que em suas funções oracionais, como *aún más* e *más aún*. No par de exemplos:
- a) *Cada máscara tenía una identidad diferente, un modo de ser propio, una voz irrenunciable. Y **más aún**: tenía corazón.*<sup>15</sup>
- b) *Yo ya estaba enamorada de él, **aún más**, ya habíamos empezado con nuestros escarceos.*<sup>16</sup>

<sup>12</sup> Optamos por uma tradução literal de alguns exemplos para mostrar a diferença de expressões quanto à forma e não apenas ao uso.

<sup>13</sup> *O que demonstra que a verdade objetiva é um fingimento e que todos nós temos preconceitos. Bom/Claro, uns mais que outros.*

<sup>14</sup> *Não era bonita no sentido que se entende por beldade. Mas tinha certas coisas. Certa sedução, isso sim.*

<sup>15</sup> *Cada máscara tinha uma identidade diferente, um modo de ser próprio, uma voz irrenunciável. E mais ainda: tinha coração.*

<sup>16</sup> *Eu já estava apaixonada por ele, ainda mais, já havíamos começado com nossas aventuras amorosas.*

Nos últimos dois exemplos, a tradução é literal.

Portolés (1998a, p. 61) considera que há possibilidades de combinações que são um reflexo da falta de fixação gramatical.

Quanto à característica de não poder ser negado, Martín e Portolés (1999) ilustram com o conjunto de exemplos seguinte:

- [10] a) Não veio, *pois*, João à festa, mas sim Antônio.  
 b) Não veio, *pois*, João à festa, mas sim que ele ficou em casa.  
 c) Não veio, *pois*, João à festa, e sim que ele já estava.  
 d) Não veio, *pois*, João à festa, mas sim ao jantar depois.  
 e) \*Não veio, pois, João à festa, mas sim portanto.<sup>17</sup>

Portolés (1998a) também faz outras considerações e as comprova a partir de exemplos de textos atuais e antigos de diferentes gêneros.<sup>18</sup>

A definição de marcadores discursivos também é trabalhada por estudiosos brasileiros, como Penhavel (2005, p. 1296-1299):

Marcadores discursivos, em termos gerais, são mecanismos que atuam no nível do discurso (aqui entendido como organização textual-interativa), estabelecendo algum tipo de relação entre unidades textuais e/ou entre os interlocutores. Consistem em recursos imprescindíveis e muito recorrentes na construção do discurso. [...] [Eles] exercem funções textuais quando atuam na organização do conteúdo informacional do discurso. Nesse caso, integram-se aos componentes ideacional e textual da linguagem, operando num nível hierarquicamente superior ao da sentença. Funcionam como mecanismos de coesão textual, estabelecendo algum tipo de relação semântica, e, às vezes, quase puramente estrutural, entre diferentes unidades discursivas. [Os MDs também] exercem funções interacionais quando atuam no processamento da interação conversacional, quando cumprem alguma função advinda diretamente da relação face-a-face entre os interlocutores, integrando, portanto, o componente interpessoal da linguagem. Como os MDs textuais, os interacionais não são constituintes sentenciais, são exteriores ao conteúdo proposicional e sintaticamente independentes de suas unidades adjacentes.

O que há em comum entre a definição de Penhavel e a de Portolés é a necessidade de considerar apenas aqueles elementos que não são constituintes sentenciais, ou seja, são exteriores ao conteúdo proposicional e, também, sintaticamente independentes.

<sup>17</sup> a) No vino, *pues*, Juan a la fiesta, sino Antonio.  
 b) No vino, *pues*, Juan a la fiesta, sino que él quedó en casa.  
 c) No vino, *pues*, Juan a la fiesta, sino que él ya estaba.  
 d) No vino, *pues*, Juan a la fiesta, sino a la cena después.  
 e) \*No vino, pues, Juan a la fiesta, sino portanto.

<sup>18</sup> Para uma apresentação mais completa dos problemas de etiquetagem que ele propõe das unidades suscetíveis de serem consideradas como marcadores do discurso, assim como da obscura fronteira entre a classe dos marcadores e outras categorias limítrofes, como conjunções, advérbios, interjeições, vocativos etc., sugerimos uma leitura atenta de Portolés (1998a) e/ou Martín e Portolés (1999).



Outro termo muito utilizado para referir-se a estas expressões linguísticas é *conector*, como prefere denominar a pesquisadora suíça Rossari. Aliás, como explica Marinho (2005), Rossari usa, inicialmente, o termo *conector pragmático*, já que essas unidades têm por função significar uma relação (daí o termo *conector*), que se estabelece entre unidades linguísticas ou contextuais (daí o termo *pragmático*). Resumidamente, os conectores seriam “expressões linguísticas que, ao poder atuar tanto na estrutura oracional como fora dela, ou seja, no âmbito textual, desempenham importante função na articulação do discurso” (MARINHO, 2005:14) e Rossari, diferente de outros linguistas, inclui os elementos de conexão interfrástica em sua análise, como a conjunção *mas*, e considera como *conexão* a relação entre as unidades linguísticas e as unidades contextuais.

Portolés (1998a), ao contrário, considera como conectores um tipo concreto de marcador discursivo que realmente conecta de um modo semântico-pragmático um segmento do discurso com outro expressado na maioria de seus usos ou, se não, com uma suposição contextual facilmente acessível, como *além disso*, *portanto* e *no entanto*. Dessa forma, considera-os como uma classe dos marcadores do discurso divididos ainda em grupos: os conectores aditivos, os conectores consecutivos e os conectores contra-argumentativos.

Sua justificativa se baseia no fato de existirem marcadores que realmente relacionam, pelo seu significado de processamento<sup>19</sup>, dois ou mais segmentos do discurso, diferente de outros marcadores cujo significado só afeta um segmento do discurso, ou seja, não se pode vislumbrar a capacidade de dêixis discursiva<sup>20</sup> que se pode comprovar ao analisar enunciados como

[11] É rico e, **no entanto**, economiza muito.

no qual a partir de *economiza muito* se indica *é rico* com *no entanto*. Para ilustrar a existência de marcadores diferentes de *no entanto*, Portolés (1998a) propõe estes dois exemplos:

[12] O sono de Lúcia, que **na realidade** foi como uma embriaguez de cansaço, durou apenas quinze minutos.

[13] Alice não virá conosco, porque, **na realidade**, não lhe interessa.

Em [12], existe um segmento que indica uma aparência: *o sono de Lúcia* e um segmento com *na realidade* que apresenta o real: *foi como uma embriaguez de cansaço*. Por

<sup>19</sup> Trataremos dessa definição mais adiante ainda neste capítulo.

<sup>20</sup> A dêixis discursiva, nesse contexto, deve ser entendida como a capacidade que o segmento discursivo no qual figura o MD tem de indicar uma possível inferência para outro segmento anterior, o que justifica a conexão entre ambos os segmentos.

outro lado, em [13], *não lhe interessa* não se opõe a outro segmento expresso e, por isso, não há conexão nenhuma.

Devido à dificuldade de encontrar um significado de conexão em certos marcadores, Portolés prefere renunciar ao termo *conector* para referir-se a toda esta classe de unidades e escolhe o termo *marcador*. Dentro da instrução de conexão, Martín e Portolés (1999) incluem os marcadores denominados *estruturadores da informação*, *conectores* e *reformuladores*. No outro caso, falam de *operadores* e *marcadores conversacionais*, embora neste último haja alguns elementos mais próximos aos operadores e outras unidades que relacionam vários segmentos do discurso.

De qualquer maneira, entre os cinco subgrupos citados por Martín e Portolés (1999) dentro dos marcadores discursivos, a maior parte compartilha as instruções sobre o significado de conexão. É o que Montolío (2001) considera ao se referir às expressões que estuda. Para a autora, “os conectores têm como valor básico esta função de assinalar de maneira explícita com que sentido vão encadeando-se os diferentes fragmentos oracionais do texto para, dessa maneira, ajudar o receptor de um texto guiando-o no processo de interpretação” (MONTOLÍO, 2001, p. 21). Sua definição é bem mais ampla e, ao contrário da definição de Portolés, não exclui as partículas interfrásticas ou interoracionais, já que também apresenta estudos sobre conectores parentéticos. Para Montolío, “os conectores funcionam em um texto como sinais de balizamento que um escritor eficaz vai distribuindo ao longo de seu discurso, a fim de que seu leitor siga sem esforços nem dificuldades o caminho interpretativo traçado”.

Em certo ponto, é inegável afirmar que Martín, Portolés, Montolío e Rossari possuem uma interseção: considerar *conexão* a relação entre as unidades linguísticas e as unidades contextuais.

Rossari (2000 e 1999), em seu tratamento dos conectores, reivindica uma abordagem semântica para que se sobressaiam as características estáveis do potencial semântico dos conectores, suas aptidões para exercer restrições estabelecidas pelo próprio código sobre o ambiente linguístico no qual são usados. Para tanto, Rossari adota uma análise duplamente comparativa, visto que se centra nos contrastes entre enunciados com ou sem conectores ou nos contrastes entre enunciados com conectores que integram uma mesma classe semântica. Segundo a autora, tal análise causa impacto na forma como se concebem as relações discursivas, na medida em que o estudo dos conectores oferece um esclarecimento particular a essas relações.

Os conectores são idealizados não apenas como vetores de restrições que limitam suas possibilidades de emprego em configurações adequadas ao tipo de relação que são levados a explicitar, mas também como vetores de relações que não podem manifestar-se independentemente de seu emprego. Para chegar a esta conclusão, Rossari considera dois pontos de vista para a caracterização dos conectores: o ponto de vista conceitual e o ponto de vista lexical.

O primeiro define as relações do discurso fundamentando-se essencialmente sobre a interpretação dos enunciados e considera os conectores como índices dessas relações. Além disso, considera que as relações podem ser apreendidas independentemente das marcas (que são suscetíveis de qualificá-las). Isto é, as relações podem ser definidas em termos das relações lógicas e temporais que subsistem entre os acontecimentos evocados nos enunciados; podem ser definidas em função da intenção comunicativa do locutor e da decodificação da intenção do locutor pelo destinatário; e/ou podem ser definidas baseando-se na experimentação psicolinguística para extrair os princípios cognitivos sobre os quais são construídas as relações de coerência. Em todos esses casos, os conectores pragmáticos são concebidos como pistas/vestígios/traços que manifestam a existência das relações. Os conectores são, dessa forma, “reveladores”, marcas explícitas das relações.

O ponto de vista lexical, por outro lado, aborda a questão das relações do discurso pelo âmbito das marcas lexicais que são suscetíveis de assinalá-las. É o estudo do funcionamento semântico-pragmático dos conectores que conduz à questão do sentido das relações do discurso. Os conectores são, portanto, como binóculos através dos quais se tem acesso aos sentidos das relações do discurso. A partir deste ponto de vista, podem-se levar em conta duas opções sobre as relações do discurso. A primeira é a opção **forte**, que considera que o sentido dos conectores oferece as indicações sobre os sentidos das relações do discurso em geral, então pode haver relações discursivas que só se manifestam pelo emprego de certos conectores. A segunda opção é a **fraca**, que considera que o sentido dos conectores oferece as indicações unicamente sobre o sentido das relações do discurso com conectores.

Rossari adota o ponto de vista lexical em sua opção fraca para o estudo das relações do discurso, devido à constatação da não-equivalência sistemática entre as relações não marcadas e as relações marcadas com os conectores. Além disso, sua escolha se deve também à existência de relações que somente são manifestáveis pelo uso de um conector. Em [14]:

[14] Max se esqueceu de comparecer à reunião. O comitê decidiu adiá-la.

pode-se interpretar que os constituintes se conectam em uma relação de consequência:

[15] Max se esqueceu de comparecer à reunião. **Portanto**, o comitê decidiu adiá-la.

mas não é obrigatória, pois outras relações podem ser consideradas quando esta não está ativada, como em

[16] Max se esqueceu de comparecer à reunião. **De qualquer forma**, o comitê decidiu adiá-la.

cuja relação não é tão esperada. Neste caso, ela só pode manifestar-se pela presença do conector.

Tendo em vista a complexidade da definição dos marcadores discursivos e dos conectores, passaremos a uma descrição teórica de alguns estudos que são regidos por princípios pragmáticos e que contribuirão para os estudos das expressões conectivas.

A apresentação de variadas abordagens se deve ao fato de que a nossa intenção é chegar a uma compreensão do que sejam os marcadores discursivos, o que poderia ficar incompleta se já nos decidíssemos por uma ou outra abordagem. Talvez, conjugar a contribuição de cada corrente teórica seja um caminho para uma análise mais completa das expressões *seja como for* e *sea como fuere*, assim como fizeram Portolés (1998a) e Martín Zorraquino e Portolés (1999) no tratamento de vários marcadores discursivos da língua espanhola.

### 1.3- OS CONECTORES E A PRAGMÁTICA

Para a Pragmática, a base da explicação dos conectores está no fato de eles poderem ultrapassar o âmbito oracional e conectarem outros tipos de categoria léxica ou sintagmática, o que justifica termos como “enlaces extraoracionais”. Sendo assim, os conectores alcançam níveis textuais diferentes do nível sintático e entram no rol dos elementos que implicam na comunicação inferencial e contextual.

A Pragmática é, segundo Escandell Vidal (2006, p. 15-16), “o estudo dos princípios que regulam o uso da linguagem na comunicação, isto é, as condições que determinam tanto o emprego de um enunciado concreto por parte de um falante concreto em uma situação concreta, como sua interpretação por parte do destinatário”. Ou seja, se ocupa da parte interpretativa, da relação entre os signos e seus intérpretes, e se concebe para dar conta da diferença entre o dito e o interpretado.

O modelo de análise pragmática proposto por Escandell (2006) é constituído por duas classes de elementos: (I) de **natureza material**, “física”, por serem entidades objetivas, descritíveis externamente; e (II) de **natureza imaterial**, já que se trata dos diferentes tipos de relações que se estabelecem entre os elementos de natureza material. Considera-se que estes componentes relacionais sejam mais significativos que a própria natureza material, pois algumas características constitutivas desses elementos derivam precisamente dos pontos de contato que os enlaçam com outros elementos, de tal maneira que fica estabelecido um conjunto de relações que serve para marcar os limites de um elemento material. As relações que se estabelecem dão lugar a conceitualizações subjetivas que, por sua vez, geram princípios reguladores da conduta que se objetivam em forma de leis empíricas (isto é, de regularidades observáveis de natureza não prescritiva). A existência desses outros fatores se justifica pelos resultados que produz sua funcionalidade.

Dentro dos componentes materiais, os conceitos de **emissor**, **destinatário**, **enunciado** e **entorno** são importantes para a compreensão e definição da Pragmática. O primeiro conceito refere-se à pessoa que produz intencionalmente uma expressão linguística em um momento dado, seja oralmente ou por escrito. O emissor é, portanto, o falante que está fazendo uso da palavra em um determinado momento. O destinatário, por outro lado, é a pessoa (ou pessoas) à(s) qual(is) o emissor dirige seu enunciado e com a(s) qual(is) normalmente costuma intercambiar seu papel na comunicação de tipo dialogante. Assim, o destinatário é a pessoa à qual se dirigiu uma mensagem específica.

Por *enunciado*, entende-se a expressão linguística produzida pelo emissor. Do ponto de vista físico, um enunciado não é mais que um estímulo, uma modificação do entorno, seja auditivo ou visual. O termo *enunciado* se usa especificamente para fazer referência a uma mensagem construída segundo um código linguístico marcada por pausas ou delimitada pela mudança de emissor. Dessa forma, podem ser enunciados tanto uma simples interjeição como um livro inteiro, como um sintagma nominal ou um parágrafo. Isso implica que não há limites gramaticais para a noção de enunciado, ou melhor, que não se pode individualizar um enunciado utilizando critérios gramaticais. Os únicos critérios que são válidos são os de natureza discursiva, os que são dados por cada ato comunicativo particular. Em resumo, o enunciado é “uma sequência linguística concreta realizada por um emissor em uma situação comunicativa que se define de acordo com critérios discursivos e sua interpretação depende do seu conteúdo semântico e de suas condições de emissão” (ESCANDELL, 2006, p.31).

Já o termo *entorno* também pode ser designado como *contexto* ou *situação espaço-temporal*. Trata-se do suporte físico no qual se realiza a enunciação e inclui como fatores principais as coordenadas de lugar e tempo.

Dentro dos componentes de natureza imaterial, ou relacional, é importante definir a **informação pragmática**, a **intenção** e a **relação social**. Por *informação pragmática* entendemos o conjunto de conhecimentos, crenças, suposições, opiniões e sentimentos de um indivíduo em um momento qualquer da interação verbal. Enquanto sujeitos, o emissor e o destinatário possuem uma série de experiências anteriores relativas ao mundo, aos demais e a tudo que os rodeia. No entanto, não se trata apenas de conhecimento; a informação pragmática compreende tudo o que constitui nosso universo mental, desde o mais objetivo até as manias mais pessoais. Assim, ela consta de três subcomponentes: (a) *geral*, que compreende o conhecimento do mundo, de suas características naturais, culturais etc.; (b) *situacional*, que abarca o conhecimento derivado do que os interlocutores percebem durante a interação; e (c) *contextual*, que inclui o que se deriva das expressões linguísticas intercambiadas no discurso imediatamente precedente.

A *intenção* é a relação entre o emissor e sua informação pragmática, de um lado, e o destinatário e o entorno, de outro, e se manifesta sempre como uma relação dinâmica. Toda atividade humana consciente e voluntária se concebe sempre como reflexo de uma determinada atitude de um sujeito frente a seu entorno e, por isso, é importante descobrir que atitude está por detrás de um determinado ato, isto é, perguntar-se qual é a intencionalidade dos atos e decisões. Assim, o termo *intenção* deve ser entendido em sua acepção subjetiva e psicológica, já que funciona como um princípio regulador da conduta no sentido de que conduz o falante a utilizar os meios que considera mais idôneos para alcançar seus fins. Dessa forma, até mesmo o silêncio, enquanto atividade consciente e voluntária, pode ser também um meio indireto para conseguir determinados objetivos.

Quando falamos de *relação social*, referimo-nos à relação que existe entre os interlocutores pelo mero fato de pertencerem a uma sociedade, isto é, a uma organização humana com uma estrutura social. Seu papel na comunicação é fundamental, já que o emissor constrói seu enunciado na medida do destinatário. Um dos fatores que se deve dar conta, portanto, é o grau de relação social entre ambos e, desse modo, a relação social impõe uma série de seleções que determinam a forma do enunciado.

Vejamos a diferença que uma visão pragmática pode dar a certas enunciações.

Para Saussure, o falante codifica algo recorrendo ao código, uma língua determinada, enquanto que o ouvinte, que conhece este código, decodifica o enunciado

recebido e compreende o que se queria comunicar. Dessa forma, somente o dito é comunicado.

Grice, por outro lado, diz que toda comunicação verbal consta de uma parte codificada e de outra que é produto de **inferências**, isto é, de certos “processos cognitivos que geram uma informação semântica nova, a partir de uma informação semântica anterior, em um determinado contexto” (DELL’ISOLA, 2001, p. 44). Para que produza o processo inferencial, é preciso, além do que é dito, um contexto, que está formado pelo que Escandell Vidal (2006) chama de *contexto extraverbal*, que seria o conjunto de circunstâncias não linguísticas que se notam diretamente ou que são conhecidas pelo falante, ou seja, tudo aquilo que, física ou culturalmente, rodeia o ato de enunciação; e o *cotexto*, as informações contidas linguisticamente no texto ou inferíveis a partir dele.

Vejamos um exemplo. Suponhamos que uma pessoa liga para seu amigo para convidá-lo para ir ao cinema e, como resposta, o amigo diz:

[17] Estou doente.

Para Saussure, o dito é o comunicado, ou seja, o que a pessoa fez foi simplesmente dizer que está doente. Grice, por outro lado, interpreta este enunciado levando em conta o que está implícito, derivado da percepção do contexto: o amigo recusou o convite.

Vejamos um exemplo de inferência obtida por meio dos conectores:

[18] Sara é brasileira e, portanto, é extrovertida.

[19] Sara é brasileira e, no entanto, é extrovertida.

As condições de verdade das duas proposições são idênticas, ou seja, será verdadeiro se Sara cumpre o *ser extrovertida* e o *ter nascido no Brasil*. No entanto, as inferências obtidas são diferentes: em [18] a razão de Sara ser extrovertida é que os brasileiros o são e em [19] Sara é extrovertida apesar de não serem os brasileiros. Dessa forma, *portanto* e *no entanto* contribuem para o processamento das intervenções, e não ao seu significado conceitual.

Entendemos como **significado conceitual** aquele que contribui às condições de verdade da proposição semântica que se encerra no enunciado. Unidades como os conectores possuem **significado de processamento**, pois codificam restrições de processamento às implicaturas.

A pragmática também contribui com dois conceitos importantes para a compreensão dos enunciados: a **implicatura conversacional** e a **implicatura convencional**.

A primeira se obtém exclusivamente pelo Princípio da Cooperação proposto por Grice: a compreensão de um enunciado depende da quantidade de informação proporcionada pelo falante, que deve ser toda a necessária; não se deve mentir; deve ser pertinente o que foi dito; e o falante deve ser claro em sua expressão.

Logo, se uma pessoa diz:

[20] Tenho frio

e não nos está mentindo, além de ser pertinente, e observamos que há uma janela aberta e temos a memória de que fechar a janela alivia o frio, concluímos que [20] implica “Feche a janela”.

A implicatura convencional, por outro lado, é uma conclusão inferencial que depende de que conector se usa e da posição dos segmentos do enunciado. Por exemplo:

[21] As doenças citadas nesta lista não matam, no entanto deixam marcas eternas no paciente.

[22] As doenças citadas nesta lista deixam marcas eternas no paciente, no entanto não matam.

As condições de verdade são idênticas, pois, em ambos os enunciados, as doenças não matam e deixam marcas eternas. Entretanto, as implicaturas são diferentes:

[21a] As doenças citadas nesta lista não matam, no entanto deixam marcas eternas no paciente.

[Que pena que deixam marcas...]

[22a] As doenças citadas nesta lista deixam marcas eternas no paciente, no entanto não matam.

[Que bom que não matam!]

Portanto, a implicatura com *no entanto* se obtém do segmento que o segue, ou seja, “a conclusão à qual se chega será aquela que se obtenha do segmento do discurso que o segue e não do que o precede.” (PORTOLÉS, 1998a, p. 18).

Martín e Portolés (1999) resumem que serão marcadores discursivos aqueles signos que não contribuem diretamente para o significado conceitual dos enunciados, mas que os orientam e ordenam as inferências que se obtêm a partir deles. Ou seja, o significado dos marcadores contribui para o processamento do que se comunica e não à representação da realidade comunicativa. Por isso, ficam excluídos alguns usos de conjunções como *porque* e *para que*, como nos exemplos [23a] e [23b]:



[23a] Ele não vem **porque** você está triste.

[23b] Ele não vem **para que** você não esteja triste.

Para os autores, as conjunções marcadas não guiam unicamente as inferências, mas também contribuem para a construção da proposição que subjaz em cada um dos enunciados.

### 1.3.1- OS CONECTORES E A ARGUMENTAÇÃO

Segundo a Teoria da Argumentação na Língua, desenvolvida por Oswald Ducrot e Jean-Claude Anscombe, qualquer enunciado argumenta, favorece uma série de continuções do discurso e dificulta outras, porque isso é inerente a todo significado linguístico. Esta teoria se baseia na semântica e estuda a forma como os enunciados condicionam, por seu significado, a continuação do discurso.

Se voltarmos aos exemplos das doenças ([20a] e [21a]), observamos que as conclusões (implicaturas) não podem ser explicadas pela representação da realidade, já que nas duas intervenções as doenças “não matam” e “deixam marcas eternas”, mas sim por razões estritamente linguísticas: o significado de *no entanto* e a oposição dos segmentos do discurso que conecta. Observe estes outros exemplos:

[24] Ganho quase três mil reais.

[25] Ganho apenas três mil reais.

O primeiro enunciado poder-se-ia prosseguir com *Que ótimo!*, mas seria estranho continuar o segundo do mesmo modo. No entanto, a informação que nos apresenta [24] consiste em que meu salário não chega a três mil reais, enquanto que se alcança esta quantidade em [25]. A lógica dos fatos nos encaminharia a que fosse ao contrário, que a mais dinheiro correspondesse mais alegria, mas, pelo que vemos, a língua atua de um modo diferente (PORTOLÉS, 1998b).

A sequência de um discurso não se baseia, portanto, nos fatos aparentemente representados, mas sim no dito. Como afirma Portolés (1998b, p. 75) “não se argumenta ‘com’ uns enunciados que representam uns fatos, mas sim ‘na’ mesma forma linguística

destes enunciados”. Daí que possam favorecer umas continuações do discurso e impedir outras. Isso se chama **orientação argumentativa**. Vejamos outros exemplos:

[26] Valéria é inteligente. Encontrará trabalho.

[27] # Valéria é inteligente. Vai ser reprovada.

O enunciado [26] apresenta argumentos coorientados, ou seja, o primeiro segmento nos leva a concluir que o segundo é possível. No entanto, [27] é estranho porque o que o segmento “Valéria é inteligente” favorece, dentre outras possíveis continuações, é que se aprove. Esta conclusão é o que se pode chamar *antiorientada*, e estaria perfeitamente representada assim:

[28] Valéria é inteligente, entretanto vai ser reprovada.

A contra-argumentação seria, portanto, a vinculação de dois segmentos do discurso na qual o segundo segmento se apresenta como supressor ou atenuador de alguma conclusão que poderia ser obtida do primeiro (PORTOLÉS, 1998a).

Para esta teoria, os conectores são elementos linguísticos que com mais facilidade podem ser desvinculados de uma visão logicista de língua, isto é, já não são concebidos como meros nexos que coordenam ou conectam umas orações ou umas proposições com outras, mas sim como unidades cuja significação está formada por uma série de instruções que faz compreender de um modo determinado a relação semântica entre os segmentos conectados. Como explica Escandell (2006, p. 98-99), os conectores argumentativos são os elementos linguísticos que servem para marcar a orientação argumentativa de um enunciado quando o enlaçam a outro. Eles são responsáveis “externos” da existência de um ato de argumentação.

Além da orientação argumentativa, a Teoria da Argumentação na Língua traz um importante mecanismo de observação: as **escalas argumentativas**. Existem diversos argumentos que, tendo a mesma orientação, possuem diferentes forças. Este fato permitirá propor escalas argumentativas que os ordenam segundo sua força. Assim, para concluir ‘João não pode ser o sócio capitalista nesse negócio’, pode-se partir de diversos argumentos ordenados em uma escala:

+ FORÇA

- João tem dívidas.

- João não tem carro.

- João não tem imóvel em seu nome

É o conhecimento de mundo em que vivemos o que nos diz que em nossa sociedade antes se tem um carro que um imóvel, ou que, em qualquer caso, os devedores não emprestam. De todo modo, a língua possui alguns signos especializados a sua disposição para ordenar as escalas. Assim, em:

[29] João não tem casa própria e **nem sequer** tem carro.

*nem sequer* ordena pelas instruções semânticas de sua significação *casa própria* com respeito a *ter carro* mostrando que para o falante é mais fácil comprar um automóvel que ter uma casa. Como a significação de *nem sequer* limita a potencialidade argumentativa do segmento do discurso no qual se encontra, trata-se de um operador argumentativo.

Isso explica, por exemplo, a estranheza ao dizer :

[30] # É multimilionário, **mais que isso**, tem muito dinheiro.

pois *é multimilionário* está em uma escala de força superior a *tem muito dinheiro*. O que faz o conector *mais que isso* é marcar que o que se situa no segmento em que aparece tem mais força argumentativa, o que em [30] não tem lógica. Entretanto, a reestruturação abaixo estaria correta:

[31] Tem muito dinheiro, **mais que isso**, é multimilionário.

Para esta teoria, conectores são, portanto, unidades cuja significação está formada por uma série de instruções que faz compreender de um modo determinado a relação semântica entre os segmentos vinculados. Essas instruções estão relacionadas à possibilidade de que os enunciados favorecem certas continuações e impedem outras.

### 1.3.2- OS CONECTORES E A TEORIA DA RELEVÂNCIA

O princípio da Teoria da Relevância, desenvolvida pelo antropólogo francês Dan Sperber e a linguista inglesa Deirdre Wilson, baseia-se em uma característica básica da cognição humana: “um indivíduo, em interação com o meio, presta mais atenção a uns fenômenos que a outros. Desde o ponto de vista biológico, psicológico e cultural, a atenção humana é caracteristicamente *seletiva*” (MONTOLÍO, 1998, p. 96). Em um princípio, trata-se de um mecanismo endógeno, pré-instalado geneticamente e seu funcionamento não se limita

unicamente a interessar-se pelos sinais sensoriais mais intensos e peculiares, mas também a obedecer ao critério das expectativas geradas internamente pelo próprio sistema de processamento:

os conhecimentos armazenados em nossa memória não apenas nos permitem, por exemplo, reconhecer e identificar um determinado animal como um rinoceronte, mas também nos indicam que a presença do mesmo em um zoológico é perfeitamente esperável, enquanto que sua aparição na cozinha de nossa casa resulta bastante improvável – e notavelmente perigosa para nossa integridade física. (MONTOLÍO, 1998, p. 97)

Sperber e Wilson, fundadores desta teoria, sugerem que os sistemas cognitivos eficazes: (a) centram sua atenção no signo ou fragmento de informação mais relevante dentre os disponíveis; (b) constroem as representações mentais mais pertinentes possíveis desse fenômeno; e (c) processam essas representações em um contexto que potencializa ao máximo sua relevância.

Inclusive a releitura do conceito de *contexto* proposto por esta teoria segue este pensamento: o contexto desempenha um papel decisivo na interpretação pragmática de *todos* os enunciados, além de que não está pré-determinado ou dado de antemão na mente do destinatário que deve processar um enunciado, mas *se constrói ao mesmo tempo em que se interpreta* (MONTOLÍO, 1998). Há uma ampliação da noção de contexto, que ultrapassa o físico e o lingüístico para alcançar um conjunto de premissas ou suposições instaladas na memória ou que são acessíveis dedutivamente e que também participam na interpretação de um enunciado. Como propõe Portolés (1998a), esse princípio da relevância considera que em todos os falantes de todas as culturas, pelo fato de que são seres humanos, há um guia de obtenção das inferências.

Se se considera que os falantes são, desde o ponto de vista cognitivo, mecanismos eficientes de processamento da informação, queremos dizer que eles aspiram a rentabilizar ao máximo os recursos cognitivos de que dispõem no curso de qualquer situação comunicativa em que participam. Todo enunciado comunica a seu destinatário a presunção de sua pertinência ótima, ou seja, “nós buscamos na relação entre o dito e o contexto a pertinência maior; isto é, o efeito cognitivo maior – a maior informação – em relação com o esforço de tratamento menor” (PORTOLÉS, 1998a, p. 19).

Voltando a nosso tema, a utilização de um conector só é pragmaticamente adequada se o falante pode encontrar, seja no contexto físico, seja no lingüístico, seja na memória, alguma premissa, alguma informação, que explique o porquê da relação entre as proposições relacionadas.

[32] # É guatemalteco; no entanto, é cientista.

Com o enunciado [32], é custoso ter acesso a um contexto possível (alguma suposição, expectativa, crença, etc.) no qual se explique a oposição estabelecida no enunciado entre ser originário de um país latino-americano e a falta de cientificismo. Por outro lado, no enunciado [33] é a correspondência entre o valor “instrucional” (que ideia transmite: causa, oposição, consequência...) do conector e a acessibilidade a um contexto o que explica a perfeita interpretabilidade do enunciado:

[33] Carlos é carioca; no entanto, não conhece o Cristo Redentor.

Essa oração é interpretável para todos aqueles que compartilham um conjunto de suposições culturais – um determinado contexto mental –, nesse caso, o da comunidade cultural brasileira, no qual incluímos entre nossos conhecimentos enciclopédicos de mundo (em nossa memória) a localização do Cristo Redentor na capital do Rio de Janeiro. Por essa razão, resulta para nós relevante a relação contra-argumentativa que se estabelece entre as proposições “ser carioca” e “não conhecer o Cristo Redentor”.

Montolío (1998, p. 108) também diz que “parece claro que algum indivíduo que não pertença a nossa comunidade e que a desconheça, um falante chinês, ou saudita, ou hindu, por exemplo, não conseguirá entender a presença nesse enunciado do conector *no entanto*” e, portanto, seu valor de apresentar a informação “não conhecer o Cristo Redentor” como anulando uma inferência possível de “ser carioca”. Isso se ele conhece os termos *carioca* e *Cristo Redentor*.

Por outro lado, os conectores dão “pistas” para a interpretação. O uso de tais mecanismos consiste em guiar o processo de interpretação do interlocutor mediante a especificação de certas propriedades do contexto e dos efeitos contextuais. Dessa forma, por mais que um hindu não saiba que é esperável que os que vivem na cidade do Rio de Janeiro conheçam o Cristo Redentor, consegue ver a relação de oposição entre estas proposições no enunciado [33] e pode inferir, graças ao conector *no entanto*, que os cariocas costumam conhecer o Cristo Redentor e que Carlos é uma exceção.

### 1.3.3- OS CONECTORES E O MODELO DE ANÁLISE MODULAR

O Modelo de Análise Modular (MAM), desenvolvido por Eddy Roulet e sua equipe na Universidade de Genebra, se apresenta como um modelo pragmático da articulação do discurso e de interseção dos diversos trabalhos de várias correntes de pesquisa, como cita Marinho (2004).

Nessa teoria, os conectores seriam analisados a partir da organização relacional do discurso, que trata das relações ilocucionárias e interativas que há entre os constituintes do texto definidos na estrutura hierárquica, e as informações presentes na memória discursiva que, como define Berrendonner (*apud* MARINHO, 2004), é um “conjunto de saberes conscientemente partilhados pelos interlocutores”.

As relações ilocucionárias são aquelas que “se dão no nível dos constituintes de uma troca” e as interativas, por outro lado, “no nível dos constituintes das intervenções” (MARINHO, 2003). Estas últimas costumam ser marcadas pelos conectores que, segundo o MAM, dão instruções sobre as informações necessárias para a interpretação do discurso e, assim, são considerados como importantes para essa forma de organização, uma vez que vão permitir que se interpretem as relações de discurso.

Na presença dos conectores, a descrição da organização relacional é constituída a partir da acoplagem entre as informações obtidas com a análise das dimensões hierárquica (relativa à definição dos constituintes textuais), lexical (relativa aos sentidos conceituais e procedurais dos lexemas) e sintática (relativa ao conjunto de regras que determinam as categorias e construções de proposições em uso em determinada língua ou variedade de uma língua).

No entanto, pode acontecer (e não raro acontece), de a relação entre um constituinte e uma informação estocada na memória não estar marcada. Neste caso, descreve-se a organização relacional a partir da acoplagem entre as informações de natureza hierárquica e as de natureza referencial (relativas aos conhecimentos do universo do discurso estocados na memória discursiva).

Marinho (2003) ainda ressalta que a descrição relacional pode ser realizada usando-se um pequeno número de relações genéricas que, ainda que encubram as nuances mais finas, são suficientes para descrever todas as formas de discurso. Dessa maneira, utiliza-se a noção de argumento para recobrir as relações interativas denominadas de causa, explicação, justificação, consequência etc.

A descrição das relações genéricas, importantes para a compreensão e análise dos conectores, fornece uma esquematização através da qual se localizam as relações ilocucionárias e interativas entre os constituintes discursivos e as informações estocadas na memória discursiva. Segundo Marinho (2003), citando Roulet, Filliettaz e Grobet (2001),

dessa esquematização podem-se extrair informações que poderão ser combinadas com as extraídas das representações de outras formas de organização. Mas, para considerar as diferenças entre essas relações, visando ao tratamento de um enunciado em particular, procede-se, num momento posterior à análise das relações genéricas, à descrição das relações discursivas específicas com a aplicação de um princípio geral de cálculo inferencial, em função das propriedades lingüísticas e contextuais desse enunciado.

Com isso, a análise da organização relacional procura, por um lado, (a) identificar as relações ilocucionárias e interativas genéricas entre os constituintes da estrutura hierárquica e as informações estocadas na memória discursiva, e, por outro lado, (b) descrever o percurso inferencial que permite determinar a relação específica existente entre um constituinte e uma informação da memória discursiva. A análise da organização relacional resulta, portanto, da descrição das relações genéricas a qual deverá ser completada pela descrição dos percursos inferenciais que conduzem à interpretação de cada uma das sequências estudadas. Como resume Marinho (2003),

com essa abordagem, numa única forma de organização, focaliza-se a questão das relações discursivas genéricas existentes no texto, ou em determinado enunciado extraído do texto, e em seguida busca-se a explicação, através de um cálculo inferencial, para a determinação da informação estocada na memória discursiva que é ligada a um constituinte discursivo através da relação marcada por um conector ou para a determinação da relação não marcada existente entre os constituintes.

Assim, os conectores são vistos não apenas como elementos em torno dos quais o discurso se articula, mas também como guias para a interpretação, como elementos que podem facilitar a compreensão dos enunciados em que aparecem.

Como afirma Berrendonner (1983, *apud* MARINHO, 2003), se se quer dar conta de maneira homogênea das relações, é necessário admitir que os conectores se encadeiam sempre sobre as informações em memória discursiva e que eles podem ter sua fonte seja em um constituinte anterior, seja no ambiente cognitivo imediato, seja nos conhecimentos enciclopédicos dos interactantes, daí a necessidade de Roulet (2001), já supracitado por meio de Marinho (2003), de fundar a descrição da organização relacional sobre uma lista reduzida de categorias genéricas, suficientes para descrever todas as formas de discursos, dialógicos e

monológicos, a partir da noção de argumento, utilizada como categoria genérica para recobrir uma das classes de relações interativas.

Tendo em vista a necessidade de fundar a descrição da organização relacional sobre uma lista reduzida de categorias genéricas, Roulet (1999) considera que os conectores podem explicitar as seguintes relações:

- a) argumento: *porque, pois, visto que, uma vez que, devido a, se, então, portanto, de modo que, assim* etc.
- b) contra-argumento: *mas, porém, entretanto, no entanto, embora, apesar de, mesmo que, ainda que, somente* etc.
- c) reformulação<sup>21</sup>: *ou seja, ou melhor, enfim, finalmente, em suma* etc.
- d) topicalização: *quanto a, no que se refere a, com relação a* etc., ou o deslocamento à esquerda
- e) sucessão<sup>22</sup>: *em seguida, depois* etc.
- f) preparação: sem marca específica, quando o constituinte subordinado precede o principal. É mais própria do discurso oral.
- g) comentário: sem marca específica, quando o constituinte subordinado sucede o principal (pronomes relativos).
- h) clarificação: sem marca específica, e mais própria do discurso oral.

Para o autor, os conectores não só marcam as relações interativas, mas também oferecem indicações quanto à hierarquia dos constituintes por eles articulados, já que é no módulo hierárquico em que se definem os constituintes de base da estrutura do texto, bem como as regras que permitem gerar as estruturas hierárquicas de todos os textos possíveis. Dessa forma, os conectores interativos que expressam uma relação argumentativa do tipo causal, explicativa ou de justificativa introduzem sempre um constituinte subordinado, enquanto aqueles que expressam uma relação argumentativa do tipo conclusiva ou consecutiva introduzem um constituinte principal. Os conectores contra-argumentativos do tipo *mas* introduzem um constituinte principal e os do tipo *embora*, um constituinte subordinado. Os conectores reformulativos introduzem sempre constituintes principais, e os de topicalização, constituintes subordinados.

---

<sup>21</sup> Indicam uma relação de equivalência entre duas formulações ou uma relação de recapitulação da formulação anterior.

<sup>22</sup> Indicam relações consecutivas entre os acontecimentos de uma narrativa.



Embora sejam muito importantes, nem todas as relações interativas podem ser expressas por conectores. A ausência de marca ou de um conector pode ocorrer porque, para certas relações, como as de comentário, preparação e clarificação, não existem marcadores específicos, ou ainda porque a relação referencial entre os conteúdos ou as enunciações de dois atos já é bastante evidente, o que torna a presença do marcador desnecessária, como afirma Marinho (2003) citando Roulet (2001).

Quando as relações discursivas entre os atos e as informações da memória discursiva não são explicitadas por um conector, o analista vai se basear na possibilidade de inserção de marcadores no texto a fim de que possa identificar as relações, bem como determinar o estatuto funcional e hierárquico da unidade discursiva (Rossari, 1992 *apud* Marinho, 2003).

Enfim, para o MAM, os conectores são concebidos como “elementos que contribuem para a elucidação da articulação dos constituintes textuais, evidenciando as relações dominantes do texto e a forma como ele é construído” (MARINHO, 2008, p. 301).

## 1.4- RESUMO

Para esta pesquisa, consideraremos *marcadores discursivos* e *conectores* termos sinônimos, embora saibamos que existem diferenças teóricas entre eles. Essa tomada de postura se deve ao fato de não considerarmos, em nossas análises, nem os chamados *marcadores conversacionais* e nem mesmo os *operadores discursivos*, tais como *na realidade*, *de fato* e *por exemplo*, o que não nos impediria de fazer tal generalização terminológica.

Entenderemos como conectores, portanto, uma classe de expressões linguísticas que reagrupa, além de certas conjunções de coordenação (*mas*, *portanto*, *ora*, *então* etc.), certas conjunções e locuções conjuntivas de subordinação (*porque*, *como*, *com efeito*, *em consequência*, *no entanto*, *o que quer que seja* etc.), grupos nominais ou preposicionais (*apesar disso* etc.), advérbios e locuções adverbiais (*de fato*, *na verdade* etc.) e algumas estruturas que não figuram nas gramáticas tradicionais, por exemplo, e possuem um esvaziamento semântico (como parece acontecer com *seja como for* e *seja como fuere*). Essas expressões linguísticas possuem a função de contribuir para o estabelecimento de uma relação

coesiva com, pelo menos, o enunciado que as precede no discurso e pode afetar toda a porção de discurso precedente, ou seja, pode conectar um enunciado a todo o texto que vem antes do conector. Ao ligar unidades de diferentes níveis (palavras, proposições, conjuntos de proposições, grandes porções de texto), os MDs guiam, de acordo com suas diferentes propriedades morfossintáticas, semânticas e pragmáticas, as inferências que se realizam no momento da comunicação. Por outro lado, algumas relações só existem entre diferentes segmentos textuais graças à presença desses elementos conectivos explícitos.

Quanto às características morfossintáticas, podemos citar a sua

- (a) aparição em posição *interenunciativa*, seja em posição inicial, parentética ou final do enunciado no qual se insere e ao qual conecta argumentativamente com, pelo menos, outro enunciado;
- (b) invariabilidade léxica e gramatical; apesar de sua natureza, seja adverbial, substantiva, adjetiva, verbal ou qualquer outra, os conectores não admitem flexão de gênero (*\*portanta*), nem de número (*\*portantos*), nem quantificação (*\*muito portanto*), assim como variação léxica (*\*pormuito*), embora alguns conectores não tenham concluído seu processo de gramaticalização e lexicalização;
- (c) independência funcional de qualquer elemento do enunciado, o que os leva a não poderem ser focalizados em estruturas separadas (I), nem serem resposta de interrogativas parciais (II), ficando sempre à margem:

[33] “Apesar da leniência com o crescente gasto público, o presidente manteve e mantém o compromisso com a estabilidade. É altamente improvável que o próximo governante fuja desse mesmo ‘script’.

O jogo, **portanto**, será entre quem, na opinião do eleitor, saberá melhor ‘gerenciar’ o país.” (Folha de São Paulo, 30 de dezembro de 2009)

- (I) \* É *portanto* como o jogo será entre quem, na opinião do eleitor, saberá melhor ‘gerenciar’ o país;
  - (II) Como será o jogo? *\*Portanto*;
- (d) não admissão da coordenação quando são equifuncionais (*\*mas e no entanto*), mas sim da justaposição (*mas no entanto*).

Não nos parece rentável, nesta pesquisa, determo-nos a apenas uma das teorias citadas neste capítulo para observar o funcionamento discursivo e as restrições impostas pelas expressões *seja como for* e *seja como fuere*, já que no tratamento dos marcadores discursivos elas se complementam devido aos âmbitos do objeto de estudo que cada teoria analisa: seja o contexto em que aparece um conector, seja a intenção do falante em usá-lo, seja a carga

semântica da expressão, seja suas características sintáticas etc. Portanto, ao estudar essas expressões, levaremos em conta que a Pragmática nos proporciona o conceito de **inferência** como processo cognitivo que gera uma informação semântica nova a partir de uma informação semântica anterior, em um determinado contexto, e que este conceito será importante para a compreensão dos conectores. Além disso, podemos concluir que estamos diante de um grupo linguístico que possui um **significado de processamento**, uma vez que não contribuem para as condições de verdade da proposição semântica, mas sim para a codificação das restrições do processamento das **implicaturas convencionais**, que são conclusões inferenciais que dependem da carga semântica dos conectores e da disposição dos segmentos do enunciado.

Dos estudos da Teoria da Argumentação na Língua, aplicamos o conceito de **orientação argumentativa** aos estudos dos conectores para vislumbrarmos a possibilidade de que os enunciados favorecem certas continuções e impedem outras, o que é crucial para definir, por exemplo, os conectores argumentativos e contra-argumentativos (ou, pelo menos, segmentos discursivos que se contradizem). Ainda por meio dessa teoria, temos acesso ao mecanismo de análise chamado **escala argumentativa**, com o qual podemos observar a existência de segmentos discursivos que, embora possuam a mesma orientação argumentativa, têm diferentes forças e que, ao organizar o discurso, lançamos mão de marcadores que organizam essa escala para limitar ou permitir a potencialidade argumentativa do segmento discursivo no qual se encontra.

Já a Teoria da Relevância, que desde o ponto de vista biológico, psicológico e cultural, afirma que a atenção humana é caracteristicamente *seletiva*, desenvolve um estudo avançado da inferência e do contexto e conclui que a utilização de um conector só é pragmaticamente adequada se o falante pode encontrar, no contexto físico, no linguístico (também chamado de *cotexto*) e/ou na memória, alguma premissa, alguma informação, que explique o porquê da relação entre as proposições relacionadas. Como considera Portolés (1998a), o falante deseja que seu interlocutor obtenha as inferências oportunas de acordo com o **Princípio da Pertinência**, que são suposições contextuais. Dessa forma, as inferências podem variar (ou até mesmo não acontecerem) em culturas diferentes, porque o efeito da coerência ou incoerência depende do alcance de um contexto oportuno que facilite as inferências desejadas, o que pode estar diretamente relacionado a um contexto cultural, o qual inevitavelmente é variável.

Com o Modelo de Análise Modular, modelo pragmático da articulação do discurso e de interseção dos diversos trabalhos de várias correntes de pesquisa, obtemos a

contribuição de que o discurso é a combinação de informações das dimensões linguística, textual e situacional. Para esse modelo, o estudo dos conectores deve partir da organização relacional do discurso, que trata das relações ilocucionárias e interativas que há entre os constituintes do texto definidos na estrutura hierárquica, e as informações presentes na memória discursiva. Com a presença dos conectores, a descrição da organização relacional é constituída a partir da acoplagem entre as informações obtidas com a análise das dimensões hierárquica (relativa à definição dos constituintes textuais), lexical (relativa aos sentidos conceituais e procedurais dos lexemas) e sintática (relativa ao conjunto de regras que determinam as categorias e construções de proposições em uso em determinada língua ou variedade de uma língua).

A análise que faremos a seguir das expressões *seja como for* e *sea como fuere* perpassarão as características básicas das teorias, por isso não nos deteremos em apenas uma linha teórica, mas usaremos as contribuições de todas elas para podermos melhor vislumbrar o fenômeno dos MDs e conectores.

## CAPÍTULO 2

# “SEJA COMO FOR” E “SEA COMO FUERE”: CONNECTORES?

O plano tem uma utilização pessoal. Em alguns casos é necessário apresentá-lo a um leitor, mas de um modo geral ele serve apenas para o autor organizar suas ideias e prever seu texto. Quando cumpre essa função, o autor pode dar-lhe a forma que quiser, desde que se entenda com suas ideias. Seja como for, o plano dificilmente fugirá dos princípios apresentados nos modelos mais usados, que se fixaram exatamente porque são eficientes. É o que acontece com o plano de números e pontos.

(Portal do Espírito - *É importante planejar um texto?*)

## 2.1- INTRODUÇÃO

Neste capítulo, verificaremos se as expressões *seja como for* e *sea como fuere* são marcadores discursivos<sup>23</sup> tomando como base principalmente os estudos de Portolés (1998a) e Martín Zorraquino e Portolés (1999) apresentados no capítulo anterior.

A investigação consta da análise de artigos de opinião que apresentam as expressões *seja como for* e *sea como fuere* à luz das características descritas pelos autores supracitados quando definem os marcadores do discurso. São elas: **(a)** não possuem função sintática, **(b)** não podem ser destacados por meio de focalização, **(c)** possuem um elevado grau de mobilidade, **(d)** não podem receber especificadores e modificadores, **(e)** não podem ser negados e **(f)** não podem ser submetidos à interrogação parcial nem total.

A escolha dessas características se deve principalmente ao fato de elas serem do campo sintático e, como lembra Llamas Saíz (2010), “o conceito de marcador do discurso é um conceito semântico, sem fundamento gramatical” (p. 204), ou seja, a função de alguns marcadores “supera o âmbito estritamente gramatical, pois assinalam transições de fala, relacionam emissões e/ou marcam limites no discurso” (p. 185). Logo, basear-se apenas em traços sintáticos para definir e caracterizar um marcador discursivo ou, no nosso caso, para verificar se as expressões *seja como for* e *sea como fuere* são marcadores discursivos não é suficiente. Apesar disso, diversos gramáticos como Gregório Garcés (1791) e Andrés Bello (1847), para citar alguns de língua espanhola, já haviam notado uma dimensão sintático-discursiva mais ampla que a oração na qual atuavam determinadas ‘peças linguísticas’ (LLAMAS SAÍZ, 2010).

Além disso, se incluem sob a nomenclatura “marcadores discursivos” palavras e expressões de diversas classes gramaticais (advérbios, locuções adverbiais, conjunções e locuções conjuntivas em sua maioria) e também com diversas incidências (seja na oração ou em alguns de seus componentes, seja em uma oração que o marcador conecta com outra). Dessa forma, não se pode afirmar que existem propriedades compartilhadas por todos os marcadores.

No entanto, sobre o assunto, Llamas Saíz (2010, p. 220) afirma categoricamente que “a única característica que compartilham os marcadores é a de operar em um âmbito extraoracional”. Esse fato, para a autora, não é suficiente para que os marcadores, embora compartilhem determinadas propriedades, possam se agrupar em uma classe gramatical.

---

<sup>23</sup> A partir de agora usaremos os termos *marcador discursivo* e *conector* indistintamente.

Encontramo-nos diante de elementos que são suscetíveis de funcionar dentro dos limites da oração e que, depois de sofrerem modificações que afetam a sua morfologia, a sua distribuição sintática e o seu conteúdo, podem operar em um nível trans ou extraoracional (*idem*, p. 186), que é o caso de alguns marcadores de controle de contato (PORTOLÉS, 1998a, p. 144-145), que manifestam a relação entre os participantes da conversação, sujeito e objeto da enunciação, e destes com seus enunciados, reforçam ou justificam o raciocínio dos falantes diante de seu(s) interlocutor(es), como por exemplo as formas apelativas de base nominal (*hombre*) como verbal (*mira/oye*)<sup>24</sup>.

No item 2.3 observaremos no *corpus* selecionado algumas das características recorrentes dos Marcadores Discursivos. No entanto, anteriormente, no item 2.2, descreveremos nosso *corpus* e sua seleção.

## 2.2- O CORPUS

Nosso *corpus* é composto por um total de 37 artigos de opinião compreendidos entre os anos de 2007 e 2009 de dois grandes jornais: o brasileiro “Folha de São Paulo” (19 artigos) e o argentino “La Nación” (18 artigos), ambos em versão online. A escolha desses dois periódicos se deve ao fato de possuírem grande circulação em seus países de origem e por proporcionarem uma versão online com ferramenta de busca, o que nos facilitou encontrar as expressões em estudo.

Embora estejamos conscientes das diferenças regionais da língua portuguesa e espanhola, não faremos um trabalho comparativo neste âmbito, isto é, não se levarão em conta possíveis disparidades do uso da expressão *seja como for* entre Brasil e outros países lusófonos, assim como o uso de *sea como fuere* entre os vinte e um países hispanófonos.

Quanto ao gênero textual escolhido, a razão se baseia no fato de esses textos serem um exemplar da sequência textual *argumentativa*, segundo as definições de Adam que, de acordo com Bonini (2005), tem estudos mais recentes que apontam para uma esquematização de gênero que engloba interação sociodiscursiva e estruturação linguístico-textual. Assim, o gênero aparece como elemento intermediário e compõe categorias de natureza prático-empíricas, prototípicas e reguladoras dos enunciados. A proposta de Adam é

---

<sup>24</sup> Em português, *hombre* se aproximaria de *véi* (*velho*) e *cara*, como em “Cara/Véi, não sei o que te dizer.” *Oye* e *mira* seriam *escuta*, *ow*, *aquí*, como em “Aqui/Escuta/Ow, cê viu o novo carro do Rafael?”

interligar linguagem/atividade discursiva e sociedade, já que, ao enunciado, como unidade real e dialógica, acopla-se o gênero, unidade motriz da linguagem e elemento estabilizado em/de instância social.

Em seus estudos, percebemos que Adam comunga com Bakhtin quando este concebe os gêneros como “tipos relativamente estáveis de enunciados”, e entende por enunciado “uma atividade real estritamente delimitada pela alternância dos sujeitos falantes, e que termina por uma transferência da palavra ao outro”. Partindo dessas concepções e das categorias de gêneros de Bakhtin (primários – tipos simples de enunciados, como a réplica do diálogo cotidiano – e secundários – tipos complexos, como o romance e a peça teatral, que incorporam os primeiros), Adam (1992), como afirma Bonini (2005), propõe que os gêneros primários sejam vistos como tipos nucleares, menos heterogêneos, e como responsáveis pela estruturação dos gêneros secundários. Dessa forma, os gêneros primários são concebidos como sequências textuais, isto é, como componentes textuais compostos por proposições relativamente estáveis e maleáveis que atravessam os gêneros secundários.

Por meio do raciocínio prototípico, que categoriza um objeto pela reunião do maior número de pistas de validade para ser segmento dessa categoria, Adam estabelece que as sequências sejam entendidas como pontos centrais da categorização dos textos e, portanto, como os principais componentes para a atividade com textos. Para o autor, existem cinco tipos de sequência textual: narração, descrição, explicação, argumentação e diálogo. Nesse caso, os gêneros e seus exemplares são dispostos em categorias pelos traços que compartilham com as sequências (os protótipos).

Seguindo o raciocínio de Adam, o artigo de opinião, que será o gênero usado em nosso estudo, é um exemplar da sequência textual argumentativa, porque direciona a atividade verbal para o convencimento do outro. Nesta sequência, o ato argumentativo é construído com base em um já-dito, em um dizer temporalmente anterior (e conhecido pelo interlocutor) que, na sua forma mais característica, aparece implícito.

De fato, o artigo de opinião, embora apresente limites imprecisos, é um gênero que apresenta exemplares de textos analíticos que expressam o raciocínio e o juízo de valores de uma determinada pessoa. Trata-se de um comentário e uma interpretação de um dado fato, segundo Gross (1996). Neste gênero, a opinião de um autor sobre um assunto de relevância é defendida, através de recursos argumentativos: comparações, depoimentos, dados estatísticos, uso de conectores etc.

Tomando como base as contribuições de Adam, poderíamos refinar a descrição dos artigos de opinião analisando sua estrutura textual prototípica. Neste ponto de vista, o



artigo de opinião de jornal, por exemplo, é, por natureza, intertextual, já que costuma tratar de assuntos do cotidiano que, inclusive, já foram abordados em outras sessões dos periódicos em que aparecem. Algo parecido comenta Susana González Reyna (citada por Gross, 1996, p. 152), que afirma que o artigo de opinião “é o gênero jornalístico que, com frequência determinada, interpreta, analisa, valora e orienta o público a respeito de **acontecimentos noticiosos diversos**” (**Grifos da autora**). Dessa forma, retomando sua definição, o gênero aqui tratado é originalmente interpretativo e pessoal. Nas palavras de Martín Vivaldi (*apud* Gross, 1996, p. 153-154), o artigo jornalístico em geral é um “escrito, de conteúdo muito variado e amplo, de variada e diferente forma, no qual se interpreta, valora ou explica um fato ou uma ideia atuais, de especial transcendência, segundo a convicção do articulista”.

De qualquer forma, para esta pesquisa, a relevância da escolha está pautada nos mecanismos linguísticos que compõem o artigo de opinião, o qual, para alcançar sua finalidade de explicar um fato ou uma ideia, costuma ser extenso o bastante para a compreensão dos argumentos do articulista por parte dos leitores e, ao mesmo tempo, procura ser um texto suficiente para a compreensão do interlocutor. Dessa forma, a linguagem precisa estar em um registro mais formal e fazer uso da variedade padrão da língua. Devido à sua finalidade, o artigo de opinião, como afirma Gross (1996, p. 156), pode ser associado aos mecanismos da exposição (*expositio*), também da argumentação (*argumentatio*) e, em menor medida, da narração (*narratio*). A combinação desses mecanismos em maior ou menor grau torna os exemplares do gênero em questão muito difícil de serem classificados. Ora se aproximam do comentário, ora da análise, ora da contribuição de informações (já que alguns artigos constituem basicamente um relato cuja originalidade reside na originalidade dos dados).

Se tomamos como eixo a finalidade do gênero de defender um julgamento, o artigo de opinião, segundo Gross (1996), costuma apresentar articuladores argumentativos, prevalecendo os metadiscursivos (modalizadores, metaformativos e metaenunciativos) e os organizadores textuais. Além disso, segundo o mesmo autor (1996, p. 222), sendo o artigo de opinião de natureza persuasiva, não há impedimento à convocatória de quaisquer mecanismos expressivos em benefício da eficácia desses textos. Dessa forma, paradoxos, jogos de palavras, intertextualidade, ironia, metáforas, comparações e adjetivações são muito recorrentes em exemplares desse gênero.

São muitos os caminhos a serem tomados na análise de um gênero textual, como se pode ver. Adam (1992), por exemplo, sugere a existência de dois módulos na composição do texto: o módulo da **configuração pragmática** e o da **sucessão de proposições**, no qual

ocorre a composição do texto, diferentemente do anterior, no qual se alcança um alvo comunicativo e o balizamento enunciativo e semântico do texto, além de conferir as guias de sentido e de unidade ao grupo de proposições.

Dentro do módulo da sucessão de proposições, há dois submódulos: o da conectividade e o da sequencialidade. *Proposição* deve ser aqui entendida como “pensar o texto (em um certo nível cognitivo) como composto de unidades predicado/argumento inter-relacionadas. As proposições não são propriamente representações linguísticas, mas unidades de conteúdo que, em forma de teia, mapeiam as relações significativas postas em um texto” (BONINI, 2005, p. 217).

Dessa forma, o submódulo da conectividade corresponde propriamente ao processo de coesão, isto é, às ligações inter e intrafrásticas que, por meio de uma série de recursos linguísticos como pronomes, artigos e conjunções, estabelecem as retomadas e representações importantes para assegurar a continuidade textual. Por outro lado, o submódulo da sequencialidade explicita a organização das proposições em agrupamentos característicos (prototípicos) e, dessa forma, a sequência textual é entendida como um recurso cognitivo indispensável à produção e à compreensão do texto.

## **2.3- ANÁLISE TEÓRICA**

### **2.3.1- PROPRIEDADES SINTÁTICAS**

Segundo Garcés (2008), as unidades linguísticas que funcionam como marcadores discursivos procedem de diferentes classes de palavras, a grande maioria de advérbios e expressões adverbiais ou conjunções. No entanto, em alguns casos, se consideram também certas interjeições e formas apelativas com base nominal ou verbal, com capacidade conectiva, mas que, fundamentalmente, manifestam a relação entre os participantes no diálogo ou na relação destes com seus enunciados, como, por exemplo, *oye* e *mira*.

A expressão que analisaremos possui uma formação um pouco diferente. Segundo Marinho (2010), “*seja como for* poderia ser analisada como uma oração subordinada adverbial concessiva, por ser introduzida por ‘seja’, uma conjunção concessiva, segundo várias gramáticas tradicionais”. Para a autora, analisando as condições de emprego dessa

expressão chega-se a resultados que contribuem para considerar que ela apresenta comportamentos sintáticos não de uma oração, mas, na verdade, de um conector.

Salgado (2007) também observa a proximidade de outras expressões às construções concessivas quando analisa essas construções no Português Brasileiro do século XIX em sua dissertação e cita o trabalho de Said Ali, que inclui, na caracterização das orações concessivas, a *proposição concessiva*. Essa proposição (circunstância de enunciação) é denominada de “linguagem afetiva” que aparece sem conjunções prototípicas e é caracterizada por expressões como “custe o que custar”, “dê onde der”, “seja o que for”, “aconteça o que acontecer”. Said Ali buscou relacionar o evento da subordinação ao valor concessivo, por meio da percepção do modo verbal, mostrando uma preocupação com o valor semântico da oração.

Em espanhol, Martín Zorraquino (2010) analisa algumas das propriedades morfológicas dos marcadores discursivos e considera a existência de locuções de base verbal e inclusive oracional fixas que se incluem na categoria dos marcadores, e cita a expressão *sea como sea* como um representante do grupo dos contra-argumentativos. Por outro lado, García Negroni (2010, p. 554-556), que trabalha com diversos conceitos em seu manual de estilo *Escribir en español*, inclui a expressão *sea como sea* no rol dos marcadores reformuladores não parafrásticos de distanciamento, tomando como base, provavelmente, estudos de Garcés Gómez, Portolés e, conseqüentemente, Rossari, mas tocaremos nesse âmbito posteriormente.

Pelo que foi dito, parece que a expressão *seja como for* está relacionada aos contextos concessivos, ou pelo menos contra-argumentativos. Além disso, embora não se pareça com um típico marcador discursivo, parece compartilhar com eles algumas semelhanças. Vejamos o exemplo a seguir que nos ajuda a entender o fenômeno:

[1] UM DESERTO de homens e idéias: por muito tempo, o Brasil foi visto desse modo, aliás injustamente. **Seja como for**, o ministro de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, parece mais do que nunca disposto a ocupar esse deserto por conta própria.

Desembarcou na Amazônia nesta terça-feira, fumegando de propostas para a região. Impostos, educandários e aquedutos brotavam da sua mente fértil.

Por que não um aqueduto? Por que não vários? Transamazônicas líqüidas, velozes, atravessavam as visões do ministro. Desembocariam no árido Nordeste. A teoria ungeriana é clara, límpida, desconcertante. "Numa região, sobra água, inutilmente. Na outra região, falta água, calamitosamente. (...)" (Folha Online, 18/01/2008)<sup>25</sup>

No capítulo anterior, discorremos sobre as características dos marcadores discursivos e uma delas é a de não possuir função sintática. A análise sintática não é um caminho fácil na caracterização de marcadores discursivos, pois, como afirma Portolés

<sup>25</sup> FILHO, Otávio Frias. *Mente fértil*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 jan. 2008. Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1801200802.htm>> Acessado em: 01 abr. 2010.

(1998a), o segmento do discurso no qual se situa um marcador frequentemente não é uma oração, mas sim outro tipo de categorização léxica ou sintagmática, fato que o leva a recorrer ao termo *enunciado*. A caracterização é, portanto, mais pragmática que sintática, o que faz com que a função de alguns marcadores supere o âmbito estritamente gramatical e que eles passem a marcar transições de fala e relacionem emissões e/ou marquem limites no discurso (LLAMAS SAÍZ, 2010).

À primeira vista, analisando o exemplo [1], parece que *seja como for* é uma oração com elementos elípticos:

- [1a] Um deserto de homens e idéias: por muito tempo, o Brasil foi visto desse modo, aliás injustamente. **Seja como (o Brasil) for (visto)**, o ministro de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, parece mais do que nunca disposto a ocupar esse deserto por conta própria.

No entanto, não é possível fazer a mesma transformação em todos os textos que encontramos, como neste texto:

- [2] Nossos Democratas nasceram da costela da ditadura, como dissidência da Arena, e muitos de seus líderes ainda são a memória viva do coronelato político. Nem o PCI era comunista à maneira soviética nem o PFL jamais foi liberal de verdade.

**Seja como for**, em ambos os casos, o esforço de "desideologização", a busca pelo lugar-comum democrático, sem maiores especificações, tudo enfim joga água no moinho dos que apostam na irrelevância crescente da política e no esgotamento dos partidos como catalisadores de demandas coletivas e veículos de transformação social. (Folha Online, 09/04/2007)<sup>26</sup>

Não parece que *seja como for* possa ser transformado, por exemplo, para *seja como for (visto) o partido*, já que se referem a dois partidos (PCI e PFL), tampouco são prováveis as transformações para *seja como for a memória* e *seja como for o coronelato político*. Dessa forma, em [2] a expressão analisada não é complemento do verbo 'joga' e nem de 'apostam', pois os argumentos desses verbos já estão presentes, e tampouco é adjunto adverbial deles. Estamos diante, portanto, de uma expressão que não é passível de ser analisada sintaticamente.

Do mesmo modo que vislumbramos a impossibilidade de análise sintática da expressão *seja como for* nos exemplos dados, percebemos a mesma característica em textos com *sea como fuere*, como no seguinte exemplo:

- [3] Pero eso, el control de abundante dinero, es una de las dos condiciones indispensables para la conservación de la estructura sindical; la otra condición es el sindicato único, que acaba de tumbar la Corte Suprema. **Sea como fuere**, lo cierto es que el máximo tribunal

<sup>26</sup> SILVA, Fernando de Barros e. Política sinistra. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 09 abr. 2007. Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0904200703.htm>> Acessado em: 01 abr. 2010.

mostró al trasluz la obsolescencia de un sistema construido hace ya 60 años. (La Nación, 16/11/2008)<sup>27</sup>

*Sea como fuere* não tem função sintática, já que o contexto não é o mesmo que “*sea como fuere lo cierto*” ou “*sea como fuere el máximo tribunal*”, em que *lo cierto* e *el máximo tribunal* são sujeitos de *fuere*, respectivamente.

### 2.3.2- FOCALIZAÇÃO

Llamas Saíz (2010, p. 192) atenta também para o fato de que, por não estarem integrados à oração, os marcadores não podem ser focalizados, destacados por meio de uma perífrase de relativo, também denominada *construção equacional*:

- a) \* *Era no entanto que* este problema tinha uma simples solução.

O mesmo aconteceria se fizéssemos a focalização com *seja como for* e *sea como fuere* nos exemplos [1], [2] e [3]:

[1b] \* Um deserto de homens e idéias: por muito tempo, o Brasil foi visto desse modo, aliás injustamente. *É seja como for que* o ministro de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, parece mais do que nunca disposto a ocupar esse deserto por conta própria.

[2a] \* Nossos Democratas nasceram da costela da ditadura, como dissidência da Arena, e muitos de seus líderes ainda são a memória viva do coronelato político. Nem o PCI era comunista à maneira soviética nem o PFL jamais foi liberal de verdade.

*É seja como for*, em ambos os casos, *que* o esforço de "desideologização", a busca pelo lugar-comum democrático, sem maiores especificações, tudo enfim joga água no moinho dos que apostam na irrelevância crescente da política e no esgotamento dos partidos como catalisadores de demandas coletivas e veículos de transformação social.

[3a] \* Pero eso, el control de abundante dinero, es una de las dos condiciones indispensables para la conservación de la estructura sindical; la otra condición es el sindicato único, que acaba de tumbar la Corte Suprema. *Es sea como fuere que* lo cierto es que el máximo tribunal mostró al trasluz la obsolescencia de un sistema construido hace ya 60 años.

Outra forma de se visualizar essa focalização seria da seguinte forma:

[1c] \* Um deserto de homens e idéias: por muito tempo, o Brasil foi visto desse modo, aliás injustamente. O ministro de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, parece mais do que nunca disposto a ocupar esse deserto por conta própria *da seguinte forma: seja como for*.

[2b] \* Nossos Democratas nasceram da costela da ditadura, como dissidência da Arena, e muitos de seus líderes ainda são a memória viva do coronelato político. Nem o PCI era comunista à maneira soviética nem o PFL jamais foi liberal de verdade.

<sup>27</sup> MORALES SOLÁ, Joaquín. Un mundo lleno de malas noticias. *La Nación*, Buenos Aires, 16 nov. 2008. Opinión. Disponível em: <[http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota\\_id=1070679](http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=1070679)> Acessado em: 01 abr. 2010.

Em ambos os casos, o esforço de "desideologização", a busca pelo lugar-comum democrático, sem maiores especificações, tudo enfim joga água no moinho dos que apostam na irrelevância crescente da política e no esgotamento dos partidos como catalisadores de demandas coletivas e veículos de transformação social *da seguinte forma: seja como for*.

[3b] \* Pero eso, el control de abundante dinero, es una de las dos condiciones indispensables para la conservación de la estructura sindical; la otra condición es el sindicato único, que acaba de tumbar la Corte Suprema. Lo cierto es que el máximo tribunal mostró al trasluz la obsolescencia de un sistema construido hace ya 60 años *de la siguiente forma: sea como fuere*.

No exemplo [1], embora *seja como for* não seja complemento do verbo ‘parece’ e nem seu adjunto adverbial, quando construímos [1c], há uma aproximação ao argumento dado pelo autor do texto. Nesse caso, o relativo *como* mantém um valor de modo não encontrado nas construções [2b] e [3b], o que sugere um processo de gramaticalização em andamento, ou seja, o item lexical não se tornou totalmente um item gramatical ou o item menos gramatical não se tornou ainda um item mais gramatical a partir de uma motivação sociocognitiva por meio de um processo unidirecional. Nesse processo, a estrutura gramaticalizada não sofreu todas as perdas de seu conteúdo semântico original (COSTA, 2008, p. 14).

Martín Zorraquino (2010) considera que a constituição interna dos marcadores do discurso reflete frequentemente um processo de lexicalização (de fixação) – muitos dos marcadores são locuções de diferentes tipos – combinado com um processo de gramaticalização. Essas locuções são constituídas por várias palavras com uma forma fixa que se utiliza na fala como peça única, que apresenta o comportamento típico de uma determinada categoria gramatical e que não possui uma estrutura interna produtiva.

A pesquisadora (2010, p. 163) observa ainda que há certas orações fixas que deram lugar a marcadores do discurso, como *isto é, quer dizer e ou seja*, o que nos parece ser também o caso de *seja como for*. Além disso, outro aspecto sublinhado por Martín Zorraquino (2010, p. 163) é a presença abundante (e diversificada) de elementos dêiticos na composição dos marcadores do discurso: *agora, então, logo* (temporais), *ainda por cima* (locativo) e *assim* (modal). *Seja como for*, no caso, possui o elemento *como* (modal), ou seja, certas características da morfologia da expressão *seja como for* estão previstas na literatura atual sobre os marcadores discursivos.

*Seja como for* parece não estar totalmente gramaticalizada o que, no entanto, não impede que a expressão possa ser analisada sintaticamente e essa característica está intimamente relacionada a outra ainda pouco estudada, que é a sua prosódia. Segundo Llamas Saíz (2010, p. 189-190), é possível perceber as pausas feitas após a pronúncia da grande maioria dos marcadores e, inclusive, pode-se reconhecer uma pausa também anterior. Martín

Zorraquino e Portolés (1999) precisam que essa entonação não é enfática, e sim um reflexo da independência sintática dessas peças com respeito ao enunciado em que se inserem. No caso de *seja como for* para este trabalho, a prosódia não será levada em conta, mas podemos encontrar o reflexo dessa pausa da pronúncia nos textos escritos por meio da presença da vírgula posterior à expressão, que está presente em todos os textos selecionados para esta pesquisa.

É importante ressaltar que, quando falamos da possibilidade de a expressão *seja como for* ser um marcador discursivo, estamos limitando sua aparição em um texto a contextos em que não é realmente uma oração passível de análise sintática, como em [4]:

[4] (...) quase todas as críticas ao PAC são centradas na lentidão, ineficiência ou incompetência de sua execução. Jamais se ouviu de algum expoente opositor qualquer reparo à sua própria concepção. E ela é essencialmente anacrônica, pois se baseia na suposição de que qualquer aumento do PIB **-seja como for** obtido- se traduzirá em desenvolvimento, como se entre os dois houvesse alguma reação linear e automática. E isso justamente num país que dá um dos melhores exemplos históricos da falta de sincronia entre turbinagem do PIB e efetivo desenvolvimento. (Folha Online, 19/04/2009)

Neste caso, temos claramente *for obtido* como uma construção passiva cujo sujeito é *aumento do PIB*, o elemento *seja* tem função de conector concessivo, como já dito anteriormente, e *como* possui um valor modal. Casos como esse não se incluíram no *corpus* da pesquisa.

No que tange, portanto, a uma análise sintática, em nenhum dos casos da aparição da expressão *seja como for* no *corpus* ela possui classificação sintática, o que é o principal indício de que estamos diante de um marcador discursivo. Vejamos outras características atribuídas a estas expressões.

### 2.3.3- MOBILIDADE

Segundo Martín Zorraquino (1998, p. 23), os marcadores discursivos “manifestam, em muitos casos, uma ampla versatilidade distribucional: podem comparecer no começo, no meio ou no final da oração a que se referem”. Essa versatilidade, recorda a autora, não afeta por igual todos os marcadores, pois muitos deles apresentam possibilidades posicionais limitadas.

Llamas Saíz (2010, p. 189) reforça que, embora o grau de mobilidade sintática dessas unidades seja em geral muito elevado, existem limitações como, por exemplo, a impossibilidade de um marcador se situar entre um núcleo e seus adjacentes especificativos:

- a) \* Pediu uma prorrogação para entregar o trabalho, seu *no entanto* chefe não a concedeu.
- b) \* Às 8 esperaram uns minutos por educação, não chegou mais *no entanto* gente.

Por outro lado, podem-se encontrar marcadores que precedem obrigatoriamente o enunciado a que se referem, enquanto outros simplesmente têm preferência por esta posição.

Quanto à liberdade posicional dos marcadores, Llamas Saíz (2010, p.197-204) afirma que se trata de uma consequência de sua situação externa ao núcleo proposicional. Convém assinalar, além disso, que a versatilidade não incide do mesmo modo em todos esses marcadores, sendo os advérbios e locuções adverbiais os que maior mobilidade apresentam.

De fato, a liberdade dos marcadores está restringida pelo estatuto categorial ao qual estes elementos pertenciam originariamente. Martín Zorraquino (1998, p. 52-53) afirma que as unidades que procedem do conjunto das conjunções gozam de menor autonomia e parecem afetar operadores básicos da sequência oracional, como *y* e *pero*, que afetam a estruturação das orações ou do discurso como reflexo da sucessão de atos de fala.

Já as unidades que procedem de preposições mais ou menos gramaticalizadas e de certos advérbios e locuções adverbiais (como os de língua espanhola *incluso*, *especialmente*, *sobre todo*<sup>28</sup>) oferecem uma distribuição diversa segundo sua origem; no entanto, em todos os casos, estas unidades permitem focar não apenas a oração, mas também cada um dos constituintes de hierarquia diretamente dependente do núcleo oracional. Parece que estabelecem uma conexão entre entidades vinculadas pela relação predicativa, pela estrutura oracional e não refletem propriamente “comentários” sobre o conteúdo proposicional, embora estabeleçam, como todos os marcadores, uma espécie de “predicação secundária”: introduzem uma “apreciação adicionada” sobre os constituintes oracionais ou à oração completa. Nesse sentido, encontram-se em um limite “difuso” entre o “modal” e o “que é dito”.

As unidades que procedem de advérbios ou locuções adverbiais que afetam orações inteiras e que podem relacionar enunciados diferentes apresentam mais heterogeneidade. Alguns parecem afetar exclusivamente uma oração (são os que estão mais vinculados ao conceito de modalidade, como *verdadeiramente* e *francamente*); enquanto que outros marcadores conectam obrigatoriamente mais de duas sequências (*no entanto*, *por conseguinte*, *ou seja* etc.). Os primeiros costumam ser mais versáteis e os segundos tendem a posições iniciais ou mediais.

---

<sup>28</sup> Em português, *inclusive*, *especialmente* e *sobretudo*.



Finalmente, as unidades que têm um estatuto próximo ao das interjeições são aquelas que gozam de uma maior autonomia, tanto do ponto de vista fônico como no que tange a sua distribuição. Um exemplo é o marcador *bom*, que é compatível com vários marcadores, como “**Bom, então** eu vou embora”, “**Bom, até** eu consigo” e “**Bom, realmente**, ela é a mais bonita”.

Se analisamos os textos em português e em espanhol que compõem o *corpus*, percebemos que em todos os casos *seja como for* e *sea como fuere* se encontram em posição inicial, provavelmente porque essas estruturas relacionam dois segmentos do discurso, como *no entanto*. Dessa forma, como analisa Llamas Saíz (2010, p. 201), “a mobilidade se reduz quando o marcador relaciona dois segmentos do discurso, pois então tende a aparecer em posição inicial ou medial e a posição final resulta ser muito estranha, a não ser que o segmento discursivo no qual se encontre seja breve”, o que não acontece com *seja como for* e *sea como fuere*.

Outro fato que pode justificar a razão da pouca mobilidade das expressões em estudo é o de que, como afirma Pérez-Salazar (2006, citado por LLAMAS SAÍZ, 2010, p. 212), “quanto menos avançado está o processo [de gramaticalização do marcador], menor sua mobilidade”. E complementa que a presença de um elemento dêitico (*como*, no caso das expressões analisadas neste trabalho), em ocasiões um determinado quantificador (como em *de todos modos e em qualquer caso*) determina a posição sintática que ocupam os elementos: na periferia oracional e, normalmente, entre pausas.

### 2.3.4- PRESENÇA DE MODIFICADOR E ESPECIFICADOR

Outra característica dos marcadores discursivos enumerada por Portolés (1998a), Martín Zorraquino e Portolés (1999) e também por Llamas Saíz (2010) é a impossibilidade de receber especificadores e complementos. Essa característica distingue os marcadores dos advérbios como, por exemplo,

- a) Ele não fez a prova *muito* bem.
- b) Havia estudado. \* *Muito* no entanto, não se aprovou.

Essa característica, no entanto, não é comum a todos os marcadores. Llamas Saíz (2010, p. 190) comenta o caso de *además*, *encima* e *aparte*, que admitem complementos com *de*:

- c) No ha venido y, **aparte**, no se ha disculpado. (Não veio e, **além disso**, não se desculpou.)
- d) **Aparte de no venir**, no se ha disculpado. (**Além de não vir**, não se desculpou.)

No entanto, em construções como *d*, a autora considera que os marcadores carecem do valor conexivo, pois o elemento ao qual se fazia referência anaforicamente com o marcador (que no português acontece com o demonstrativo *isso* no exemplo *c*) é o que aparece agora no complemento.

É importante destacar a possibilidade de encontrar unidades compostas por um marcador originário junto com um especificador ou algum tipo de complemento, como visto em português com *além disso*. São exemplos: *con todo* (contudo) / *aun con todo* / *con todo y con eso*; *por el contrario* (pelo contrário) / *antes por el contrario*. No entanto, como reforça a autora (p. 191), cada um deles é um marcador diferente, pois os especificadores ou complementos não podem ser substituídos por outros, o que prova que se transformou e se fixou um novo advérbio.

No *corpus*, não foi encontrado nenhum caso em que *seja como for* possuísse um modificador ou um especificador. Entretanto, é existente na língua portuguesa a seguinte expressão como a encontrada em outro artigo de opinião:

- [5] “Das histórias anedóticas que rondam qualquer gênio havia uma que afirmava que o artista [Rembrandt] chegou a desembolsar boas quantias por obras dele mesmo, das quais ele não tinha guardado cópia.

A mais famosa delas, e uma de suas obras-primas na gravura, é a obra ‘Cristo Pregando’, que é conhecida mundialmente como ‘A Gravura de Cem Florins’. A história que se conta desde o século 18 é que Rembrandt teria pago esse valor em um leilão para comprar uma boa impressão de sua gravura.

**Seja lá como for**, um exemplar dessa obra feita entre 1643 e 1649 -veja quanto tempo ele podia levar para fazer uma gravura- está na exposição. ‘Cristo Pregando’, aliás, divide a mesma parede com outros dos destaques máximos tanto da gravura de Rembrandt quanto da exposição.” (Folha Online, 25/06/2002)

A diferença entre *seja como for* e *seja lá como for* talvez esteja presente no fato de esta estar mais vinculada à modalidade oral da língua. A presença de uma expressão tão parecida, no entanto, não invalida a análise de *seja como for* como um marcador discursivo, pois, como afirmam Martín e Portolés (1999, p. 4060-4061), há problemas na aplicação dos critérios de invariabilidade dos marcadores que podem apresentar diferentes graus de gramaticalização. Os marcadores discursivos procedem da evolução de uma série de sintagmas que, por uma parte, vão perdendo suas possibilidades de flexão e combinação, e, de

outra, vão abandonando seu significado conceitual e se especializam em outro de processamento.

Além disso, como afirmam Martín e Portolés (1999, p. 4066),

Existem variantes de marcadores que consistem no marcador originário mais um especificador ou algum tipo de complemento: *con todo/aun con todo/con todo y con eso; es más/aún es más, por el contrario/antes por el contrario*. Nestes casos, porém, se trata de marcadores diferentes, já que estes especificadores ou complementos não se podem substituir por outros semelhantes, o que é prova de que se formou e fixou um novo advérbio (advirta-se a agramaticalidade de *\*incluso con todo, \*con todo y con aquello, \*todavía es más, \*después por el contrario*)

Dessa forma, podemos cogitar a possibilidade de que *sea lá como for* seja outro marcador, uma vez que o advérbio locativo *lá* não pode ser substituído, por exemplo, por *ali* (*\*sea ali como for*), *aquí* (*\*sea aquí como for*) ou *acólá* (*\*sea acólá como for*), o que mostra também que esse dêitico sofreu um “desbotamento semântico”<sup>29</sup>.

No caso da expressão em língua espanhola, encontramos não um modificador ou especificador, e sim a possibilidade de alterar o tempo verbal do segundo verbo *ser* da expressão para o presente do subjuntivo, o que torna possível a estrutura concorrente *sea como sea*:

- [6] “Cristina Kirchner está más contenta con los políticos que con los empresarios. Reconoce: los políticos no la engañaron, porque dijeron en público lo mismo que habían dicho en privado. Aun en el disenso, es evidente que la Presidenta se siente entre pares cuando alude a los políticos. A Néstor Kirchner le interesa, en cambio, más el diálogo con los que tienen el poder real de la economía. **Sea como sea**, el diálogo necesita también de un determinado clima, en el que el otro no sea visto como un enemigo y en el que los tiempos sean más elásticos.” (La Nación, 19/07/2009)

Assim como no exemplo analisado [3], *sea como sea* não tem função sintática (não é, por exemplo, adjunto adverbial do segmento que introduz, como “*el diálogo necesita también de un determinado clima de la siguiente forma: sea como sea*”) e apresenta-se como um elemento marginal, separado por pausas e com entonação própria.

Tal fato pode ser explicado por uma razão evolutiva da língua: o futuro do subjuntivo é um tempo em desuso na língua espanhola, como afirmam Rojo e Veiga (1999, p. 2922):

o chamado ‘futuro do subjuntivo’ é um arcaísmo gramatical que hoje em dia apenas aparece residualmente na linguagem jurídica, em algumas construções fixas como *sea lo que fuere* ou em estilos deliberadamente

<sup>29</sup> Oliveira (2010) usa esse termo quando observa que os pronomes locativos *aí, ali, aquí, cá e lá* estão sofrendo dois possíveis processos de mudança gramatical: de advérbio para conector e de advérbio para clítico. Em ambos os casos, há uma alteração de seu estatuto semântico-sintático.

solenes ou arcaizantes, nos quais não é infrequente encontrar usos errôneos destas formas, o que prova sua falta de função na língua moderna.

Ainda como assinalam os estudiosos, a decadência de tal tempo verbal está localizada por volta do século XVI e já era substituído principalmente pelo presente do subjuntivo, exceto nas condicionais com a conjunção *si* que indicam futuro, nas quais se usa o presente do indicativo<sup>30</sup>.

Logo, no que tange à característica da impossibilidade de receber especificadores e complementos, *seja como for* e *sea como fuere* estão dentro do esperado da teoria sobre os marcadores discursivos.

### 2.3.5- NEGAÇÃO

Outra característica dos marcadores discursivos é a impossibilidade de serem negados. Martín Zorraquino (1998, p. 37-38) diz que, diferentemente do que acontece com as palavras que integram a oração propriamente dita, os marcadores do discurso não admitem, normalmente, a gradação nem qualquer outro tipo de quantificador, tampouco podem ser submetidos à negação. Este conjunto de propriedades se deriva da condição extraproposicional das unidades com as que a autora se ocupa, e isso permite distinguir, por exemplo, os advérbios de incidência verbal (não marcadores) dos advérbios e locuções adverbiais que são marcadores do discurso. Assim, no seguinte exemplo podemos ver como um advérbio que incide no núcleo predicativo pode ser negado:

- a) Demonstrou a tese *não evidentemente*.

enquanto que neste próximo exemplo não é possível a negação:

- b) \* GANHOU o torneio, *não com certeza*.

Analisando os textos em que aparecem as expressões *seja como for* e *sea como fuere*, não faria sentido construir enunciados como:

- [1d] \* Um deserto de homens e idéias: por muito tempo, o Brasil foi visto desse modo, aliás injustamente. **Não seja como for**, o ministro de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, parece mais do que nunca disposto a ocupar esse deserto por conta própria.

---

<sup>30</sup> Para ilustrar, reproduzimos o trecho de um recado deixado em um blog: “Carla, mañana si **puedes**, te miras mi blog.”

[2c] \* Nossos Democratas nasceram da costela da ditadura, como dissidência da Arena, e muitos de seus líderes ainda são a memória viva do coronelato político. Nem o PCI era comunista à maneira soviética nem o PFL jamais foi liberal de verdade.

*Não seja como for*, em ambos os casos, o esforço de "desideologização", a busca pelo lugar-comum democrático, sem maiores especificações, tudo enfim joga água no moinho dos que apostam na irrelevância crescente da política e no esgotamento dos partidos como catalisadores de demandas coletivas e veículos de transformação social.

[3c] \* Pero eso, el control de abundante dinero, es una de las dos condiciones indispensables para la conservación de la estructura sindical; la otra condición es el sindicato único, que acaba de tumbar la Corte Suprema. *No sea como fuere*, lo cierto es que el máximo tribunal mostró al trasluz la obsolescencia de un sistema construido hace ya 60 años.

Tendo em vista os testes feitos, podemos dizer que nenhuma das duas expressões analisadas podem ser negadas, o que nos dá mais uma evidência de que estamos lidando com marcadores discursivos.

### 2.3.6- INTERROGAÇÃO

A impossibilidade de ser resposta de uma interrogativa parcial é também citada como uma característica dos marcadores. Essa prova permite diferenciá-los dos adjuntos adverbiais:

- a) Defendeu **claramente** sua postura. (-Como defendeu sua postura? -*Claramente.*)
- b) Defendeu, **além disso**, sua postura. (-Como defendeu sua postura? \*-*Além disso.*)

Analisando os fragmentos de texto já citados neste capítulo em que aparecem as expressões *seja como for* e *sea como fuere*, percebemos que não é possível que sejam resposta de uma interrogativa:

[1e] Um deserto de homens e idéias: por muito tempo, o Brasil foi visto desse modo, aliás injustamente. **Seja como for**, o ministro de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, parece mais do que nunca disposto a ocupar esse deserto por conta própria. (-Como está disposto a ocupar esse deserto o ministro? \*-*Seja como for.*)

[2d] Nossos Democratas nasceram da costela da ditadura, como dissidência da Arena, e muitos de seus líderes ainda são a memória viva do coronelato político. Nem o PCI era comunista à maneira soviética nem o PFL jamais foi liberal de verdade.

**Seja como for**, em ambos os casos, o esforço de "desideologização", a busca pelo lugar-comum democrático, sem maiores especificações, tudo enfim joga água no moinho dos que apostam na irrelevância crescente da política e no esgotamento dos partidos como catalisadores de demandas coletivas e veículos de transformação social. (-Como tudo joga água no moinho dos que apostam na irrelevância? \*-*Seja como for.*)

[3d] Pero eso, el control de abundante dinero, es una de las dos condiciones indispensables para la conservación de la estructura sindical; la otra condición es el sindicato único, que acaba de tumbar la Corte Suprema. **Sea como fuere**, lo cierto es que el máximo tribunal mostró al trasluz la obsolescencia de un sistema construido hace ya 60 años. (-Como el

máximo tribunal mostró al trasluz la obsolescencia de un sistema construido hace ya 60 años? \*-*Sea como fuere.*)

A partir dos exemplos [1e], [2d] e [3d], podemos afirmar que *seja como for* e *sea como fuere* possuem também a característica de não constituírem resposta de uma interrogativa, propriedade atribuída aos marcadores discursivos.

## 2.4- CONCLUSÃO

As análises feitas até este momento com as expressões *seja como for* e *sea como fuere* foram de cunho sintático, embora tenhamos ressaltado que o funcionamento dos marcadores discursivos ultrapassa o nível oracional. Fizemos testes para comprovar a condição extraproposicional das expressões estudadas, dentre elas a de não possuir classificação sintática, não poderem ser focalizadas, possuírem um elevado grau de mobilidade, não poderem receber especificadores e modificadores, não poderem ser negadas e não poderem ser submetidas à interrogação parcial nem total.

Observamos que *seja como for* e *sea como fuere* apresentam todas essas características, apesar de não possuírem elevado grau de mobilidade - o que pode ser justificado pelo seu processo ainda inacabado de gramaticalização e por compartilharem características com os marcadores discursivos provenientes de advérbios e locuções adverbiais -; e de se poderem encontrar expressões de forma muito parecida: (1) no caso do português, *seja lá como for* poderia ser entendida como *seja como for* acrescida do locativo *lá*, mas parece ter um alcance discursivo diferente, no qual o pronome provoca uma distância maior de argumentos; e (2) no caso do espanhol, a expressão *sea como sea* aparece como forma concorrente devido ao desuso do futuro do subjuntivo na língua espanhola.

De toda forma, estamos diante de marcadores discursivos que parecem não ter sido ainda analisados sob uma ótica semântico-pragmática<sup>31</sup>, que é o que pretendemos fazer no próximo capítulo.

---

<sup>31</sup> A única obra encontrada por nós em que se categorizam alguns marcadores do discurso em língua espanhola e se faz menção à expressão *sea como sea* é o manual *Escribir en español: claves para una corrección de estilo*, de Buenos Aires, da editora Santiago Arcos editor, cuja primeira edição é de 2010. No entanto, o livro apenas categoriza a expressão como um “reformulador no parafrástico de distanciamiento”, sem trazer nenhum comentário, análise ou exemplo. O que faz é somente remeter à bibliografia que se apresenta no final do capítulo.

## **CAPÍTULO 3**

# **QUAL É O IMPACTO DE “SEJA COMO FOR” E “SEA COMO FUERE” NA INTERPRETAÇÃO DO TEXTO?**

A sua preparação, isto é, o seu estudo para melhor interpretar textos, irá depender do seu objetivo. Você pode ter em vista a sua aprovação em um vestibular, concurso público ou um teste de avaliação exigido para uma determinada função. Para isso, você precisará dominar uma certa técnica de interpretação de texto. Você poderá desejar, também, adquirir habilidade em interpretação de texto para melhor entendimento de suas leituras, sejam elas, técnicas ou de mero deleite. Seja como for, o que está em jogo é o perfeito entendimento daquilo que se leu!

(Em: [www.interpretacaodetexto.com.br](http://www.interpretacaodetexto.com.br))

### 3.1- INTRODUÇÃO

Neste capítulo daremos continuidade à análise do corpus, mas tendo como foco as relações semântico-pragmáticas que se estabelecem com o uso das expressões *seja como for* e *sea como fuere* no momento em que relacionam dois segmentos discursivos.

Tendo em vista que as expressões já podem ser consideradas marcadores discursivos, cabe a nós fazermos uma verificação de algumas possíveis inferências geradas pelo seu uso nos artigos de opinião. Antes, porém, de modo a dar um norte à pesquisa, faremos um teste de sinonímia, no qual amostras de textos em que aparecem *seja como for* e *sea como fuere* serão apresentadas a falantes nativos de ambos os idiomas que deverão sugerir sinônimos para tais expressões. Em seguida, apuraremos as respostas e verificaremos a que grupo estas expressões possivelmente pertencem.

Em um segundo momento, trataremos desse grupo de conectores, apresentando suas características semânticas e pragmáticas e, então, a partir do seu uso nos textos do *corpus*, conferiremos a real inclusão das expressões nesse grupo.

### 3.2- O TESTE DO “SINÔNIMO”

Para que pudéssemos direcionar a análise semântico-pragmática dos artigos, fizemos um rápido teste com as duas expressões estudadas. Pedimos a alguns falantes nativos de língua portuguesa e também a alguns falantes nativos de língua espanhola que dessem sinônimos a estas expressões, tomando como base um texto curto ou adaptado no qual aparecesse a expressão. Os nativos tiveram contato apenas com os textos em sua língua materna.

No caso do espanhol, escolhemos dois textos diferentes: em um aparecia a expressão *sea como fuere* e no outro *sea como sea*, já que, pelo que pudemos observar no capítulo anterior, o desuso do futuro do subjuntivo nessa língua pode ter feito com que a expressão parecesse arcaica.

Tendo em vista que a aparição das expressões analisadas acontece frequentemente no final do artigo de opinião, no caso do espanhol escolhemos um texto ([2]) que não estava no *corpus* devido à extensão.

Sendo assim, usamos os seguintes textos/fragmentos:



[A] UM DESERTO de homens e idéias: por muito tempo, o Brasil foi visto desse modo, aliás injustamente. **Seja como for**, o ministro de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, parece mais do que nunca disposto a ocupar esse deserto por conta própria.

Desembarcou na Amazônia nesta terça-feira, fumegando de propostas para a região. Impostos, educandários e aquedutos brotavam da sua mente fértil.

Por que não um aqueduto? Por que não vários? Transamazônicas líquidas, velozes, atravessavam as visões do ministro. Desembocariam no árido Nordeste. A teoria ungeriana é clara, límpida, desconcertante. "Numa região, sobra água, inutilmente. Na outra região, falta água, calamitosamente. (...) (Folha Online, 18/01/2008)

[B] (...) Debemos admitir que Sarah Bernhardt (1845-1923) fue una gran actriz, según testimonio de sus contemporáneos: lo que de ella queda en algunos rollos de cine mudo y en un cilindro de cera grabado por Edison equivale a la visión de unas ruinas prestigiosas. Lo concreto es que con talento para la actuación y verdadero genio para la publicidad, Sarah convenció al mundo de ser la más grande actriz que jamás existiera, y la leyenda se mantiene incólume hasta hoy, con la sola oposición de los partidarios de su rival, Eleonora Duse.

**Sea como fuere**, Sarah se inventó un personaje fascinante, de múltiples facetas, a menudo contradictorias. Extravagante, seductora (pese a ser muy delgada, cuando regía el canon de la mujer opulenta), caprichosa, pródiga en amores y amoríos, segura de sí misma hasta la arrogancia, astuta comerciante, supo con exactitud qué resortes tocar para estar siempre en boca de todo el mundo: como ella decía, "desde los Urales hasta las Rocallosas. (...) (La Nación, 01/08/2008)

[C] Cristina Kirchner está más contenta con los políticos que con los empresarios. Reconoce: los políticos no la engañaron, porque dijeron en público lo mismo que habían dicho en privado. Aun en el disenso, es evidente que la Presidenta se siente entre pares cuando alude a los políticos. A Néstor Kirchner le interesa, en cambio, más el diálogo con los que tienen el poder real de la economía. **Sea como sea**, el diálogo necesita también de un determinado clima, en el que el otro no sea visto como un enemigo y en el que los tiempos sean más elásticos. (...) (La Nación, 19/07/2009)

Estamos conscientes de que esses textos específicos podem ter levado os falantes nativos a escolher uma e não outra expressão como sinônima e de que, por acaso, tal expressão poderia não ser sinônima em algum outro texto ou vice-versa. Na verdade, a proposta de substituição era para confirmar se se trata de um marcador discursivo, ou seja, se a pessoa escolhesse algum outro marcador para substituir *seja como for* e *sea como fuere* / *sea como sea*, então teríamos indício de que elas são de fato consideradas marcadores discursivos. Além disso, a partir das substituições feitas, poderíamos observar a que grupo semântico provavelmente pertencem essas expressões.

Obtivemos nesse teste os seguintes resultados:

[A] De qualquer maneira / Independente disso / De qualquer forma / De todo modo /  
Dessa forma

[B] Siguiendo su carrera / Una faceta interesante fue que Sarah... / Ante todo / “Sin importar”<sup>32</sup> / De cualquier modo / De cualquier forma / No importa cómo haya sido / De todas formas

[C] Sin más / Aun así / De cualquier modo / De todas formas / Pero se debe tener en cuenta que el diálogo... / No se debe olvidar que el diálogo... / Pero, como se sabe (o como todos sabemos) / En cualquier caso / Cualquiera que sea el caso / De todas formas como sea / De todas maneras

A partir dessas respostas, podemos vislumbrar que *seja como for* e *sea como fuere* se aproximam a uma ideia de supressão ou desconsideração do argumento anterior, como em *de cualquier manera, independiente disso, de cualquier forma, de todo modo, sin importar* (sem importar), *de cualquier modo* (de qualquer modo), *de cualquier forma* (de qualquer forma), *no importa cómo haya sido* (não importa como tenha sido), *de todas formas* (de todas formas), *en cualquier caso* (em qualquer caso), *de todas maneras* (de todas maneiras) e *cualquier que sea el caso* (qualquer que seja o caso).

Ainda a partir das respostas acima, consultamos a literatura sobre marcadores do discurso e conectores, como Martín Zorraquino e Portolés (1999), e percebemos que há um grupo de expressões denominado *reformuladores*, no qual se incluem, por exemplo, *de cualquier forma* e *de cualquier modo* e é essa nossa hipótese do trabalho: de que *seja como for* e *sea como fuere* pertencem a esse grupo de conectores.

Passemos, portanto, a uma análise semântico-pragmática do *corpus* para comprovar ou refutar essa hipótese. Antes, porém, descreveremos o funcionamento da reformulação e de alguns conectores considerados reformulativos.

### 3.3- A REFORMULAÇÃO E SEUS CONECTORES

O processo de reformulação foi bastante estudado por Corinne Rossari em sua obra de 1993 intitulada *Les opérations de reformulation: analyse du processus et des marques dans une perspective contrastive français-italien*, que influenciou diversos outros linguistas como Martín e Portolés (1999) e Garcés (2008). Em um estudo contrastivo entre o francês e o italiano, a pesquisadora suíça traçou definições do fenômeno da reformulação e apresentou,

---

<sup>32</sup> O falante nativo de espanhol não conseguiu se expressar com um sinônimo, mas quis contribuir com uma ideia ao dizer “sem importar”.

por meio de exemplos construídos e originais, suas conclusões sobre o uso de conectores dessa categoria.

Inicialmente, Rossari (1993) considera que, dentre as diversas funções interativas que podem unir dois atos discursivos, a função interativa de reformulação parece estar mais diretamente ligada à presença de um marcador especializado do que a da argumentação. De fato, quando inserimos um MD reformulativo, anulamos a função interativa do argumento de conclusão para substituí-la por uma função interativa de reformulação, como comprova o exemplo proposto pela autora:

[1] Max se esqueceu de ir à reunião. Ela foi cancelada.

A primeira conexão que fazemos entre ambas as frases é a conclusiva, que poderia ser por meio do conector *por isso*:

[1a] Max se esqueceu de ir à reunião. **Por isso**, ela foi cancelada.

No entanto, a ideia de reformulação não é a esperada e só acontece se colocarmos um conector desse grupo:

[1b] Max se esqueceu de ir à reunião. **De toda forma**, ela foi cancelada.

Essa observação de Rossari se deve à sua escolha de tratar as relações do discurso sob o ponto de vista lexical fraco (ROSSARI, 2000), como vimos no primeiro capítulo. A autora serve-se da restrição que os conectores exercem sobre as continuações linguísticas que lhes são adjacentes para determinar a natureza da relação do discurso que eles instauram. Essas restrições são observadas sobre a base das possibilidades de substituição de conectores muito próximos semanticamente. Esses conectores são reagrupados em função de uma relação conceitual que são todos obrigados a exprimir. Essa relação não deve ser entendida como uma cópia da relação cognitiva ou funcional que se percebe sem conector.

Ao adotar este ponto de vista, Rossari observa que não há uma equivalência sistêmica entre relações não-marcadas e relações marcadas com conectores. Além disso, ela nota a existência de relações marcadas por um conector que não correspondem a nenhuma das “primitivas cognitivas” (aspas da autora) consideradas nas abordagens conceituais para determinar os diferentes tipos de relação de coerência: causa-consequência, contraposição e adição.

A reformulação é uma dessas relações que não corresponde às primitivas cognitivas. Para a autora (ROSSARI, 1993), a reformulação é uma operação de mudança de perspectiva enunciativa que vem de uma retrointerpretação do movimento discursivo

anterior. O locutor, seguindo uma primeira formulação dada como autônoma e, portanto, formadora de um movimento discursivo, acrescenta um segundo movimento discursivo que vem englobar a primeira formulação e subordiná-la retroativamente. Essa nova formulação, apresentada como ato principal<sup>33</sup>, é introduzida por um conector reformulativo e o uso desse conector permite ao locutor indicar explicitamente a mudança de perspectiva enunciativa operada.

Dessa forma, Rossari considera conector reformulativo todo marcador suscetível de apresentar um ponto de vista introduzido como uma reconsideração do ponto de vista ao qual ele reflete. Assim, o termo **reformulação** deve ser compreendido como um processo de retrointerpretação: ela não produz somente uma modificação quanto à forma, mas quanto à maneira como o locutor apreende a realidade evocada em um ponto de vista a partir da perspectiva enunciativa escolhida.

Em sua obra dedicada exclusivamente ao estudo teórico-descritivo dos procedimentos de ordenação e reformulação, Garcés (2008, p. 69) complementa que a reformulação reflete a capacidade dos falantes de escolher as formulações linguísticas que consideram mais adequadas em cada momento para configurar o texto, segundo sua intenção comunicativa, e se mostra, além disso, como um guia que ajuda o interlocutor a obter as inferências apropriadas para interpretar adequadamente a mensagem.

Del Saz Rubio (2009), na introdução de seu artigo em que contrasta os marcadores de modificação (como, por exemplo, *para ser mais exato e ou melhor*) em inglês e espanhol, propõe algumas razões que subjazem ao por que se leva a cabo uma reformulação e, para a autora, seja a língua que for, elas estão intimamente ligadas à natureza interativa da comunicação. Os falantes não apenas possuem a habilidade de comunicar-se em um código determinado, mas também podem se referir ao mesmo processo comunicativo no qual se encontram imersos em um determinado momento. Os falantes podem reajustar suas intervenções, modificá-las e corrigi-las se consideram que a direção que o intercâmbio comunicativo está tomando não é o que eles tinham em mente originariamente. Neste sentido, “reformular uma intervenção prévia pode resultar sumamente útil para a ótima transmissão do significado” (DEL SAZ RUBIO, 2009, p. 164). Assim, a reformulação é um recurso *metalinguístico* para prevenir, indicar ou solucionar problemas comunicativos, assim como para facilitar a coesão e coerência textual, o qual redundará na progressão discursiva do mesmo. Em determinadas ocasiões, a intenção de reformular pode responder a um desejo de criar

---

<sup>33</sup> Rossari trabalha na perspectiva da Análise Modular.

determinados efeitos humorísticos, ou como um recurso estilístico, ou como mecanismo de controle da tomada de turnos na interação oral.

Em qualquer caso, a reformulação é uma atividade discursiva que permite o falante voltar sobre uma formulação inicial. Garcés (2008, p. 70) lembra que o conceito já foi tratado em diversas perspectivas. Alguns estudiosos, como Gülich e Kotschi, consideram esse processo como um mecanismo para resolver problemas comunicativos. Eles, inclusive, analisam que, quando o falante considera que o foi expresso anteriormente não é de todo adequado ao que se pretende comunicar, ele volta e reformula o que foi dito de uma maneira diferente. Outros estudiosos, como D. Blakemore, que segue a perspectiva da Teoria da Relevância, asseguram que a decisão de reformular uma expressão se deve ao fato de que o falante reconhece que sua reformulação inicial não conseguiu ser o suficientemente relevante segundo seus propósitos comunicativos e teve que formulá-la de novo para obter a relevância ótima.

Seja qual for a teoria seguida, todas concordam com o fato de a reformulação tratar-se de um procedimento de organização do discurso que permite ao falante voltar sobre um segmento anterior para reinterpretá-lo e apresentá-lo desde uma perspectiva diferente. No entanto, os processos de reformulação não são todos iguais e, por isso, se distinguem dois tipos de relações fundamentais: a parafrástica e a não-parafrástica.

Na **reformulação parafrástica**, segundo Rossari (1993, p. 14), há uma equivalência semântica entre dois enunciados, sobretudo pelo ato de “predicação de identidade”: dois enunciados são produzidos e se encadeiam de tal maneira que podem e devem ser compreendidos como “idênticos”. É o que acontece no exemplo abaixo:

[2] O leopardo é um quadrúpede, **ou seja**, caminha sobre quatro patas.

O segmento discursivo *quadrúpede* é “idêntico” ao segmento posterior *caminha sobre quatro patas*, isto é, ambos os segmentos se referem ao mesmo estado de coisa e são equivalentes.

Rossari (1993, p. 14-15) ressalta que um marcador de reformulação parafrástica (MRP) pode assinalar uma relação desse tipo independentemente do contexto, pois as propriedades semânticas desses marcadores permitem instaurar uma predicação de identidade inclusive entre enunciados que não possuem nenhuma equivalência semântica. Dessa forma, existem casos em que a reformulação parafrástica se apoia na existência de um parentesco semântico entre os dois enunciados e outros em que a identidade se estabelece em um determinado contexto discursivo entre os enunciados que se apresentam como se fossem

equivalentes. O primeiro tipo permite realizar uma análise baseada nas relações significativas dos dois enunciados, como fizemos em [2]; no segundo tipo, a vinculação apenas pode ser estabelecida através de um processo inferencial e, portanto, a presença dos marcadores discursivos é necessária para indicar a relação de equivalência que se quer assinalar entre os enunciados, como no exemplo [3]:

[3] “Somos liberais, **ou seja**, democratas sem adjetivos, e afirmamos uma sociedade que inclua todos nas possibilidades de progresso.” (Folha de São Paulo, 11 de dezembro de 2007)

A relação de “identidade” entre o segmento discursivo *somos liberais* e o segmento *democratas sem adjetivos*, ou seja, de serem equivalentes semanticamente, só acontece devido à presença de **ou seja**, já que, semanticamente, ser *liberal* não é idêntico a ser *democrata sem adjetivos*, mas é uma relação possível (e obrigatória) construída no contexto graças à presença do conector assinalado.

Devemos entender equivalência semântica, portanto, como o fato de os interlocutores atribuírem aos enunciados relacionados uma base sêmica comum e uma série de características diferenciais condicionadas pela situação e pelo contexto. A relação de parentesco semântico pode surgir a partir de um núcleo de significado comum, como em [2], mas pode também basear-se em semelhanças que se originam no contexto, como resultado da interpretação dos enunciados conectados por um reformulador, como em [3].

Em suma, a relação parafrástica não é uma propriedade das formulações linguísticas, mas o resultado de uma estratégia cognitivo-linguística dos falantes que passam a identificar momentaneamente as significações dos enunciados vinculados, anulando as diferenças em benefício das semelhanças (GARCÉS, 2008, p. 72). O tipo de equivalência que se deve estabelecer nesse caso, portanto, não se deve limitar a uma equivalência fechada e estática, mas sim a uma relação de parentesco semântico que surge de um trabalho dinâmico sobre as significações dos enunciados, ou seja, trata-se de assinalar em que condições interpretativas podem-se considerar equivalentes dois enunciados (GARCÉS, 2009, p. 19). Dessa forma, para Rossari (1993, p. 16-17), uma operação de reformulação parafrástica só acontece por meio de um MRP. Caso contrário, trata-se de uma *reprise*, ou seja, não há operação de predicação, mas há uma função interativa de reformulação, e não a reformulação propriamente dita.

Ao considerar a reformulação parafrástica como uma relação de equivalência entre dois segmentos discursivos que possuem o mesmo nível hierárquico, podemos estabelecer graus nessa relação que pode ser mais forte ou mais fraca dependendo dos

constituintes conectados e dos marcadores de reformulação empregados. Desse modo, os vários tipos de reformulação parafrástica se diferenciam pela relação semântica estabelecida entre os termos da paráfrase e pelas marcas de conexão. A relação de paráfrase se configura em torno de três tipos, segundo Garcés (2009):

- a) **Expansão:** a expansão reformulada é mais ampla semanticamente que a expressão de referência;
- b) **Redução:** os traços semânticos de uma unidade semântica mais complexa são “condensados” na expressão reformulada;
- c) **Variação:** os traços semânticos são equiparáveis.

A consideração de uma **reformulação não-parafrástica** foi proposta por E. Roulet (1987) a fim de diferenciá-la da anterior, caracterizada, segundo ele, como uma operação que une constituintes do mesmo nível hierárquico entre os quais simplesmente se estabelece uma relação de paráfrase. Na reformulação não-parafrástica, ao contrário, a nova reformulação supõe uma mudança de perspectiva enunciativa ao mesmo tempo em que estabelece uma subordinação hierárquica do segmento de referência a respeito do segmento reformulado.

Neste mesmo sentido, Rossari (1993, p. 18-21) considera a reformulação não-parafrástica como uma forma de operar uma retrointerpretação a fim de se remeter a uma nova perspectiva enunciativa anunciada pelas instruções semântico-pragmáticas do marcador. Essa mudança de perspectiva dá lugar a uma tomada de distância que pode ser medida em grau (maior ou menor), o que levou a autora a classificar os marcadores em quatro grupos:

- a) **Recapitulação:** o locutor volta à primeira formulação a fim de tirar o essencial. A tomada de distância é pouco acentuada, pois o locutor não põe em questão o ponto de vista expresso na primeira formulação;
- b) **Reexame (ou Reconsideração):** o locutor indica que, tendo que enunciar uma nova formulação, ele faz uma revisão de todos os elementos de um ponto de vista expresso explicitamente ou não. A tomada de distância em relação à primeira formulação é fraca, mesmo se após esta operação o locutor for levado a introduzir um novo ponto de vista. Um marcador deste tipo permite ao locutor legitimar a introdução de um ponto de vista novo ou inesperado, já que é apresentado como tendo sido assunto de um exame preliminar dos elementos do ponto de vista ao qual ele reenvia;
- c) **Distanciamento:** possui uma tomada de distância um pouco maior que os outros dois grupos, mas não existe uma reenuniação. Alguns conectores deste grupo especificam

se a tomada de distância que eles instauram concerne-se ao aspecto modal (como *de toute façon* e *de toute manière*) ou factual (como *en fait* e *en réalité*) do problema levantado na primeira formulação. No primeiro caso, o enunciado introduzido deve ser considerado como independente da modalização do problema posto na primeira formulação; já no segundo caso, os conectores permitem que a reformulação seja mais próxima dos fatos;

- d) **Renúncia (ou Invalidação):** essa operação traz uma mudança de perspectiva que instaura uma tomada de distância muito acentuada, pois o locutor renuncia retroativamente a um aspecto de sua primeira formulação.

Um aspecto importante da reformulação e, especificamente dos reformuladores, se refere à presença obrigatória (ou não) do marcador entre os enunciados. Segundo Garcés (2009), isso depende do tipo de relação que se configura. Se a equivalência semântica entre os segmentos discursivos se baseia em traços significativos comuns, como no exemplo [2], seu emprego não é imprescindível, já que a relação pode se manifestar por outros meios, como o paralelismo sintático (*O leopardo é um quadrúpede, caminha sobre quatro patas.*). No entanto, se a equiparação surge como um fato de discurso, está determinada pelo falante e requer que o ouvinte realize um processo inferencial para poder ter acesso a ela, a presença do marcador é obrigatória, como no caso [3], no qual, se suprimimos o marcador **ou seja**, o enunciado *democratas sem adjetivo* é interpretado como uma característica a mais do *nós*.

Garcés (2008 e 2009), após análise atenta de Rossari (1993), Roulet (1987), Gülich e Kotschi (1983, 1995, 1996), Kotschi (2001), Martín e Portolés (1999), Cortés e Camacho (2005) e Hossbach (1997), propõe sua perspectiva (e será essa a que nós seguiremos neste trabalho) de que o processo de reformulação consiste em voltar sobre um conteúdo de um segmento ou de um enunciado anterior ou sobre o ato de enunciação, para expressá-lo de outra maneira, equivalente ou diferente. Trata-se de um procedimento de reinterpretação discursiva, que evidencia a intencionalidade do falante de guiar o interlocutor para que interprete a mensagem da maneira adequada. As razões que motivam esse processo são de diversos tipos:

- a) pretende-se explicar o que foi dito em uma formulação prévia. Nessa reformulação, os conectores podem manifestar uma relação baseada na equivalência discursiva estabelecida entre os segmentos conectados, e, nesse caso a equiparação não vem dada somente pelas relações significativas, mas se origina como um fato de discurso e é o



falante o responsável por estabelecê-la em um contexto determinado. Os conectores deste grupo são definidos como **conectores de explicação**:

[4] “A polícia de Los Angeles apressou-se em decretar que a morte de Brittany se deu por ‘causas naturais’. **Ou seja**, não foi acidente, assassinato ou suicídio, e também não se encontraram drogas ilegais.” (Folha de São Paulo, 28 de dezembro de 2009)

b) pretende-se retificar o que foi dito em um segmento anterior. Assim, os **conectores de retificação** assinalam que o segmento de referência não se considera suficientemente adequado, por isso se modifica pelo segmento reformulado, ou que não é apropriado e, por isso, é substituído por uma nova formulação:

[5] “A fé no poder abstrato da moeda não nos diz nada das relações de força que significam quanto ela ‘vale’, **quer dizer**, da moeda enquanto relação social.” (Folha de São Paulo, 11 de dezembro de 2009)

c) pretende-se recapitular o anterior mediante uma nova formulação. Nesse caso, os conectores caracterizam-se por englobar em um último segmento as características mais relevantes ou representativas do que se expressou nos segmentos anteriores, por isso são chamados de **conectores de recapitulação**:

[6] “JOSÉ SARNEY ficou. E o recado é: político agora só tem de prestar conta do que faz em época de eleição. Não é mais apenas um deputado do baixo clero que ‘se lixa’ para a opinião pública, mas todo o sistema. Incluindo o Executivo, que banca Sarney, e o Judiciário, responsável pela censura imposta ao jornal *O Estado de S. Paulo*.

O eleitorado que espere a sua vez. Enquanto isso, pode se contentar com as duas explicações subentendidas que vêm com essa atitude. Primeiro, era necessário parar com a guerra de denúncias, porque, do contrário, iria acabar em punições e muito pouca gente escaparia da degola. Além disso, não há mesmo quadros muito melhores do que os atuais. **Em suma**, por falta de opção, a grande maioria vai acabar se reelegendo em 2010.” (Folha de São Paulo, 18 de agosto de 2009)

d) pretende-se fazer uma reconsideração e expressar-se desde um novo ponto de vista. Os conectores, portanto, são chamados de **conectores de reconsideração**, pois supõem uma volta aos segmentos precedentes e a formulação de um novo ponto de vista que pode estar na mesma direção que todos ou de um dos segmentos prévios, ou pode ser um ponto de vista que reúne tanto os elementos concordantes como os discordantes, ou até mesmo um ponto de vista contrário ao anterior:

[7] “Salário inicial de cerca de R\$ 18 mil, status, cargo de chefia e liberdade de atuação. Quem não gostaria de ter um emprego desses?

Por incrível que pareça, o Judiciário brasileiro tem centenas de vagas assim, em diversos Estados, e não as preenche simplesmente porque os candidatos não conseguem passar nos concursos para juiz.

O Tribunal de Justiça de São Paulo, por exemplo, colocou 183 cargos de magistrados em disputa no ano passado. Houve 5.459 pessoas inscritas, mas, **no final das contas**, só 76 foram aprovadas.” (Folha de São Paulo, 19 de janeiro de 2009)

e) pretende-se estabelecer uma separação de diferente grau. Os **conectores de separação** dão lugar a uma revisão do que foi dito no segmento de referência, que implica a perda parcial ou total de pertinência do que foi expresso previamente;

[8] “AS RECENTES mudanças no comando do Ministério da Justiça trouxeram à tona, mais uma vez, este que é um dos maiores desafios à construção de uma verdadeira ordem democrática no país: a necessidade de concebermos estratégias responsáveis para mediar a nossa relação com a violência.

Assumir esse desafio está longe de ser tarefa das mais fáceis quando crescem clamores por soluções simplistas, como a redução da maioria penal ou a adoção da pena de morte. **Em todo caso**, foi o que fez nesta seção o novo titular da pasta, ministro Tarso Genro, ao reivindicar uma maior interface entre políticas sociais e políticas de segurança pública.” (Folha de São Paulo, 18 de junho de 2007)

Quanto a este último grupo de conectores, é interessante citar o ponto de vista defendido por Domínguez García (2007), que considera as expressões espanholas *en todo caso*, *en cualquier caso* e *de todas formas* como conectores contra-argumentativos restritivos, embora admita seus casos fronteiriços entre a conexão e a reformulação, já que ela segue a diferenciação entre *conector* e *marcador do discurso* tal como propõem Martín e Portolés (1999).

Para a autora, a oposição é a relação argumentativa que se estabelece entre dois enunciados do discurso cujos conteúdos expressam entre si algum contraste ou contraposição. Nesse sentido, pode-se falar de dois grandes tipos de relações argumentativas de oposição:

- A *contra-argumentação*, que é uma relação argumentativa na qual o segundo argumento cancela as conclusões ou as expectativas que poderiam ser obtidas do primeiro argumento, ou substitui, elimina ou corrige o primeiro argumento, superpondo-se a ele:

[9] “Obrigado pelo artigo publicado no EL PAÍS no dia 13 de fevereiro a respeito do indulto concedido nos Estados Unidos a um cachorro. Seria muito simples ironizar sobre a sensibilidade de uma sociedade tão preocupada por um cachorro e tão pouco sensível ao assassinato legal de delinquentes (perdão, pena de morte). **Mas** essa ironia seria cruel e injusta para os milhares de estadunidenses que se opõem à pena de morte e que pedem em vão indultos aos governadores do Estado, como aconteceu com as três últimas execuções de Arkansas. (*El País*, 01/03/97)<sup>34</sup>

<sup>34</sup> Tradução livre de “Gracias por el artículo publicado en EL PAÍS el 13 de febrero respecto al indulto concedido en Estados Unidos a un perro. Sería muy sencillo ironizar sobre la sensibilidad de una sociedad tan preocupada por un perro y tan poco sensible respecto al asesinato legal de delincuentes (perdón, pena de muerte). Pero esa ironía sería cruel e injusta para los miles de estadounidenses que se oponen a la pena de muerte y que

- O *contraste*, que é uma relação entre dois enunciados que contém uma comparação entre dois segmentos que se contrapõem, mas sem cancelar nenhuma conclusão que pudesse ser deduzida de qualquer um deles:

[10] O pensamento dos homens é, em geral, do tipo rodovia, do ponto *a* ao ponto *b*. As mulheres, **em contraste**, têm o tipo de pensamento associativo, podem pensar em muitas coisas ao mesmo tempo. (*El País*, 08/12/96)<sup>35</sup>

Domínguez (2007) ainda faz uma distinção dentro das relações contra-argumentativas e considera que há duas relações possíveis:

- Relação contra-argumentativa *restritiva*, na qual o segundo enunciado cancela, seja direta ou indiretamente, uma conclusão anterior (isto é, se a conclusão do primeiro enunciado se vê anulada diretamente pelo conteúdo do segundo enunciado, ou se a conclusão do primeiro enunciado resulta cancelada pela conclusão do segundo enunciado, e não diretamente pelo seu conteúdo), mas sem eliminar o primeiro enunciado, como no exemplo [9].
- Relação contra-argumentativa *excludente*, na qual o segundo enunciado se sobrepõe ao primeiro eliminando-o, substituindo-o, ou retificando-o:

[11] Com isto quero dizer que o problema não é auto-serviço sim ou auto-serviço não; **mas sim** um problema de uso das tecnologias e de distribuição de emprego e renda, com o objetivo de alcançar a chamada sociedade de bem-estar e lazer, que é a sociedade pela qual deveríamos lutar. (*El País*, 26/04/97)<sup>36</sup>

Domínguez (2007, p. 122), quando admite a proximidade das expressões espanholas *en todo caso*, *en cualquier caso* e *de todas formas* ao grupo dos reformuladores, assinala que eles debilitam a força argumentativa do segmento anterior de sua relação, chegando, inclusive, ao seu cancelamento – função possível como conectores – ao mesmo tempo em que chamam a atenção sobre seu enunciado, ao qual mostram como imprescindível para a continuidade do discurso, em detrimento do enunciado anterior, que apresentam como não relevante – função reformulativa.

---

piden en vano indultos a los gobernadores de Estado, como sucedió con las tres últimas ejecuciones de Arkansas.”, citado por Domínguez (2007, p. 89)

<sup>35</sup> Tradução livre de “El pensamiento de los hombres es en general del tipo autopista, del punto *a* al punto *b*. Las mujeres, en cambio, tienen el tipo de pensamiento asociativo, pueden pensar en muchas cosas a la vez.”, citado por Domínguez (2007, p. 90)

<sup>36</sup> Tradução livre de “Con esto quiero decir que el problema no es autoservicio sí o autoservicio no; más bien es un problema de uso de las tecnologías y de reparto de empleo y renta, con el objeto de alcanzar la llamada sociedad de bienestar y el ocio, que es la sociedad por la que deberíamos luchar.”, citado por Domínguez (2007, p. 97)

Montolío (2001) também dedica algumas páginas para analisar as expressões *de todas maneras*, *de todas formas* e *de todos modos* e observa que frequentemente estas expressões apresentam um valor de oposição entre as informações que enlaçam, de um modo semelhante a como faz, por exemplo, o conector contra-argumentativo *sin embargo* e cita o seguinte exemplo para provar que as expressões são intercambiáveis:

- [12] El año que está concluyendo ha registrado unos niveles muy elevados de valoración de la economía española. Los mercados consideran muy seriamente la posibilidad de que el país forme parte del grupo inicial del euro. Los esfuerzos en el terreno presupuestario y la seriedad de la política monetaria son valorados muy positivamente por los mercados. **De todas maneras / Sin embargo**, es muy importante no caer en una euforia exagerada.<sup>37</sup>

Entretanto, não existe uma equivalência entre os conectores reformuladores e os conectores contra-argumentativos, em geral, já que *de todas formas* pode introduzir um segmento informativo coorientado com o precedente, isto é, pode relacionar duas informações sem que se produza uma operação de oposição, contraste ou contra-argumentação entre elas, o que, obviamente, um conector qualificado de “contra-argumentativo” não pode realizar:

- [13] - ¡Ostras! Lo siento, se me ha olvidado comprar el pastel.  
- **De todas formas**, no nos conviene el dulce, así que no te preocupes.<sup>38</sup>

Nesse diálogo, como explica Montolío (2001, p. 93), *de todas formas* une dois argumentos que não se apresentam como antiorientados. A instrução que acarreta *de todas formas* é anular a importância informativa da proposição anterior. Desse modo, uma paráfrase adequada da resposta dada em [13] seria “*no importa que se te haya olvidado el pastel porque no nos conviene el dulce*” (note que a sequência *no importa* equivale, de algum modo, a *de todas formas*). Parece claro que aqui as proposições “esquecer-se do bolo” e “não nos convém o doce” não se apresentam como contra-argumentadas, o que aconteceria se houvesse sido usado um conector prototipicamente contra-argumentativo, como *sin embargo*:

- [14] - ¡Ostras! Lo siento, se me ha olvidado comprar el pastel.  
- # **Sin embargo**, no nos conviene el dulce, así que no te preocupes.

No entanto, esta resposta resulta bastante forçada, o que prova que, a pesar de semelhantes em alguns contextos, *de todas formas* e *sin embargo* não são marcadores

<sup>37</sup> O ano que está acabando registrou uns níveis muito elevados de valorização da economia espanhola. Os mercados consideram muito seriamente a possibilidade de que o país forme parte do grupo inicial do euro. Os esforços no terreno de orçamento e a seriedade da política monetária são valorizados muito positivamente pelos mercados. **De todas maneiras / No entanto**, é muito importante não cair em uma euforia exagerada. (Tradução livre)

<sup>38</sup> - Droga! Sinto muito, me esqueci de comprar o bolo.

- De todas formas, não nos convém o doce, então se preocupe. (Tradução livre)

idênticos. Mais que isso: o fato de que *de todas formas/maneras/modos* não seja sempre equivalente a um conector contra-argumentativo explica que alguns especialistas os tenham identificado em um grupo a parte, classificando-os como *reformuladores de distanciamento*. Esta denominação, lembra Montolío (2001, p. 93), “resulta bastante transparente, já que estes conectores, de fato, reformulam o que se disse no segmento precedente introduzindo uma conclusão que se ‘distancia’ de qualquer possível implicação, inferência ou relevância que pudesse aportar o segmento prévio”.

É por essa mesma razão que optamos por designar o conjunto de expressões como *de todos modos, en cualquier caso e de todos modos* como *reformulativas*, de um modo geral e *reformulativas de distanciamento* especificamente.

### **3.4- ANÁLISE CONTEXTUAL DO CORPUS**

Em um primeiro momento, consideramos necessário reduzir o número de textos para esta análise. Escolhemos, aleatoriamente, dentre os 37 textos que compõem o *corpus* primário, quatro artigos de opinião em língua portuguesa e quatro artigos de opinião em língua espanhola. O recorte se deve ao fato de a quantidade de textos que compõem o *corpus* inicial ser muito grande para uma análise mais atenta do funcionamento semântico-pragmático das expressões.

Em seguida, relemos os textos escolhidos e levamos em conta qual é a finalidade do uso dessas expressões nos textos e quais eram os segmentos discursivos que vinham antes e depois das expressões. Desta primeira análise, pudemos perceber que existe uma proximidade com o que se descreve sobre a reformulação, já que em todos os casos há uma releitura ou do(s) argumento(s) anterior(es) em si ou da importância dele(s) para apresentar um argumento forte e que deve ser levado em conta na persecução do texto.

Entretanto, nem todos os contextos partilham da mesma estrutura argumentativa. Apresentaremos, portanto, o que observamos.

### 3.4.1- ARTIGOS DE OPINIÃO BRASILEIROS

Os artigos escolhidos para a análise foram *Mente fértil* (18/01/2008), *Também pudera* (04/04/2008), *Política sinistra* (09/04/2007) e *Partidos de massa* (29/07/2009).

#### 3.4.1.1- *Mente fértil*<sup>39</sup>

[15] UM DESERTO de homens e idéias: por muito tempo, o Brasil foi visto desse modo, aliás injustamente. **Seja como for**, o ministro de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, parece mais do que nunca disposto a ocupar esse deserto por conta própria.

Desembarcou na Amazônia nesta terça-feira, fumegando de propostas para a região. Impostos, educandários e aquedutos brotavam da sua mente fértil.

Por que não um aqueduto? Por que não vários? Transamazônicas líquidas, velozes, atravessavam as visões do ministro. Desembocariam no árido Nordeste. A teoria ungeriana é clara, límpida, desconcertante. "Numa região, sobra água, inutilmente. Na outra região, falta água, calamitosamente."

Diante do torrencial igualitarismo do projeto, até a dispendiosa e polêmica transposição do rio São Francisco parece modesta. O que faria seu adversário mais célebre, frei Luiz Flávio Cappio, se confrontado com o portentoso mangabeiroduto? Houve quem considerasse sua greve de fome um ato comparável aos de um profeta do Antigo Testamento. Talvez ao religioso só restasse prosternar-se, contrito, diante das inspirações superiores de Mangabeira, ao mesmo tempo Moisés e faraó, Netuno e Curupira.

A ministra do Meio Ambiente guarda silêncio. A prefeita de Santarém lembra que antes dos aquedutos seria interessante prover de água encanada os domicílios da região. Nosso Doutor Fantástico viajou em companhia de 35 assessores. O desperdício da missão só é menor do que o desperdício dos neurônios, certamente preciosos, do professor da Universidade Harvard.

Para a análise do *corpus*, consideraremos X como o segmento que vem posicionado anteriormente ao marcador discursivo e que pode ser tanto uma oração ou frase como um ou vários parágrafos. Da mesma forma, Y será o segmento posterior ao marcador discursivo. Do segmento X, pode-se obter uma proposição subjacente (ou um sentido) que denominaremos *p*. Por outro lado, do segmento Y pode-se obter uma proposição subjacente (ou um sentido) que denominaremos *q*.

No texto [15], o segmento X é "Um deserto de homens e ideias: por muito tempo, o Brasil foi visto desse modo, aliás injustamente" e *p* pode ser "o Brasil não deve ser visto como um deserto de homens e ideias". O segmento Y de [15] é "o ministro de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, parece mais do que nunca disposto a ocupar esse deserto por conta própria" e *q* pode ser "o articulista afirma que o Brasil é um deserto de

<sup>39</sup> FILHO, Otávio Frias. *Mente fértil*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 jan. 2008. Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1801200802.htm>> Acessado em: 01 abr. 2010.

homens e ideias e o ministro parece querer ocupar esse deserto por conta própria”. Dessa forma, o a proposição  $q$  suprime  $p$  graças ao conector *seja como for*.

Em um estudo da língua francesa, Rossari (2000) constata que os conectores *de toute façon*, *quoi qu’il en soit*, *disons* e *enfin* impõem uma relação não causal entre estados de coisas, ou seja, eles sinalizam para o fato de que entre X e Y não existe um elo causal. Eles possuem a propriedade de impor uma releitura do segmento X, propriedade característica dos conectores chamados na abordagem funcional de Roulet, e conforme vimos na seção 3.3 neste capítulo, de reformulativos não parafrásticos. Eles indicam que o segmento Y tem por função retro-interpretar a entidade X.

Nessa mesma obra, Rossari (2000) faz uma consideração parecida à que fizemos com *seja como for* quando analisa o conector *quoi qu’il en soit*:

[16] Max se esqueceu de ir à reunião. *Quoi qu’il en soit*, o comitê decidiu adiá-la.

Neste exemplo, Rossari analisa da seguinte forma:

X →	Max se esqueceu de ir à reunião
p →	Max cometeu uma falta grave e pode ser penalizado
Y →	O comitê decidiu adiar a reunião
q →	Max não será penalizado

O conector *quoi qu’il en soit*, suprime a implicação produzida por “esquecer a reunião”, que poderia ser, por exemplo, “sofrer uma pena”. Essa supressão é feita por uma negativa de  $p$ , ou seja,  $q = \text{não-}p$ .

No exemplo [15] também podemos entender isso:

X →	Um deserto de homens e ideias: por muito tempo, o Brasil foi visto desse modo, aliás injustamente
p →	O Brasil não deve ser visto como um deserto de homens e ideias
Y →	O ministro de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, parece mais do que nunca disposto a ocupar esse deserto por conta própria
q →	O Brasil pode ser (ou é ou deve ser) visto como um deserto de homens e ideias

A fórmula que Rossari (1993) usa para entender o funcionamento do conector francês é: “De nada serve evocar  $p$  expresso em X, já que **quoi qu’il en soit**  $q$ ”. Ou seja, no caso de [15], de nada serve evocar que o Brasil não deve ser visto como um deserto de homens e ideias, já que **seja como for** o Brasil pode ser (ou é ou deve ser) visto como um deserto de homens e ideias.

Para Portolés (1998a), a reformulação não é o mesmo mecanismo cognitivo, por exemplo, da oposição com *no entanto*:

[15'] UM DESERTO de homens e idéias: por muito tempo, o Brasil foi visto desse modo, aliás injustamente. **No entanto**, o ministro de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, parece mais do que nunca disposto a ocupar esse deserto por conta própria.

Em [15] parece que a ideia que temos é a de que, independente se o Brasil é visto ou não como um deserto de homens e ideias e se essa visão é justa ou não, o ministro quer ocupar esse deserto por conta própria. Já em [15'], o fato de o Brasil ser visto como um deserto de homens e ideias e essa visão ser injusta deveria impedir, mas não impede, o ministro de ocupar esse deserto por conta própria.

Embora muito parecidos nesse contexto, *seja como for* e *no entanto* apontam para inferências diferentes.

### 3.4.1.2- *Também pudera*<sup>40</sup>

[17] BRASÍLIA - Pense bem. Se você fosse eleito presidente do Paraguai, iria ou não forçar uma renegociação do Tratado de Itaipu ou do preço da energia vendida ao Brasil, ou, no mínimo, uma flexibilização para vender o seu excedente da usina para quem bem entendesse?

Apesar de nuances, a resposta é sim no caso dos três candidatos à eleição do dia 20: o ex-bispo Fernando Lugo, à esquerda, o general da reserva Lino Oviedo, à direita, e Blanca Ovelar, da situação (do presidente Nicanor Duarte e do Partido Colorado, no poder há décadas).

Também, pudera. Evo Morales esbofeteou empresas brasileiras, e o governo ofereceu a outra face à Bolívia. A tática funcionou, abrindo um precedente: os países pobres batem, o Brasil cede.

Morales não só rompeu contratos com a Petrobras e com empresas privadas como usou o Exército para invadir refinarias brasileiras no país. Ele tem bons motivos para rever contratos injustos, mas nem sempre os fins justificam os meios - o uso militar passou dos limites.

**Seja como for**, funcionou a favor de Morales, da Bolívia e dos bolivianos. Eles conquistaram o fim almejado, e o Brasil mal reclamou dos meios usados. Renegociou, cedeu, a Petrobras continua no país e até amplia negócios por lá.

Negociações entre empresas e governos são diferentes de tratados binacionais, mas o script boliviano pode muito bem inspirar o Paraguai, que depende enormemente de Itaipu, o que significa depender enormemente (ou umbilicalmente) do Brasil. Lugo, Oviedo e Blanca já vieram a Lula, inclusive para preparar os espíritos brasileiros para o futuro enfrentamento.

Lula, aliás, se deixou fotografar pela imprensa com o general, mas não com o ex-bispo. Em política e em diplomacia, gestos dizem muito.

O de Lula pode indicar que o Brasil torce por Oviedo, jogando Lugo nos braços (e nos métodos) de Chávez e de Morales.

<sup>40</sup> CATANHÊDE, Eliane. Também, pudera. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 04 abr. 2008. Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0404200804.htm>> Acessado em: 01 abr. 2010.



Usar a análise de Rossari (1993) neste contexto é um pouco complicado, uma vez que não está muito bem estabelecido o segmento X, embora possamos sugerir uma análise, como esta:

X →	Morales não só rompeu contratos com a Petrobras e com empresas privadas como usou o Exército para invadir refinarias brasileiras no país. Ele tem bons motivos para rever contratos injustos, mas nem sempre os fins justificam os meios - o uso militar passou dos limites.
p →	O uso da força do exército não foi algo positivo
Y →	Funcionou a favor de Morales, da Bolívia e dos bolivianos. Eles conquistaram o fim almejado, e o Brasil mal reclamou dos meios usados. Renegociou, cedeu, a Petrobras continua no país e até amplia negócios por lá.
q →	O uso da força do exército foi algo positivo

O segmento X, na verdade, não se atém apenas no quarto parágrafo do artigo, mas o marcador *seja como for* privilegia este fragmento do texto, já que no segmento Y mantém o tema de Evo Morales, a Petrobras e o Brasil. Dessa forma, do segmento X, que privilegia a proposição *p* obtida do quarto parágrafo, mas que é resultante de proposições de parágrafos anteriores, inferimos que a força do exército não foi algo bem visto, já que “passou dos limites”, na opinião do articulista. No segmento Y, o autor afirma que Morales, a Bolívia e os bolivianos tiveram êxito com essa tática.

Usando a fórmula de Rossari (1993) de **quoi qu’il en soit**, teríamos que “de nada serve evocar que o uso militar passou dos limites, já que **seja como for** funcionou a favor de Morales, da Bolívia e dos bolivianos”.

Novamente, parece que estamos diante de uma relação entre X e Y (ou entre *p* e *q*) diferente de uma contra-argumentação. Enquanto com *seja como for* se suprime X e se leva à inferência de que X não tem força argumentativa suficiente ao ponto de *p* ter que ser ignorado, com *no entanto* no lugar de *seja como for* a oposição seria a de que a partir da proposição *p* (a força do exército não foi algo bem visto) se esperaria o contrário do que está em *q* (Morales, Bolívia e os bolivianos tiveram êxito), o que não é a mesma inferência à qual guia *seja como for*.

Outra observação a ser feita neste texto é que o quarto parágrafo constitui-se de um exemplo do que se argumentou no parágrafo terceiro: “os países pobres batem, o Brasil cede”. Essa estratégia argumentativa causou um distanciamento da sequência textual e fez com que fosse necessário o uso de *seja como for* para retornar à ideia proposta no terceiro parágrafo.

Pelo que observamos nesse texto, parece que *seja como for* tem a propriedade de suprimir o segmento discursivo anterior ao conector e de retomar a sequência textual após uma exemplificação ou digressão.

### 3.4.1.3- Política sinistra<sup>41</sup>

[18] **SÃO PAULO** - Não pode haver nada em comum entre o finado PFL e o partido da Democracia de Esquerda italiano -o DS (Democratici di Sinistra). Não podia. Assim como o PFL virou Democratas, o DS vai mudar de nome: entre 19 e 21 próximos, realiza em Florença seu congresso para formalizar a fusão com o Margherita, de origem católica, da qual nascerá o Partido Democrático -ponto. Adeus, "sinistra".

O herdeiro político do PC italiano, por muito tempo a maior e mais importante organização comunista da Europa, apagará a "esquerda" de sua identidade, sob os aplausos do primeiro-ministro Romano Prodi. Todos agora são "democratas".

Sim, é só uma coincidência. Mas a convergência inusitada entre "ex-comunistas" italianos e "ex-liberais" nativos rumo a um centro indiferenciado no espectro político fala algo à imaginação.

Não se trata de comparar alhos com bugalhos. A trajetória do antigo PCI está ligada ao reformismo social e à defesa da democracia, tendo às costas o fantasma do fascismo e à frente o palco da Guerra Fria.

Nossos Democratas nasceram da costela da ditadura, como dissidência da Arena, e muitos de seus líderes ainda são a memória viva do coronelato político. Nem o PCI era comunista à maneira soviética nem o PFL jamais foi liberal de verdade.

**Seja como for**, em ambos os casos, o esforço de "desideologização", a busca pelo lugar-comum democrático, sem maiores especificações, tudo enfim joga água no moinho dos que apostam na irrelevância crescente da política e no esgotamento dos partidos como catalisadores de demandas coletivas e veículos de transformação social.

Também a antiga esquerda européia vai se rendendo à pauta do individualismo possessivo, de matriz norte-americana. Aqui e acolá, os novos democratas são mais um epifenômeno do conservadorismo mundial que se propaga em ondas desde os anos 80. No Brasil, o pragmatismo sem remorsos nem medo de ser feliz do governo Lula exprime melhor que o DEM o que há de sinistro nessa nova política.

O uso de *seja como for*, neste artigo, está ligado também a um retorno, como no artigo anterior, mas há uma pequena diferença. Em [18], o articulista começa seu texto afirmando que “não pode haver nada em comum entre o finado PFL e o partido da Democracia da Esquerda Italiano” e, com isso, obtemos uma proposição de que não há razão para fazer uma comparação entre ambos. No entanto, ainda no mesmo parágrafo, o autor diz que “não podia [haver nada em comum entre os partidos]”, o que já leva a uma contradição e a outra proposição: pode-se fazer uma comparação. Inclusive, há uma descrição comum entre ambos no primeiro parágrafo: o fato da mudança de nomes.

<sup>41</sup> SILVA, Fernando de Barros e. Política sinistra. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 09 abr. 2007. Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0904200703.htm>> Acessado em: 01 abr. 2010.

Nos outros parágrafos, o articulista tece considerações sobre ambos os partidos de forma separada, mas atenta para a questão da comparação com expressões como “sim, é só uma coincidência”, o que nos leva a concluir que “não é pertinente fazer uma comparação entre o PCI e o PFL”; e de “não se trata de comparar alhos com bugalhos” se infere que “há uma comparação possível entre ambos os partidos”.

Finalmente, no quinto parágrafo, PCI e PFL são postos novamente lado a lado e outra característica similar é dada para ambos: não são como o esperado pela história ou pela nomenclatura que carregam. No parágrafo iniciado por *seja como for*, obtemos, uma vez mais, uma comparação de ambos. Nesse caso, o marcador parece suprimir a ideia de que o tratamento teria que ser separado, conclusão esta obtida pelos parágrafos anteriores, e que não poderiam ser comparados ou tratados de forma a estarem juntos.

A estrutura de análise de Rossari (1993), aplicada aos textos [15] e [17], para este texto [18], seria mais complexa, já que X não teria uma única proposição  $p$ , mas uma possível análise local poderia ser a seguinte:

X →	Nem o PCI era comunista à maneira soviética nem o PFL jamais foi liberal de verdade
$p$ →	Existe uma característica comum a ambos partidos
Y →	Em ambos os casos, o esforço de "desideologização", a busca pelo lugar-comum democrático, sem maiores especificações, tudo enfim joga água no moinho dos que apostam na irrelevância crescente da política e no esgotamento dos partidos como catalisadores de demandas coletivas e veículos de transformação social.
$q$ →	Existe algo em comum entre ambos partidos.

De Y inferimos que o fato de ambos os partidos serem diferentes de suas origens ou nomenclaturas “joga água no moinho dos que apostam na irrelevância crescente da política e no esgotamento dos partidos como catalisadores de demandas coletivas e veículos de transformação social”, ou seja,  $q$  refuta a importância e a pertinência da proposição  $p$  graças ao conector *seja como for* e todo o contexto anterior.

Se usarmos a fórmula de Rossari (1993) de **quoi qu’il en soit**, teremos que “de nada serve evocar que nem o PCI era comunista à maneira soviética nem o PFL jamais foi liberal de verdade, já que **seja como for** o esforço de "desideologização", a busca pelo lugar-comum democrático, sem maiores especificações, tudo enfim joga água no moinho dos que apostam na irrelevância crescente da política e no esgotamento dos partidos como catalisadores de demandas coletivas e veículos de transformação social”. Parece que o que o articulista quer realmente é dar importância não à questão de haver ou não algo em comum entre o PCI e o PFL, ou se eles devem/podem ser comparados, mas sim ao fato de que as questões comuns entre eles (“esforço de "desideologização", a busca pelo lugar-comum

democrático, sem maiores especificações”) reforçam o ponto de vista de que a política é irrelevante e os partidos estão se esgotando no quesito de apoio coletivo e social.

Uma vez mais vislumbramos a propriedade de *seja como for* de suprimir o segmento anteposto ao conector e, diferentemente do exemplo [17], a sequência do texto não é retomada, mas sim iniciada. É a partir do marcador discursivo, neste caso, que o articulista expõe seu ponto de vista.

#### 3.4.1.4- Partidos de massa<sup>42</sup>

[19] A ALEMANHA é um caso clássico no estudo de partidos de massa. Partidos que nasceram juntamente com a democracia de massas produzida na virada do século 19 para o 20. Tinham raízes sociais no movimento operário ou em movimentos de inspiração religiosa. Pretendiam representar grupos específicos, porém majoritários na sociedade.

A primeira grande mudança veio com o fim da Segunda Guerra Mundial. Na Alemanha Ocidental, um sistema partidário foi sendo sucessivamente modelado para produzir concentração partidária em lugar da fragmentação dos anos 1920, vista por muitos como uma das causas da ascensão do nazismo. Os partidos de massa se transformaram progressivamente em partidos populares, passando a buscar votos em todos os grupos sociais.

A Democracia Cristã (CDU) e os Social-Democratas (SPD) se fortaleceram. Com uma clara primazia da CDU, alternaram-se no poder. Mas construíram também uma base comum: uma sociedade do trabalho em que ser cidadão significava ter uma profissão e um emprego, em que o Estado era obrigado e se obrigava a garantir as condições básicas para que isso pudesse se concretizar.

Foi um mundo construído nas três décadas do pós-guerra. Mas que foi também seguido pelas últimas três décadas de neoliberalismo que o erodiram. E essa erosão da sociedade do trabalho na Alemanha levou também a um declínio das grandes majorias eleitorais, com uma pluralização de partidos médios e a produção de governos de coalizão cujo espectro tende a ser cada vez mais amplo.

O resultado é que a ideia mesma de partido de massa ou de partido popular se tornou problemática. A discussão ficou tão estranha que muitas análises passaram a propor critérios quantitativos para a definição, como obter mais ou menos de 30% da representação no Parlamento, por exemplo. Acontece que um partido popular se faz por seu programa e por seus objetivos, não por seus resultados.

**Seja como for**, é fato que uma nova mudança está em curso. Não parecem ser tendências de curto prazo apenas, nem parecem se restringir ao contexto alemão somente. O Brasil, por exemplo, parece estar mais uma vez na vanguarda desse processo, com a sabida diferença de não ter conseguido passar pela experiência de uma sociedade do trabalho ordenada e garantida pelo Estado para todos os cidadãos.

A atual crise econômica encerra uma etapa histórica. Não é diferente no caso do sistema partidário.

<sup>42</sup> NOBRE, Marcos. Partidos de massa. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 set. 2009. Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2909200906.htm>> Acessado em: 01 abr. 2010.

O uso de *seja como for* neste artigo possui algo em comum com o do texto anterior no que tange à evolução dos argumentos no texto. Inicialmente, o articulista afirma que os partidos de massa alemães nasceram na virada do século XIX para o XX. Após a Segunda Guerra Mundial, os partidos de massa se transformaram em partidos populares e dois dos vários se destacaram: a CDU e os SPD. Nas três décadas posteriores, esses partidos foram se erodindo e houve um declínio nas grandes maiorias eleitorais e uma pluralização de partidos médios. Como consequência, a ideia de partido de massa e popular se tornou problemática. Essa problemática se vê refletida na proposta de critérios quantitativos para a definição “popular ou de massa”. Opina o autor do texto que “um partido popular se faz por seu programa e por seus objetivos, não por seus resultados”.

Toda esta ideia expressa no parágrafo anterior contribui para a formulação do segmento X da estrutura de análise de Rossari (1993). Vamos encurtá-la e propor a seguinte análise:

X →	Vários partidos surgiram na Alemanha dos séculos XIX e XX, sendo que dois se destacaram na maioria de votos e representações políticas e, posteriormente, se fragmentaram em vários partidos, o que provocou uma dúvida inclusive com relação ao termo popular e de massa. Em uma tentativa de organização, propostas de critérios quantitativos foram dadas, mas “um partido popular se faz por seu programa e por seus objetivos, não por seus resultados”.
<i>p</i> →	Os partidos alemães sofreram várias mudanças ao longo da história.
<i>Y</i> →	É fato que uma nova mudança está em curso.
<i>q</i> →	Os partidos alemães estão sofrendo uma mudança.

A proposição *p* poderia conter, na verdade, várias outras interpretações. Chamamos a atenção para esta que propomos pelo simples fato de coincidir com o segmento *Y* no que tange às mudanças dos partidos e é pertinente à proposição *q*.

Como no texto [18], o conector *seja como for* refuta a importância e a pertinência de um segmento X que acumula argumentos e a análise local, caso se quisesse simplificar X para “um partido popular se faz por seu programa e por seus objetivos, não por seus resultados”, deveria supor que houve pensamentos anteriores a este estudo quantitativo e que, portanto, subentendem-se mudanças passadas e, graças ao segmento *Y*, novas mudanças estão ocorrendo.

Se usarmos a fórmula de Rossari (1993) de **quoi qu’il en soit**, poderíamos obter que “de nada serve evocar as mudanças anteriores dos partidos de massa e/ou populares da Alemanha e que um partido popular se faz por seu programa e por seus objetivos, não por

seus resultados já que **seja como for** uma nova mudança está em curso”. A importância dada não é ao passado, e sim à tendência a uma mudança atual.

Podemos vislumbrar novamente a propriedade de supressão que parece possuir o conector *seja como for*. Isso faz com que seja a partir do marcador que o ponto de vista do autor do texto apareça mais claramente e justifique a escrita do artigo de opinião.

Passemos às análises dos textos em língua espanhola para que possamos vislumbrar se a expressão concorrente *sea como fuere* também apresenta essas características observadas em *seja como for*.

### 3.4.2- ARTIGOS DE OPINIÃO ARGENTINOS

Os artigos escolhidos para esta análise foram *La peste que humaniza* (17/07/2009), *Extorsiones de un monarca* (22/11/2009), *Veda y recogimiento* (27/10/2007) e *La destrucción de nuestros suelos* (02/12/2009).

Diferente do que fizemos com os artigos em português, não apresentaremos os textos em espanhol na íntegra devido a sua extensão.

#### 3.4.2.1- *La destrucción de nuestros suelos*<sup>43</sup>

[20] El cambio climático sería la causa de alteraciones del régimen de lluvias, acompañadas por frecuentes granizadas, de cambios de las temperaturas reinantes y de la fuerza de los vientos transformados en armas destructivas. Lo más arriba descrito no es sin embargo novedoso, como lo muestra el Dust Bowl o, entre otras, las erosiones que describió Florentino Ameghino en Sequías e inundaciones en la provincia de Buenos Aires. O también la expansión de los desiertos que pueblan el planeta, como es, por ejemplo, el caso de la expansión del Sahara, fruto amargo de la insensata actividad de sus pobladores. Se verá si la Conferencia del Cambio Climático aporta esperanzas de frenar los desequilibrios mencionados.

**Sea como fuere**, resulta imperativo detener la devastación de nuestros suelos, haciendo, a nuestra manera, con métodos e ideas propios, lo que hizo el gran país americano hace tres cuartos de siglo. La desoladora experiencia que azotó a esa nación no sólo sirvió a ese país, sino a todos en el mundo. El formidable capital que representa nuestra tierra no puede quedar expuesto a la reiteración e intensificación de tormentas y meteoros que se llevan esa invalorable riqueza. El Estado y los privados deben ser socios de este convocante esfuerzo conservacionista y reparador de lo dañado por esta sequía, por otras anteriores y por desacertadas e indiferentes actitudes del pasado.

<sup>43</sup> CARRERAS, Alberto de las. *La destrucción de nuestros suelos*. **La Nación**, Buenos Aires, 02 dez. 2009. Opinión. Disponível em: <[http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota\\_id=1206533](http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=1206533)> Acessado em: 01 abr. 2010.

O texto *La destrucción de nuestros suelos* poderia ser visto como o típico artigo de opinião no qual se refere, no primeiro parágrafo, ao tema a ser tratado por meio de referência a outros textos veiculados pela mídia. A partir dessa contextualização, o articulista cita uma frase de um famoso conservador de solos dos Estados Unidos e explica um caso de destruição de solo desse país.

No sexto parágrafo, faz-se uma relação do caso norte-americano com o argentino: a ventania de pó ocorrida na Argentina poderia ser evitada se houvesse um aperfeiçoamento e difusão do sistema de colheita direta, “consistente em uma modificação dos métodos de cultivo baseados em incorporar os resíduos de outras colheitas ao solo de maneira a conseguir a formação de húmus, componente vitalizador do solo” e, além disso, fazer a rotação dos cultivos e sua fertilização para, entre outros ganhos, reter a umidade, fator decisivo em épocas de seca, algo que provavelmente foi feito nos Estados Unidos por meio da *farm bill*.

O articulista, então, passa a se referir às mudanças climáticas como a causa das alterações do regime de chuvas, acompanhadas por frequentes granizadas, mudanças das temperaturas e da força dos ventos. Nesse momento do texto, o articulista usa o conector *sea como fuere*, cujo uso e contexto podem ser esboçados:

X →	A mudança climática é a causa de alterações no regime das chuvas, das temperaturas e dos ventos, o que não é novidade se levamos em conta os trabalhos de Dust Bowl e Florentino Ameghino e a expansão do deserto do Saara. Será visto se a Conferência de Mudança Climática aporta esperanças de frear os desequilíbrios mencionados.
p →	A solução pode vir de fora.
Y →	Resulta imperativo deter a devastação de nossos solos, fazendo, a nossa maneira, com métodos e ideias próprios, o que fez o grande país americano há 75 anos.
q →	A solução deve vir de dentro.

O segmento X, inicialmente, apresenta possibilidades de análises de casos externos (Dust Bowl e Deserto do Saara) e interno (Florentino Ameghino), no entanto, o último argumento é ter esperança na Conferência de Mudança Climática, realizada pelas Nações Unidas, o que seria externo. O segmento Y, por outro lado, diz que as ações devem ser “a nossa maneira, com métodos e ideias próprios”. Assim, usando a fórmula de Rossari (1993) de **quoi qu’il en soit** teríamos: “de nada serve evocar que se tem esperança na Conferência de Mudança Climática já que **seja como for** a devastação de nossos solos deve ser feita a nossa maneira, com métodos e ideias próprios”. O segmento X é suprimido, e o que importa, o que tem relevância, é afirmar Y.

### 3.4.2.2- Veda y recogimiento<sup>44</sup>

[21] La comunidad chischifa habita los faldeos del Tupunguista y las riberas del Carcarañoqui, y en esas orillas una junta de notables, presidida por el cacique Tuyutí Calandraca, analizó anteaer la tesis de Peribáñez. Conclusión: fue bochado e incluso se le negó el rango de hechicero adjunto, acaso porque siendo ermitaño y misógino era el único miembro de la tribu abonado a los beneficios que el Gobierno dispensa a jefes y jefas de familia con necesidades básicas insatisfechas. Recluido en su bungalow, en la zona elegante del Carcarañoqui, el filósofo guarda prudente silencio, así aconsejado por Luis D'Elía. **Sea como fuere**, su tesis sigue en pie: es leída para jolgorio de la tribu.

Este artigo de opinião possui dois “momentos”. No início, o articulista fala, de modo geral, de um momento de vedação, encerramento, no qual não há atos de proselitismo e nem a necessidade de se bater palma após cada parágrafo de um discurso cheio de esplendorosas promessas, ou seja, acabaram-se as campanhas eleitorais. Ironicamente, ele constrói uma imagem negativa das propagandas políticas e afirma que essa vedação não inclui determinados “regozijos íntimos – tão propícios em um dia de ócio virtual –”, como jornadas de encontro cívico, pensar no futuro da pátria, no presente da cantora Natalia Oreiro e na abundância de ingênuas ilusões que não encontrarão a saída do quarto escuro e padecerão eterna claustrofobia.

No quinto parágrafo inicia-se o segundo momento do texto, no qual se fala sobre o filósofo folclorista Yamandú Peribáñez que, para se graduar como feiticeiro chefe de uma tribo, apresentou uma tese na qual elogia a maturidade política do povo argentino, como se respeitam os direitos do próximo e a rapidez e eficiência da justiça. Como resultado, o folclorista foi reprovado e teve o cargo de feiticeiro chefe adjunto negado por ser ermitão e misógino e, além disso, era o único segmento da tribo que foi contemplado com os benefícios que o Governo dá aos chefes e chefas de família com necessidades básicas insatisfeitas. Daí que Peribáñez se confinou em seu *bungalow*, na zona chique da cidade, e guarda prudente silêncio.

O alcance do *sea como fuere* parece ser exatamente nesse último argumento apresentado anteriormente e, observando o segmento que vem após o conector, podemos propor a estrutura de análise de Rossari:

---

<sup>44</sup> FIRPO, Norberto. Veda y recogimiento. **La Nación**, Buenos Aires, 27 out. 2007. Opinión. Disponível em: <<http://www.lanacion.com.ar/956813>> Acessado em: 01 abr. 2010.



X →	A comunidade chischifa reprovou a tese do filósofo que elogia a maturidade política dos argentinos e lhe negou o cargo de feiticeiro chefe por ser ermitão e misógino, além de ser o único segmento da tribo que foi contemplado com os benefícios que o Governo dá aos chefes e chefas de família com necessidades básicas insatisfeitas. Por isso, o filósofo se confinou em seu <i>bungalow</i> , na zona chique da cidade, e guarda prudente silêncio.
<i>p</i> →	Nenhum valor será dado à tese do filósofo.
Y →	Sua tese mantém-se de pé: é lida para o divertimento da tribo.
<i>q</i> →	Algum valor é dado à tese do filósofo.

O que se obtém do segmento X, a que chamamos *q*, é suprimido por Y, o qual deve ser levado em conta na continuidade do texto ou, neste caso, na conclusão dele: a negação das ideias do filósofo não deve ser levada em conta para a conclusão do texto. A fórmula de Rossari (1993) de **quoi qu'il en soit** ajuda a compreender: “de nada serve evocar a negação do trabalho de Peribáñez e sua reclusão já que **seja como for** sua tese mantém-se de pé e é lida para o divertimento da tribo”. O importante é que o valor dado à tese, no final das contas, é de ironia e isso é que se deve levar em conta para compreender o início do texto: a vedação (*veda*) dos atos de proselitismo, por exemplo, não compreende “regozijos íntimos - tão propícios em um dia de virtual ociosidade”, como o do filósofo folclorista.

### 3.4.2.3- *La peste que humaniza*<sup>45</sup>

[22] La segunda actitud, que parece contradecir la anterior pero que no la elimina, puesto que es su contracara, consiste en no creer: a pánico excesivo por un lado, excesivo descreimiento por el otro. Al menos en un principio, antes de que se hicieran oír los primeros estornudos, muchos argentinos nos hemos dicho lo mismo que muchos argelinos de Orán: que eso no puede pasarnos a nosotros porque vivimos en una ciudad normal, moderna y civilizada, y que, en consecuencia, hay que buscar al culpable entre los organizadores del complot, léase quienes inflan la noticia para vender diarios o quienes liberan el virus de sus probetas para vender Tamiflu. **Sea como fuere**, si peste hay, entonces evidentemente la nuestra es otra, nos decimos; nunca como la mexicana, porque nosotros somos blancos, limpios, comemos bien, y las cosas terribles suceden en sitios tan lejanos como ese otro país que fue San Telmo en el tiempo de mi bisabuela.

Este artigo de opinião foi escrito durante o *boom* da gripe suína (*gripe porcina*, em espanhol) e faz referência a um romance de Albert Camus muito vendido na década de 1940, *La peste*, que trata de uma peste que se espalha na cidade de Orán, na Argélia, nessa mesma época. O livro teve um grande sucesso devido à metáfora encontrada pelo leitor de uma “atmosfera feita de ameaça e exílio na qual, percebida ou não, transcorre boa parte” da vida dos leitores. O exílio, explica o articulista, vem da solidão forçada, do exílio em sua

<sup>45</sup> DUJOVNE ORTIZ, Alicia. La peste que humaniza. *La Nación*, Buenos Aires, 17 jul. 2009. Opinión. Disponível em: <[http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota\\_id=1151221](http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=1151221)> Acessado em: 01 abr. 2010.

própria casa causada pela peste, o que produz duas atitudes opostas: se entregar como a um castigo divino ou reencontrar sua dignidade por meio da solidariedade e da rebelião.

O articulista passa então a relacionar a temática do livro à realidade da Argentina e comenta sobre os “rituais de defesa”, como o preconceito, quando afirma que determinadas doenças estão relacionadas a regiões específicas de Buenos Aires (como o bairro de San Telmo), ou como a falta de crença, isto é, que as enfermidades não alcançam cidades modernas, normais e civilizadas.

É nesse momento do texto que o articulista lança mão do marcador *sea como fuere*. Na estrutura de análise de Rossari, teremos:

X →	Isso [a doença, a gripe suína] não pode acontecer conosco porque vivemos em uma cidade normal, moderna e civilizada, e que, em consequência, há que se buscar o culpado entre os organizadores do complô, lê-se quem infla a notícia para vender jornais ou quem libera o vírus de suas provetas para vender Tamiflu.
p →	Nossa doença se deve a complô interno.
Y →	Se há peste, então evidentemente o nosso caso é outro, dizemos para nós mesmos; nunca como a mexicana, porque nós somos brancos, limpos, comemos bem, e as coisas terríveis acontecem em lugares tão distantes como esse outro país que foi San Telmo no tempo de minha bisavó.
q →	Nossa doença vem de fora, é outra.

Como Rossari (1993) afirma sobre *quoi qu'il en soit, sea como fuere*, neste caso, parece também introduzir um segmento com o conector evocando o que levou o locutor a recontestar o estado de coisa presente em X. Ou seja, na fórmula de Rossari para **quoi qu'il en soit**, “de nada serve evocar que a doença não tem nada a ver conosco porque vivemos em uma cidade normal, moderna e civilizada e que, por isso, temos que buscar o culpado entre os organizadores do complô, seja a mídia ou a medicina, já que **seja como for** nosso caso é outro, porque somos brancos, limpos, comemos bem e as coisas terríveis acontecem em lugares distantes”. O argumento baseia-se, como vimos em *p* e *q*, na oposição *causa interna* (quem infla a notícia para vender jornais ou quem libera o vírus de suas provetas para vender, o que indica um complô) *X causa externa* (nós somos bons e as coisas ruins vêm de lugares distantes).

### 3.4.2.4- Extorsiones de un monarca<sup>46</sup>

[23] Hay otras extorsiones. Guillermo Moreno encontró un aliado imprevisto para su dura y brutal gestión destinada a desestabilizar Papel Prensa. Ese aliado es el presidente de la Bolsa de Comercio, Adelmo Gabbi, quien siempre está un paso atrás del secretario de Comercio para presionar a la empresa que abastece de papel a gran parte del periodismo gráfico argentino. Moreno ya sacó de la administración al anterior titular de la Comisión Nación de Valores, Eduardo Hecker, y al ex jefe de la Sindicatura General de la Nación, Carlos Pacios, porque ninguno de los dos lo acompañó en su ofensiva final para derrumbar a Papel Prensa. Gabbi es, en cambio, funcional a la maniobra que aquellos dos ex funcionarios habían rechazado.

**Sea como fuere**, hubo tres días recientes en los que funcionarios de la Bolsa (Papel Prensa cotiza en Bolsa) hicieron una larga y pormenorizada inspección en la empresa. Fue la primera inspección de la Bolsa a Papel Prensa en toda la historia de ésta. Mientras hacían la inspección, innominadas llamadas telefónicas les indicaban a los inspectores qué cosas debían pedir. Hurgaron desde los movimientos diarios de IVA por compras y ventas hasta los libros referidos a sueldos y jornales. No existe ninguna denuncia sobre nada, en ningún lado, contra Papel Prensa.

Este artigo de opinião trata de problemas políticos muito pontuais na Argentina envolvendo diferentes políticos em casos de corrupção. Os seis primeiros parágrafos fazem menção a um acontecimento político que popularmente chamaram de “travestismo” ideológico e também fazem menção a um sistema de extorsão deliberada por parte do governo. Com isso, se põe em crise o conceito de federalismo e se denuncia a corrupção. O parágrafo 7 menciona Guillermo Moreno, um dos personagens mais extorsivos do kirchnerismo (política da família presidencial Kirchner) e faz referência ao Papel Prensa (Papel Imprensa), instituição de emissão de papel, propriedade do Grupo Clarín, que é o mesmo dono do jornal para o qual escreve o autor desse texto que analisamos. Essa discussão adentra também o oitavo parágrafo.

A partir desse mesmo parágrafo, há uma tentativa de defesa da “liberdade de imprensa”, isto é, a necessidade de não vender nem ceder Papel Prensa ao Estado e, então, o jornalista recorre a um neologismo: *colombização*, com grande implicância semântica, já que em si a palavra se parece a ‘colonização’. Na verdade, *colombização* faz referência ao governador Colombi e ao ‘caso Colombi’, do qual se observam muitas “libertinagens de um poder desesperado na hora de seu crepúsculo”. O articulista reforça que “o governador eleito tinha um só caminho digno: denunciar o método extorsivo do Governo e se negar a assumir o governo em tais condições”. No entanto, “não usou [esse caminho]”.

---

<sup>46</sup> MORALES SOLÁ, Joaquín. Extorsiones de un monarca. **La Nación**, Buenos Aires, 22 nov. 2009. Opinión. Disponível em: <[http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota\\_id=1202731](http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=1202731)> Acessado em: 01 abr. 2010.

O marcador *sea como fuere* aparece encabeçando o parágrafo oitavo, quando se trata do assunto do Papel Prensa. Observemos, portanto, este contexto mais imediato para compreender o funcionamento do conector.

- X → Guillermo Moreno encontrou um aliado para sua dura e brutal gestão para desestabilizar o Papel Prensa: Adelmo Gabbi, presidente da Bolsa de Comércio, que está sempre a um passo do secretário do Comércio para pressionar a empresa que abastece de papel grande parte do jornalismo gráfico argentino. Moreno, anteriormente, havia tirado da administração outras duas pessoas porque nenhuma delas o havia acompanhado em sua ofensiva final para derrubar o Papel Prensa. Gabbi é, ao contrário, funcional à manobra que aqueles dois ex-funcionários haviam recusado.
- p → Dessa vez o Papel Prensa acabará.
- Y → Houve três dias recentes nos quais funcionários da Bolsa (o Papel Prensa cotiza na Bolsa) fizeram uma longa e pormenorizada inspeção na empresa. Foi a primeira inspeção da Bolsa ao Papel Prensa em toda a história desta. Enquanto faziam a inspeção, inúmeras chamadas telefônicas indicavam aos inspetores o que deveriam pedir. Mexeram desde os movimentos diários de IVA (imposto ao valor agregado) por compras e vendas até os livros referidos a vencimentos e salários. Não existe nenhuma denúncia sobre nada, em nenhum lado, contra o Papel Prensa.
- q → Não há nada contra o Papel Prensa, logo não se acabará.

Na continuidade do texto, Moreno despediu os síndicos e a Bolsa enviou outro requerimento ao Papel Prensa com reclamações absurdas. O objetivo de Moreno é que “o Estado tome o controle da empresa papeleira em troca de nada. É notável, no entanto, que seja a Bolsa de Comércio a instituição que melhor o ajuda em seus ‘apertos’”. Dessa forma, observamos a falência da tentativa de conseguir a liberdade de expressão e a confirmação da *colombização*.

*Sea como fuere*, neste contexto, como em vários outros, suprime o que se espera do segmento X. Fazendo uso da fórmula de Rossari (1993) para **quoi qu’il en soit**, “de nada serve evocar a ofensiva para derrubar o Papel Prensa proposto por Gabbi, já que **seja como for** não existe nenhuma denúncia sobre nada, em nenhum lado, contra o Papel Prensa”. Isso acontece porque o beneficiado com o Papel Prensa, indiretamente, é o próprio Guillermo Moreno, que tem como aliado Adelmo Gabbi.

Após análise dos quatro artigos de opinião em espanhol, pudemos observar que *sea como fuere* também possui a propriedade de suprimir o segmento anteposto a ele, ou seja, a releitura do segmento X provocada pela presença do marcador *sea como fuere* leva o leitor a rejeitar as inferências criadas anteriormente e substituí-las pela que se obtêm do segmento Y, posposto ao conector, por ser mais relevante para a sequência textual.

### 3.5- RESUMO

Definimos como reformulação um processo semântico-pragmático de se fazer uma retrointerpretação do segmento que se encontra anterior a um marcador discursivo de duas formas possíveis: **parafrástica**, quando há uma equivalência semântica entre os dois segmentos (antes e depois do conector), ou **não-parafrástica**, quando a nova reformulação supõe uma mudança de perspectiva enunciativa ao mesmo tempo em que estabelece uma subordinação hierárquica do segmento de referência a respeito do segmento reformulado.

A partir dos sinônimos dados no teste realizado com falantes nativos de português e espanhol, percebemos a proximidade de *seja como for* e *sea como fuere* (e *sea como sea*) a outros marcadores como *de todos modos*, *em todo caso* e *de qualquer forma*, tratados na literatura como reformuladores de distanciamento, um subgrupo de reformuladores não-parafrásticos.

Ao analisar os oito artigos de opinião escolhidos do *corpus*, percebemos que parece haver uma supressão do segmento X, que se encontra anteposto ao conector, graças às inferências a que guiam o marcador e o segmento Y, que se encontra posposto ao conector e ao qual chamamos *reformulado*. A ideia expressa se assemelha à que Rossari (1993) observou para o marcador francês *quoi qu'il en soit*, que contesta a pertinência de se evocar o segmento X já que, independente dele, eu devo/posso afirmar Y.

Embora alguns estudiosos englobem a reformulação de distanciamento no processo de contra-argumentação, acreditamos que existe uma diferença, já que este, como afirma Portolés (1998b), leva em conta a orientação argumentativa tanto do primeiro segmento como do segundo, o que não acontece na reformulação, processo que considera que é o segmento no qual aparece o conector que vai condicionar a dinâmica discursiva que se segue e, além disso, é este segundo segmento que força o leitor a uma reinterpretação do primeiro segmento.

# CONCLUSÃO

Sea como fuere, saques conclusiones sobre mí, no las saques, valores positivamente lo que hago, negativamente o no lo valores, en este lugar se podrá seguir encontrando en forma de noticias retazos de mi verdad.

*(Lutengauzak)*

As teorias que serviram de suporte para este trabalho entendem marcadores discursivos e conectores como elementos linguísticos que sinalizam, explicitam uma relação coesiva entre dois segmentos textuais e guiam, de acordo com suas propriedades morfossintáticas, semânticas e pragmáticas, as inferências que se realizam no momento da comunicação.

A escolha de basearmos-nos em várias teorias para esta investigação se deve ao fato de elas se complementarem para termos uma visão global do nosso objeto de trabalho: os marcadores discursivos.

Dessa forma, no final do capítulo 1, além de conceituar o objeto, enumeramos algumas características sintáticas relativas aos MD especificamente, conforme vimos nas definições de Martín e Portolés (1999). Dentre elas, escolhemos seis que pareciam ser clássicas nos estudos dos MD: **(a)** não possuem classificação sintática, **(b)** não podem ser destacados por meio de focalização, **(c)** possuem um elevado grau de mobilidade, **(d)** não podem receber especificadores e modificadores, **(e)** não podem ser negados e **(f)** não podem ser submetidos à interrogação parcial nem total.

Com essas características em mãos, tomamos nosso *corpus*, formado por 19 artigos de opinião do jornal brasileiro Folha de São Paulo que continham a expressão *seja como for* e 18 artigos de opinião do jornal argentino La Nación que continham a expressão *sea como fuere*, todos eles obtidos na *web site* desses jornais e que estivessem datados de 1º de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2009, e dele extraímos ocorrências de uso dessas expressões de modo a que pudéssemos aplicar testes para verificar se elas possuem essas características sintáticas. Realizamos os testes considerando as seis características levantadas e, no final, percebemos que *seja como for* e *sea como fuere* apresentam todas essas características.

No capítulo 3, passamos então a considerar as expressões como MD/conectores e partimos para uma análise semântico-pragmática do *corpus* a fim de verificar algumas possíveis inferências geradas pelo seu uso nos artigos de opinião. Para dar um norte à análise, fizemos um pequeno teste de sinônimo com falantes nativos de português e de espanhol. Apresentamos-lhes um ou dois fragmentos de textos (dependendo da língua materna do falante) nos quais constavam os marcadores *seja como for*, *sea como fuere* e *sea como sea* e lhes pedimos que apresentassem sinônimos a essas expressões. A partir das respostas dadas, podemos concluir que esses marcadores pertencem ao grupo dos reformuladores.

Na sequência, tratamos da reformulação e de seus conectores. Evidenciamos que se trata de um processo semântico-pragmático por meio do qual se faz uma retrointerpretação

do segmento que se encontra anterior a um marcador discursivo de duas formas possíveis: **parafrástica**, quando há uma equivalência semântica entre os dois segmentos (antes e depois do conector), ou **não-parafrástica**, quando supõe uma mudança de perspectiva enunciativa.

Dentro da reformulação, encontram-se cinco diferentes processos de retrointerpretação e cada um possui marcadores específicos: reformulação explicativa (o MD *ou seja* é um exemplo), retificação (*quer dizer*), recapitulação (*em suma*), reconsideração (*no final das contas*) e separação (*em todo caso*).

Já pelas respostas do teste pudemos prever que *seja como for* e *sea como fuere* (e, obviamente, *sea como sea*) pudessem fazer parte do subgrupo dos reformuladores de separação, também chamados reformuladores de distanciamento.

Passamos, então, para a análise contextual de quatro artigos em português e quatro em espanhol. Dessa análise concluímos que há uma supressão do segmento X, que se encontra anteposto ao conector, graças às inferências a que guiam o marcador e o segmento Y, que se encontra posposto ao conector e ao qual chamamos *reformulado*. Essa ideia expressa se assemelha à que Rossari (1993) observou para o marcador francês *quoi qu'il en soit*, por meio do qual se contesta a pertinência de se evocar o segmento X já que, independente dele, pode-se ou deve-se afirmar Y.

Essa supressão pode acontecer, como observamos em alguns casos, com a finalidade de retomar o tema do texto após alguma exemplificação ou digressão. A reformulação acontece, portanto, suprimindo esse segmento da exemplificação ou digressão. Além disso, analisamos casos em que é a partir do marcador discursivo que o articulista expõe seu ponto de vista.

Essas conclusões obtidas nesta dissertação não esgotam a análise das expressões *seja como for* e *sea como fuere*. Deixamos aqui uma contribuição para que outras pesquisas sejam feitas em busca de mais apreciações.



# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAM, Jean-Michel. *Les textes: types et prototypes*. Paris: Nathan, 1992.
- ADAM, Jean-Michel. *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*. São Paulo: Cortez Editora, 2008.
- BELLO, Andrés. *Gramática de la Lengua Castellana al uso de los Americanos* (con las notas de Rufino José de Cuervo). Madrid: Arco/Libros S.L., 1847 [edición 1988].
- BENTES, Anna Christina. Linguística Textual. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org). *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001, v. 1, p.245-287.
- BERRENDONNER, A. Connecteurs pragmatiques et anaphore. *Cahiers de Linguistique Française*. n.5. p.215-246. 1983.
- BLAKEMORE, Diane. *Understanding Utterances*. Oxford: Blackwell, 1992.
- BONINI, Adair. A noção de sequência textual na análise pragmático-textual de Jean-Michel Adam. In: MEURER, J. L. et alli. (orgs.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 208-236.
- CASADO VELARDE, Manuel. Linguística del texto y marcadores del discurso. In: ZORRAQUINO, M. & MONTOLÍO DURÁN, E. (coord.). *Los marcadores del discurso: teoría y análisis*. Madrid: Arco/Libros, S.L., 1998.
- CORTÉS, L. & CAMACHO, M<sup>o</sup>. M.. *Unidades de segmentación y marcadores del discurso*. Madrid: Arco/Libros S.L., 2005.
- COSTA, Rafaela Domingues. *A multifuncionalidade e trajetória de por exemplo*. 2008. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, UFJF, Juiz de Fora, 2008.
- COSTA VAL, Maria da Graça. Texto, Textualidade e textualização. In: *Pedagogia cidadã. Cadernos de Formação – Língua Portuguesa*, v. 1, 2004, pág. 113-124.
- DEL SAZ RUBIO, María Milagros. La reformulación del discurso en español en comparación con el inglés: un estudio contrastivo de los marcadores de modificación en inglés y en castellano. In: GARCÉS GÓMEZ, María Pilar (dir.). *La reformulación del discurso en español en comparación con otras lenguas*. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid: Boletín Oficial del Estado, 2009.
- DELL-ISOLLA, Regina Lúcia Péret. *Leitura: inferência e contexto sociocultural*. Belo Horizonte: Formato, 2001 (edição revisada e atualizada).
- DOMÍNGUEZ GARCÍA, M<sup>a</sup> Noemí. *Conectores discursivos en textos argumentativos breves*. Madrid: Arco/Libros, S.L., 2007.
- ESCANDELL VIDAL, M. Victoria. *Introducción a la pragmática*. Barcelona: Ariel, 2006 (nova edição atualizada).
- FRANCO, Giovanni. *Relações interacionais: uma abordagem funcionalista de estruturas iniciadas com sendo que, na língua oral e escrita do Brasil*. 2006. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte, 2006.
- FRASER, Bruce. What are discourse markers? In: *Journal of Pragmatics*, n.31, 1999, p.931-952.

- FUENTES RODRÍGUEZ, Catalina. *La sintaxis de los relacionantes supraoracionales*. Madrid: Arco/Libros, S.L., 1996.
- GARCÉS GÓMEZ, María Pilar. *La organización del discurso: marcadores de ordenación y de reformulación*. Madrid: Iberoamericana, 2008.
- GARCÉS GÓMEZ, María Pilar. La reformulación discursiva. In.: GARCÉS GÓMEZ, María Pilar (dir.). *La reformulación del discurso en español en comparación con otras lenguas*. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid: Boletín Oficial del Estado, 2009, p. 17-35.
- GARCÉS, Gregorio. *Fundamento del vigor y elegancia de la lengua castellana, expuesto en el propio y vario uso de sus partículas*. Madrid: Imprenta de la Viuda de Ibarra, 1791.
- GARCÍA NEGRONI, María Marta. *Escribir en español: claves para una corrección de estilo*. Buenos Aires: Santiago Arcos editor, 2010.
- GILI Gaya, Samuel. *Curso superior de sintaxis española*. México: Minerva, 1943.
- GROSS, Teodoro León. *El artículo de opinión*. Barcelona: Ariel S.A., 1996.
- GÜLICH, E.& KOTSCHI, Th. Les marqueurs de reformulation paraphrastique. In.: *Cahiers de Linguistique Française*, v. 5, 1983, p. 305-351.
- GÜLICH, E.& KOTSCHI, Th. Discourse Production in Oral Communication: A Study Based on Franch. In.: QUASTHOFF, U. (ed.) *Aspects of Oral Communication*. Berlín: De Gruyter, 1995, p. 30-66.
- GÜLICH, E.& KOTSCHI, Th. Textherstellungsverfahren in mündlicher Kommunikation. Ein Beitrag am Beispiel des Französischen. In.: MOTSCOTH, W. (ed.) *Ebenen der Textstruktur. Sprachliche und kommunikative Prinzipie*. Tübingen: Max Niemeyer, 1996, p. 37-80.
- HOSSBACH, S. *Zur Redewiederaufnahme im Diskurs*. Münster: Lit, 1997.
- KOTSCHI, Th. Formulierungspraxis als Mittel der Gesprächsaufrechterhaltung. In.: BRINKER, K., ANTOS, G., HEINEMANN, W., SAGER, S. F. (eds.) *Text- und Gesprächslinguistik*. Berlín/Nova York: De Gruyter, v. 2, 2001, p. 1340-1348.
- LABOV, W e FANSHEL, D. *Therapeutic discourse*. New York: Academic Press, 1977.
- LLAMAS SAÍZ, Carmen. Los marcadores del discurso y su sintaxis. In.: LOUREDA LAMAS, Óscar & ACÍN VILLA, Esperanza. *Los estudios de los marcadores del discurso en español, hoy*. Madrid: Arco/Libros S.L., 2010, p. 183-239.
- LONGHIN, Sanderléia Roberta. *A gramaticalização da perífrase conjuncional só que*. 2003. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, 2003.
- LOUREIRO, Valéria Jane Siqueira. Los marcadores del discurso dentro de la perspectiva del análisis gramatical. In: BARROS, Luizete Guimarães; COSTA, Maria José Damián & VIEIRA, Vera Regina de Aquino (Orgs.). *Congresso Brasileiro de Hispanistas: Hispanismo 2004: língua espanhola*. Florianópolis: ABH, 2004, p. 471-480.
- MARINHO, Janice Helena Chaves. A organização relacional do discurso. In: *Cadernos de Pesquisa*. Nº 41. Belo Horizonte: NAPq/FALE/UFMG, abril, 2003.
- MARINHO, Janice Helena Chaves. Uma abordagem modular e interacionista da organização do discurso. In: *Revista da Anpoll*. Nº 16. São Paulo. jan/jun. 2004.

- MARINHO, Janice Helena Chaves. A atuação do *onde* na articulação discursiva. In: SARAIVA, Maria Elizabeth Fonseca & MARINHO, Janice Helena Chaves (org.), *Estudos da língua em uso: relações inter e intra-sentenciais*. Belo Horizonte: Núcleo de Estudos da Língua em Uso, Grupo de Estudos Funcionalistas da Linguagem, Faculdade de Letras da UFMG, 2005.
- MARINHO, Janice Helena Chaves. A organização relacional de textos de gêneros jornalísticos. In: LARA, Glaucia Muniz Proença, MACHADO, Ida Lucia & EMEDIATO, Wander (org.), *Análise do discurso hoje*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 293-312.
- MARINHO, Janice Helena Chaves. Estudando expressões conectivas emergentes no português brasileiro escrito. In.: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL: 25 anos de ANPOLL – memórias e perspectivas, 25, Belo Horizonte, 2010.
- MARTÍN ZORRAQUINO, María Antonia. Los marcadores del discurso desde el punto de vista gramatical. In: ZORRAQUINO, M. & MONTOLÍO DURÁN, E. (coord.). *Los marcadores del discurso: teoría y análisis*. Madrid: Arco/Libros, S.L., 1998.
- MARTÍN ZORRAQUINO, María Antonia. Los marcadores del discurso y su morfología. LOUREDA LAMAS, Óscar & ACÍN VILLA, Esperanza. *Los estudios de los marcadores del discurso en español, hoy*. Madrid: Arco/Libros S.L., 2010, p. 93-181.
- MARTÍN ZORRAQUINO, María Antonia & PORTOLÉS LÁZARO, José. Los marcadores del discurso. In: BOSQUE MUÑOZ, Ignacio; DEMONTE BARRETO, Violeta (dir.), *Gramática descriptiva de la lengua española. Tomo III*. Madrid, Espasa, 1999, p. 4051-4213.
- MAZZARO, Daniel. “Sea como fuere”: un posible conector. In: *Anais do XIII Congresso Brasileiro de Professores de Espanhol: Integração de Culturas*. João Pessoa, 2009. P. 1-11.
- MONTOLÍO, Estrella. La teoría de la relevancia y el estudio de los marcadores discursivos. In: ZORRAQUINO, M. & MONTOLÍO DURÁN, E. (coord.). *Los marcadores del discurso: teoría y análisis*. Madrid: Arco/Libros, S.L., 1998, p. 93-119.
- MONTOLÍO, Estrella. *Conectores de la lengua escrita*. Barcelona: Ariel, 2001.
- NEBRIJA, Antonio. *Gramática de la lengua castellana*. 1492.
- OLIVEIRA, Mariangela Rios de. Categorias cognitivas em debate: a trajetória dos pronomes locativos no português. IN: LIMA-HERNANDES, Maria Célia (org). *Gramaticalização em perspectiva: cognição, textualidade e ensino*. São Paulo: Paulistana, 2010, p. 15-37.
- PENHAVEL, Eduardo. Sobre as funções dos Marcadores Discursivos. In: *Estudos Lingüísticos XXXIV*, São Paulo, GEL, 2005. p. 1296-1301. Disponível em <<http://www.gel.org.br/4publica-estudos-2005/4publica-estudos-2005-pdfs/sobre-as-funcoes-dos-mercadores-940.pdf? SQMSESSID=a38ffc79c82bcbe561e1c641326fd16c>>. Acesso em: 02 mar. 2008.
- PÉREZ-SALAZAR, Carmela. Datos para la historia de algunos marcadores de reformulación. In: GIRÓN ALCONCHEL, José Luis & BUSTOS TOVAR, José Jesus de. (coords.). *Actas del VI Congreso Internacional de Historia de la Lengua Española*. Madrid: Arco/Libros, S.L., vol. 3, 2006, p. 2839-2854.
- PORTOLÉS, José. *Marcadores del discurso*. Barcelona: Ariel, 1998a.
- PORTOLÉS, José. La teoría de la argumentación en la lengua y los marcadores del discurso. In: ZORRAQUINO, M. & MONTOLÍO DURÁN, E. (coord.). *Los marcadores del discurso: teoría y análisis*. Madrid: Arco/Libros, S.L., 1998b.

- PORTOLÉS, José. Dos pares de marcadores del discurso: *en cambio y por el contrario, en cualquier caso y en todo caso*. In: ZORRAQUINO, M. & MONTOLÍO DURÁN, E. (coord.). *Los marcadores del discurso: teoría y análisis*. Madrid: Arco/Libros, S.L., 1998c.
- ROJO, Guillermo & VEIGA, Alexandre. El tiempo verbal. Los tiempos simples. In: BOSQUE MUÑOZ, Ignacio; DEMONTE BARRETO, Violeta (dir.), *Gramática descriptiva de la lengua española. Tomo II*. Madrid, Espasa, 1999.
- ROSSARI, Corinne. *Les opérations de reformulation: analyse du processus et des marques dans une perspective contrastive français-italien*. Berne, Berlin, Francfort, New York, Paris, Vienne: Peter Lang, 1993.
- ROSSARI, Corinne. Pour une approche lexicale des relations de discours: l'exemple de *donc*. In: *Revue de Sémantique et Pragmatique*. n.5, 1999.
- ROSSARI, Corinne. *Connecteurs et relations de discours: des liens entre cognition et signification*. Nancy: Press Universitaires de Nancy, 2000.
- ROULET, E. Complétude interactive el connecteurs reformulatifs. In: *Cahiers de Linguistique Française*, n° 8, 1987. p. 111-140.
- ROULET, Eddy. *La description de l'organisation du discours: du dialogue au texte*. Paris: Didier, 1999.
- ROULET, Eddy. *De la nécessité de distinguer des relations de discours sémantiques, textuelles et praxéologiques*. Colloque international de l'Université d'Aarhus. Mai. 2001.
- ROULET, Eddy; FILLIETTAZ, Laurent; GROBET, Anne (avec la collaboration de Marcel Burger). *Un Modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours*. Bern: Peter Lang, 2001.
- SALGADO, Érika. *As construções concessivas no Português Brasileiro do século XIX*. Dissertação Mestrado Pós-Graduação em Filosofia e Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007.
- SCHIFFRIN, Deborah. *Discourse markers*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- VAN DIJK, A. Pragmatic connectives. *Journal of Pragmatics*. v. 3, n. 5, 1979, p. 447-456.
- VEZ, José Manuel. *Fundamentos lingüísticos en la enseñanza de lenguas extranjeras*. Barcelona: Ariel, 2000.

**ANEXOS:**

**ARTIGOS DE OPINIÃO EM  
PORTUGUÊS**

## Texto 1

São Paulo, quarta-feira, 15 de outubro de 2008

**RUY CASTRO**

### De volta aos cafundós

**RIO DE JANEIRO** - Nelson Rodrigues dizia que, se todos conhecessem a intimidade sexual uns dos outros, ninguém cumprimentaria ninguém. Onde não é boa política que, numa campanha eleitoral, um candidato se sente em cima do próprio rabo e fale do rabo alheio.

O que vai dito acima não se refere à estratégia da candidatura de Marta Suplicy para desmerecer a de Gilberto Kassab pela Prefeitura de São Paulo, perguntando se ele é casado e tem filhos -mas a algo ainda mais imoral que está acontecendo no Rio: a distribuição de panfletos apócrifos e ofensivos ao candidato do PV à prefeitura carioca, Fernando Gabeira, acusando-o de homossexual, drogado e ateu.

É chocante que, nas duas maiores cidades brasileiras, no século 21, partidos que se pretendem modernos ressuscitem práticas que ficariam melhor em eleições nos cafundós e grotas da República Velha. No caso de São Paulo, é de se perguntar se os milhares de eleitores petistas também solteiros e sem filhos não se sentirão respingados pela malícia abjeta da pergunta que seu partido pôs no ar.

Como moro no Rio, não tive o desprazer de ouvir a gravação, mas, pelo que me contaram, pode-se perceber a lascívia escorrendo pela boca encharcada do locutor, misturada com o veneno. **Seja como for**, essa peça de campanha faz parte da propaganda oficial do PT. Sabe-se quem a criou e quem a autorizou.

No Rio, os panfletos são anônimos, embora sua assinatura esteja apenas oculta por eclipse. Devem ser da mesma autoria de quem inoculou propaganda política a favor do candidato Eduardo Paes nos telões do Maracanã (que pertence ao Estado), no domingo último, ou de quem requisitou ao Secretário Estadual de Segurança a ficha policial de um militante de Gabeira. A carruagem ameaça reverter a abóbora antes da meia-noite.

CASTRO, Ruy. De volta aos cafundós. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 out. 2008. Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1510200805.htm>> Acessado em: 01 abr. 2010.

## Texto 2

São Paulo, sexta-feira, 18 de janeiro de 2008

**OTAVIO FRIAS FILHO**

### Mente fértil

UM DESERTO de homens e idéias: por muito tempo, o Brasil foi visto desse modo, aliás injustamente. **Seja como for**, o ministro de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, parece mais do que nunca disposto a ocupar esse deserto por conta própria.

Desembarcou na Amazônia nesta terça-feira, fumegando de propostas para a região. Impostos, educandários e aquedutos brotavam da sua mente fértil.

Por que não um aqueduto? Por que não vários? Transamazônicas líquidas, velozes, atravessavam as visões do ministro. Desembocariam no árido Nordeste. A teoria ungeriana é clara, límpida, desconcertante. "Numa região, sobra água, inutilmente. Na outra região, falta água, calamitosamente." Diante do torrencial igualitarismo do projeto, até a dispendiosa e polêmica transposição do rio São Francisco parece modesta. O que faria seu adversário mais célebre, frei Luiz Flávio Cappio, se confrontado com o portentoso mangabeiroduto? Houve quem considerasse sua greve de fome um ato comparável aos de um profeta do Antigo Testamento. Talvez ao religioso só restasse prosternar-se, contrito, diante das inspirações superiores de Mangabeira, ao mesmo tempo Moisés e faraó, Netuno e Curupira.

A ministra do Meio Ambiente guarda silêncio. A prefeita de Santarém lembra que antes dos aquedutos seria interessante prover de água encanada os domicílios da região.

Nosso Doutor Fantástico viajou em companhia de 35 assessores. O desperdício da missão só é menor do que o desperdício dos neurônios, certamente preciosos, do professor da Universidade Harvard.

FILHO, Otávio Frias. **Mente fértil**. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 jan. 2008. Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1801200802.htm>> Acessado em: 01 abr. 2010.

### Texto 3

São Paulo, segunda-feira, 09 de abril de 2007

**FERNANDO DE BARROS E SILVA**

## Política sinistra

**SÃO PAULO** - Não pode haver nada em comum entre o finado PFL e o partido da Democracia de Esquerda italiano -o DS (Democratici di Sinistra). Não podia. Assim como o PFL virou Democratas, o DS vai mudar de nome: entre 19 e 21 próximos, realiza em Florença seu congresso para formalizar a fusão com o Margherita, de origem católica, da qual nascerá o Partido Democrático - ponto. Adeus, "sinistra".

O herdeiro político do PC italiano, por muito tempo a maior e mais importante organização comunista da Europa, apagará a "esquerda" de sua identidade, sob os aplausos do primeiro-ministro Romano Prodi. Todos agora são "democratas".

Sim, é só uma coincidência. Mas a convergência inusitada entre "ex-comunistas" italianos e "ex-liberais" nativos rumo a um centro indiferenciado no espectro político fala algo à imaginação.

Não se trata de comparar alhos com bugalhos. A trajetória do antigo PCI está ligada ao reformismo social e à defesa da democracia, tendo às costas o fantasma do fascismo e à frente o palco da Guerra Fria.

Nossos Democratas nasceram da costela da ditadura, como dissidência da Arena, e muitos de seus líderes ainda são a memória viva do coronelato político. Nem o PCI era comunista à maneira soviética nem o PFL jamais foi liberal de verdade.

**Seja como for**, em ambos os casos, o esforço de "desideologização", a busca pelo lugar-comum democrático, sem maiores especificações, tudo enfim joga água no moinho dos que apostam na irrelevância crescente da política e no esgotamento dos partidos como catalisadores de demandas coletivas e veículos de transformação social.

Também a antiga esquerda européia vai se rendendo à pauta do individualismo possessivo, de matriz norte-americana. Aqui e acolá, os novos democratas são mais um epifenômeno do conservadorismo mundial que se propaga em ondas desde os anos 80. No Brasil, o pragmatismo sem remorsos nem medo de ser feliz do governo Lula exprime melhor que o DEM o que há de sinistro nessa nova política.

SILVA, Fernando de Barros e. Política sinistra. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 09 abr. 2007. Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0904200703.htm>> Acessado em: 01 abr. 2010.



## Texto 4

São Paulo, sexta-feira, 04 de abril de 2008

**ELIANE CANTANHÊDE**

### Também, pudera

**BRASÍLIA** - Pense bem. Se você fosse eleito presidente do Paraguai, iria ou não forçar uma renegociação do Tratado de Itaipu ou do preço da energia vendida ao Brasil, ou, no mínimo, uma flexibilização para vender o seu excedente da usina para quem bem entendesse?

Apesar de nuances, a resposta é sim no caso dos três candidatos à eleição do dia 20: o ex-bispo Fernando Lugo, à esquerda, o general da reserva Lino Oviedo, à direita, e Blanca Ovelar, da situação (do presidente Nicanor Duarte e do Partido Colorado, no poder há décadas).

Também, pudera. Evo Morales esbofeteou empresas brasileiras, e o governo ofereceu a outra face à Bolívia. A tática funcionou, abrindo um precedente: os países pobres batem, o Brasil cede.

Morales não só rompeu contratos com a Petrobras e com empresas privadas como usou o Exército para invadir refinarias brasileiras no país. Ele tem bons motivos para rever contratos injustos, mas nem sempre os fins justificam os meios -o uso militar passou dos limites.

**Seja como for**, funcionou a favor de Morales, da Bolívia e dos bolivianos. Eles conquistaram o fim almejado, e o Brasil mal reclamou dos meios usados. Renegociou, cedeu, a Petrobras continua no país e até amplia negócios por lá.

Negociações entre empresas e governos são diferentes de tratados binacionais, mas o script boliviano pode muito bem inspirar o Paraguai, que depende enormemente de Itaipu, o que significa depender enormemente (ou umbilicalmente) do Brasil. Lugo, Oviedo e Blanca já vieram a Lula, inclusive para preparar os espíritos brasileiros para o futuro enfrentamento.

Lula, aliás, se deixou fotografar pela imprensa com o general, mas não com o ex-bispo. Em política e em diplomacia, gestos dizem muito.

O de Lula pode indicar que o Brasil torce por Oviedo, jogando Lugo nos braços (e nos métodos) de Chávez e de Morales.

[elianec@uol.com.br](mailto:elianec@uol.com.br)

CANTANHÊDE, Eliane. Também, pudera. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 04 abr. 2008. Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0404200804.htm>> Acessado em: 01 abr. 2010.

## Texto 5

São Paulo, terça-feira, 29 de setembro de 2009

**MARCOS NOBRE**

### Partidos de massa

A ALEMANHA é um caso clássico no estudo de partidos de massa. Partidos que nasceram juntamente com a democracia de massas produzida na virada do século 19 para o 20. Tinham raízes sociais no movimento operário ou em movimentos de inspiração religiosa. Pretendiam representar grupos específicos, porém majoritários na sociedade.

A primeira grande mudança veio com o fim da Segunda Guerra Mundial. Na Alemanha Ocidental, um sistema partidário foi sendo sucessivamente modelado para produzir concentração partidária em lugar da fragmentação dos anos 1920, vista por muitos como uma das causas da ascensão do nazismo. Os partidos de massa se transformaram progressivamente em partidos populares, passando a buscar votos em todos os grupos sociais.

A Democracia Cristã (CDU) e os Social-Democratas (SPD) se fortaleceram. Com uma clara primazia da CDU, alternaram-se no poder. Mas construíram também uma base comum: uma sociedade do trabalho em que ser cidadão significava ter uma profissão e um emprego, em que o Estado era obrigado e se obrigava a garantir as condições básicas para que isso pudesse se concretizar.

Foi um mundo construído nas três décadas do pós-guerra. Mas que foi também seguido pelas últimas três décadas de neoliberalismo que o erodiram. E essa erosão da sociedade do trabalho na Alemanha levou também a um declínio das grandes majorias eleitorais, com uma pluralização de partidos médios e a produção de governos de coalizão cujo espectro tende a ser cada vez mais amplo.

O resultado é que a ideia mesma de partido de massa ou de partido popular se tornou problemática. A discussão ficou tão estranha que muitas análises passaram a propor critérios quantitativos para a definição, como obter mais ou menos de 30% da representação no Parlamento, por exemplo. Acontece que um partido popular se faz por seu programa e por seus objetivos, não por seus resultados.

**Seja como for**, é fato que uma nova mudança está em curso. Não parecem ser tendências de curto prazo apenas, nem parecem se restringir ao contexto alemão somente. O Brasil, por exemplo, parece estar mais uma vez na vanguarda desse processo, com a sabida diferença de não ter conseguido passar pela experiência de uma sociedade do trabalho ordenada e garantida pelo Estado para todos os cidadãos.

A atual crise econômica encerra uma etapa histórica. Não é diferente no caso do sistema partidário.

(O colunista encontra-se na Alemanha como "observador eleitoral" a convite do Serviço de Intercâmbio Acadêmico Alemão, DAAD).

[nobre.a2@uol.com.br](mailto:nobre.a2@uol.com.br)

NOBRE, Marcos. Partidos de massa. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 set. 2009. Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2909200906.htm>> Acessado em: 01 abr. 2010.

**ANEXOS:**

**ARTIGOS DE OPINIÃO EM  
ESPAÑHOL**

## Texto 1

Domingo 16 de noviembre de 2008

# Un mundo lleno de malas noticias

*Joaquín Morales Solá*

EL Fondo Monetario se fortalecerá en el futuro y, seguramente, también cambiará. La Argentina no entra en los planes actuales ni futuros del organismo. Palabras de Dominique Strauss-Kahn. El Banco Mundial confeccionó una lista con sus países prioritarios en América latina. La Argentina no figura en un lote de cinco naciones latinoamericanas. Documento oficial del organismo. Nadie llamó a Cristina Kirchner para coordinar posiciones en la reunión cimera de Washington sobre la crisis financiera internacional. Por el contrario, la Presidenta tuvo escollos insalvables para concretar reuniones bilaterales con los principales líderes mundiales que viajaron a Washington, salvo la perseverante excepción de Lula.

Dirigentes internacionales importantes, que conversaron en tiempos recientes con los gobernantes argentinos, se sorprendieron por el grado de desinformación e ideologización de los Kirchner. *La Argentina tardará mucho en recuperar la confianza*, pronosticó un altivo diplomático extranjero. El problema no es la economía, aunque también lo sea, porque el mundo está lleno de esos conflictos. El problema central es que cualquiera cree cualquier cosa sobre lo que el gobierno argentino podría hacer, hasta un eventual nuevo default. Afuera, muchos creen que la Argentina camina hacia ahí, segura.

Hay cosas que no se perdonan en momentos de convulsión universal. Una de ellas es, sin duda, que un país haya decidido echarle más leña al fuego en lugar de ayudar a sofocar el incendio. Es lo que los Kirchner hicieron cuando estatizaron los fondos de pensión y hundieron durante varios días a mercados bursátiles del exterior. Hay, además, una ausencia de instituciones cuando la agencia de recaudación impositiva convierte a los bancos en delatores de un servicio de inteligencia del Estado. En eso consistió una circular de la AFIP enviada a siete bancos para que le informen sobre las operaciones de depósitos, de plazo fijo y de apertura de cajas de seguridad.

La AFIP se ha convertido en el brazo armado de Guillermo Moreno. Es obligación del Estado tener información sobre el dinero que circula, pero no puede hacer de esa información una herramienta de extorsión. Más importante que todo eso es la audacia de hamacarse en la cornisa.

El sistema financiero argentino ha demostrado estar más sólido que lo que se creía: aguantó hasta ahora todas las balaceras a las que lo sometió el Gobierno desde que se asustó con la crisis financiera internacional. Se asustó con razón: el gobierno de los Kirchner deberá modificar políticas y relaciones en los próximos tiempos (con el Fondo Monetario, con Europa y con los Estados Unidos) o deberá enfrentar una fuerte recesión y el consecuente desempleo. Los tiempos de encendidas oraciones aislacionistas han concluido junto con la bonanza de la economía.

¿Podrán los Kirchner reconstruir las instituciones? Hay una formación política que actúa contra toda posibilidad de cambio. En un solo párrafo, Néstor Kirchner mostró la radiografía de su concepción republicana. Respondió a los periodistas que él no opinaba sobre las decisiones de la Corte Suprema porque es respetuoso de la división de poderes y porque tiene el cargo de presidente del justicialismo. El ciudadano Néstor Kirchner, y ahora es sólo eso, puede opinar sobre las resoluciones de la Justicia. Y el Partido Justicialista no forma parte, que se sepa al menos, de los poderes del Estado.

Kirchner no quiso hablar sobre la decisión de la Corte de declarar la libertad sindical porque simplemente la noticia lo hirió. El tribunal no sólo declaró inconstitucional un artículo de la ley sindical. También lo corrió al Gobierno por donde más le duele: le recordó que estaba desconociendo varios tratados internacionales sobre derechos humanos y sociales incorporados a la Constitución en 1994.

Hugo Moyano y Luis Barrionuevo son hijos también de una determinada formación. Para ellos, la conspiración forma parte de la vida y no sólo de la política. Creen que algún kirchnerista anduvo detrás del fallo de la Corte. En rigor, fue un dictamen de un secretario del tribunal, el de asuntos laborales, que todos los jueces firmaron sin hablar previamente entre ellos. Sólo Carmen Argibay no

emitió opinión. El propio procurador general, Esteban Righi, se pronunció en el sentido que lo hizo la Corte, pero respaldado en razones jurídicas más coyunturales, no en la definitiva inconstitucionalidad.

La Corte no ignoraba lo que estaba haciendo, pero prefirió hacerlo cuanto antes porque temió que una postergación de la resolución la sometiera a intensas presiones políticas y sociales. Punto. No hubo nada más que eso. Ningún gobernador ni legislador peronista objetó la decisión de los máximos jueces. Dos magistrados que firmaron la sentencia, Enrique Petracchi y Juan Carlos Maqueda, han militado en el peronismo, pero también han evolucionado hacia la comprensión de un sistema político y social más plural.

El ministro de Trabajo, Carlos Tomada, trató de morigerar el impacto cuando dijo que el tribunal había resuelto nada más que sobre los gremios estatales. No es cierto. El ar-tículo declarado inconstitucional se refiere a todos los sindicatos.

El Gobierno deberá ahora modificar la ley sindical. Ya hay movimientos en ese sentido de parte de senadores netamente kirchneristas. Serán seguramente mezquinos con la diversidad porque temen la reacción de los grandes gremios, a pesar de que Kirchner le dio a Moyano la administración de los monumentales recursos de las obras sociales.

Pero eso, el control de abundante dinero, es una de las dos condiciones indispensables para la conservación de la estructura sindical; la otra condición es el sindicato único, que acaba de tumbar la Corte Suprema. **Sea como fuere**, lo cierto es que el máximo tribunal mostró al trasluz la obsolescencia de un sistema construido hace ya 60 años.

Para peor, en el año próximo habrá elecciones y los gremios siempre han hecho su contribución, a favor o en contra. *Esto terminará a los tiros*, dramatizó un diputado peronista cuando imaginó el tratamiento de una nueva ley sindical.

Los sondeos oficiales para el año electoral no son buenos. Podría perder entre siete y nueve senadores del total de 15 peronistas que renovarán mandato. El oficialismo perdería, así, la mayoría absoluta de la Cámara Alta. En la Cámara de Diputados las cosas podrían ser más graves: ahí se renueva la mitad de la Cámara y se elegirán diputados en todas las provincias. En cambio, el Senado renovará sólo un tercio y comprenderá sólo a ocho provincias.

La oposición, a su vez, comienza a moverse en una dirección más sensata. El radicalismo y Elisa Carrió parecen haber entendido que no pueden repetir la experiencia de una extrema fragmentación. Los dos se reunirán con el socialismo dentro de diez días para avanzar en un acuerdo electoral. Un peronismo no kirchnerista empieza a despuntar en la concluyente Buenos Aires. Felipe Solá, Francisco de Narváez y Eduardo Duhalde urden una propuesta distinta de los Kirchner. Solá se irá mañana del bloque oficialista para integrar un interbloque de 20 diputados peronistas no kirchneristas. Primer paso.

Sindicatos, oposición y peronismo ya no serán como fueron para los Kirchner. La hostilidad política que asedia al matrimonio gobernante es más amplia que la de un mundo ciertamente desconfiado y glacial.

MORALES SOLÁ, Joaquín. Un mundo lleno de malas noticias. <b>La Nación</b> , Buenos Aires, 16 nov. 2008. Opinión. Disponible em: < <a href="http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=1070679">http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=1070679</a> > Acesoado em: 01 abr. 2010.
--

## Texto 2

Miércoles 2 de diciembre de 2009

Es necesario detener la desertificación provocada por el hombre

### La destrucción de nuestros suelos

*Alberto de las Carreras*

EN semanas recientes, la televisión y los medios gráficos han mostrado una sobrecogedora imagen de importantes regiones oscurecidas, en pleno día, por el polvo que arrastraba el viento en campos resecos, desnudos, después de tres años de desoladora sequía. Mucho más que el daño a los cultivos o la mortandad de ganado, en sí mismos muy trascendentes, lo que ocurre es una formidable pérdida de valor de nuestro capital máspreciado, la tierra fértil. Una corta frase, reiteradamente expresada por el norteamericano Hugh Hammond Bennet, considerado el padre de la conservación de los suelos de EE.UU. y del mundo, lo dice todo: "Una fina capa de la superficie del suelo es lo que yace entre nosotros y el desastre". Y esa capa es la que aquí está volando en la atmósfera, barrida por el viento con destino incierto e inútil, muy a menudo hacia el océano que nos rodea.

El hecho no es nuevo, aunque en el caso presente es de una intensidad que registra pocos antecedentes. Tres son los fenómenos lesivos de la capacidad productiva de nuestros suelos, a saber: la erosión eólica, que estamos viviendo con la intensidad antedicha; la hídrica, por el efecto de arrastre del suelo, agravado en casos de topografía irregular, y la provocada por la salinización en las zonas de regadío. Todas ellas han tenido lugar desde el nacimiento de la producción rural aquí y en el mundo.

Una experiencia inigualable al respecto ocurrió en EE.UU. durante la década de 1930 en las planicies centrales del país, con motivo de una larga sequía en el contexto de un monocultivo de trigo con métodos de labranza inadecuados. De pronto, en medio de fuertes vientos se formaron inmensas y densas nubes de polvo que cubrieron buena parte de las viviendas, soterraron automóviles y maquinarias y obligaron a los pobladores a sellar sus puertas y ventanas para sobrevivir. Se le llamó el Dust Bowl, Cuenca de Polvo en español, expresado habitualmente con mayúscula por considerarlo un desastre ecológico no conocido hasta entonces en este sector, y tampoco después.

Tal fue la situación emergente que gran cantidad de propiedades rurales fueron abandonadas, dando lugar a una emigración masiva hacia otros estados, del orden de los tres millones de personas. Una famosa novela titulada *Viñas de ira*, del escritor John Steinbeck, llevada al cine, dio testimonio de aquella masiva y trágica migración. El entonces presidente Franklin Roosevelt, bajo cuya administración tuvo lugar el famoso *New Deal*, decidió crear una rama de su administración destinada al desarrollo de programas conservacionistas, a cuyo frente puso al ya mencionado Hugh Bennet.

Se plantaron 200 millones de árboles, se crearon cuerpos especializados en la lucha contra la erosión, conducidos por expertos profesionales, se impulsaron sistemas de labranza amigables con el suelo, se propició la rotación de los cultivos, se sembraron pastizales y se desarrollaron sistemas de pastoreo, todo ello con adecuados recursos del erario público. Hoy, el *farm bill*, la ley agrícola norteamericana, mantiene programas de conservación en zonas de riesgo de erosión.

En nuestro país la preocupación por la conservación de los suelos cobró impulso con la fundación del INTA, en 1956, y de los grupos Crea, a partir de 1957, actualmente con 192 grupos activos que cubren 4 millones de hectáreas. En estas instituciones brillaron los ingenieros agrónomos Guillermo Covas y Jorge Molina, quien, con la participación de Carlos Sauberan, creó la Asociación de Amigos del Suelo. Sus ideas y las de quienes los acompañaron y sucedieron dieron lugar a un impetuoso movimiento representado por la Asociación Argentina de Productores de Siembra Directa (Aapresid), destinada a perfeccionar y difundir el sistema de siembra directa, consistente en una modificación de los métodos de labranza basados en incorporar los rastrojos al suelo de manera de lograr la formación de humus, componente vitalizador del suelo.

La complementación de la siembra directa con la rotación de los cultivos y su fertilización ha obtenido ganancias sustanciales de rendimientos, reducción de costos y mayor retención de la humedad, factor decisivo en épocas de sequía. En los relativamente pocos años desde la fundación de esta entidad se ha logrado cubrir, con este sistema, unas 25 millones de hectáreas de cereales y

oleaginosas, de las 30 millones que se cultivan en el país. La siembra directa ha desterrado el uso del tradicional arado, transformado virtualmente en una pieza de museo.

Lo que estamos viendo hoy en los campos del extremo sur bonaerense es la transformación de un suelo de por sí frágil en médanos, verdaderos desiertos donde esa fina capa de suelo fértil desapareció. La arena subyacente arrastrada por el viento se fue acumulando ante cualquier obstáculo, por ejemplo los alambrados, que entonces dejaron de cumplir esa función, permitiendo el paso de animales de un potrero a otro, vagando en busca de alimentos que habitualmente no encuentran. El partido de Patagones, poblado anteriormente con 490.000 cabezas vacunas, aloja hoy sólo 170.000. La diferencia migró hacia otras regiones, alimentó la faena o bien murió en su desesperada búsqueda de alimentos o agua para beber. No se limita a esta región el descalabro comentado. En la provincia de Córdoba, el lecho seco del lago San Roque es motivo de variadas actividades deportivas. El polvo vuela también en una vasta zona cordobesa, en el oeste bonaerense y también en La Pampa y el norte patagónico.

El cambio climático sería la causa de alteraciones del régimen de lluvias, acompañadas por frecuentes granizadas, de cambios de las temperaturas reinantes y de la fuerza de los vientos transformados en armas destructivas. Lo más arriba descripto no es sin embargo novedoso, como lo muestra el Dust Bowl o, entre otras, las erosiones que describió Florentino Ameghino en Sequías e inundaciones en la provincia de Buenos Aires. O también la expansión de los desiertos que pueblan el planeta, como es, por ejemplo, el caso de la expansión del Sahara, fruto amargo de la insensata actividad de sus pobladores. Se verá si la Conferencia del Cambio Climático aporta esperanzas de frenar los desequilibrios mencionados.

**Sea como fuere**, resulta imperativo detener la devastación de nuestros suelos, haciendo, a nuestra manera, con métodos e ideas propios, lo que hizo el gran país americano hace tres cuartos de siglo. La desoladora experiencia que azotó a esa nación no sólo sirvió a ese país, sino a todos en el mundo. El formidable capital que representa nuestra tierra no puede quedar expuesto a la reiteración e intensificación de tormentas y meteoros que se llevan esa invaluable riqueza. El Estado y los privados deben ser socios de este convocante esfuerzo conservacionista y reparador de lo dañado por esta sequía, por otras anteriores y por desacertadas e indiferentes actitudes del pasado.

Los productores están mostrando, en Crea y Aapresid, su voluntad y esfuerzo. El INTA también. El Estado tiene obligaciones adicionales. Por un lado, deberá disponer de programas de conservación dotados de importantes recursos humanos y económicos para situaciones de emergencia, que hasta ahora han sido insuficientes y pobremente administrados. Por otro, el Gobierno deberá recomponer su relación con los productores, abandonando actitudes confrontativas y excesos tributarios que en nada contribuyen a la armonía indispensable para el desempeño de una organización de fines tan importantes como los mencionados. © La Nación

**El autor es miembro de la Academia de Agronomía y Veterinaria**

CARRERAS, Alberto de las. La destrucción de nuestros suelos. **La Nación**, Buenos Aires, 02 dez. 2009. Opinión. Disponible em: <[http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota\\_id=1206533](http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=1206533)> Acessado em: 01 abr. 2010.

### Texto 3

Sábado 27 de octubre de 2007

Rigurosamente incierto

## Veda y recogimiento

*Por Norberto Firpo*

Estamos en momentos de veda. Por fin caducaron los actos proselitistas, consumados a razón de un pebete de mortadela por individuo dispuesto a batir palmas tras cada párrafo de un discurso henchido de esplendorosas promesas.

Nadie puede hoy salir a la calle y vociferar ditirambos a favor o en contra de tal o cual candidato, so riesgo de que la justicia electoral lo considere desacatado y le imponga diez días de trabajo comunitario, acaso rasqueteando paredes sumidas en el enchastre de la propaganda política.

Por si alguien no lo sabe, la veda no comprende determinados regocijos íntimos –tan propicios en un día de virtual holgazanería– en tanto no vulneren preceptos religiosos y no aparezca algún otro comedido impedimento.

Hoy y hasta ya entrada la noche de mañana son jornadas de recogimiento cívico, de conciencias puestas a pensar en el futuro de la patria, en el presente de Natalia Oreiro y en la abundancia de ingenuas ilusiones que no encontrarán la salida del cuarto oscuro y padecerán eterna claustrofobia.

Al respecto, el filósofo folklorista Yamandú Peribáñez dice lo siguiente: “Con el propósito de graduarme de hechicero jefe de la etnia de los chischifos, he presentado una tesis que trata, precisamente, sobre la madurez política del pueblo argentino. Exalto allí las excelsas virtudes que caracterizan al ciudadano promedio, entre ellas su disposición a meditar largamente, quizá durante meses, antes de decidir a quién dispensará su adhesión cada vez que la ley suprema lo convoca a renovar autoridades”.

Peribáñez destaca allí que, salvo contadas excepciones, los argentinos manifiestan reverencial respeto por los derechos del prójimo, son devotos del orden social, se oponen tenazmente a toda alteración de la tranquilidad pública, preservan el bienestar general aun a expensas de conveniencias personales... “Y si alguno –subraya– infringe esas normas, ¡zácate!, una justicia rápida y eficiente lo pone en vereda.”

La comunidad chischifa habita los faldeos del Tupunguista y las riberas del Carcarañoqui, y en esas orillas una junta de notables, presidida por el cacique Tuyutí Calandraca, analizó anteayer la tesis de Peribáñez. Conclusión: fue bochado e incluso se le negó el rango de hechicero adjunto, acaso porque siendo ermitaño y misógino era el único miembro de la tribu abonado a los beneficios que el Gobierno dispensa a jefes y jefas de familia con necesidades básicas insatisfechas. Recluido en su bungalow, en la zona elegante del Carcarañoqui, el filósofo guarda prudente silencio, así aconsejado por Luis D’Elfa. **Sea como fuere**, su tesis sigue en pie: es leída para jolgorio de la tribu.

<p>FIRPO, Noberto. Veda y recogimiento. <b>La Nación</b>, Buenos Aires, 27 out. 2007. Opinión. Disponible em: &lt;<a href="http://www.lanacion.com.ar/956813">http://www.lanacion.com.ar/956813</a>&gt; Acessado em: 01 abr. 2010.</p>
--



## Texto 4

Viernes 17 de julio de 2009

Epidemia de la exclusión

### La peste que humaniza

*Alicia Dujovne Ortiz*

"Quiero expresar, a través de la peste, el ahogo que hemos sufrido y la atmósfera de amenaza y de exilio en la que hemos vivido. A la vez quiero ampliar esta interpretación y relacionarla con la noción de existencia en general."

Estas palabras fueron escritas por Albert Camus alrededor de 1942 y forman parte de las notas que el autor fue tomando para la escritura de su célebre novela *La peste*, publicada en 1947 con un inmenso éxito, y no precisamente de estima: sólo en francés, y sin contar las innumerables traducciones, el libro lleva vendidos cinco millones de ejemplares.

La cifra no parecería asombrosa en un mundo de *best sellers* prefabricados, pero lo es si se consideran la escritura objetiva y escueta elegida por Camus y, sobre todo, el tema: una crónica de la peste que estalla en la ciudad argelina de Orán, colonia francesa, a principios de los años 40.

Por algún motivo, el público lector ha encontrado en este libro una metáfora de esa atmósfera hecha de amenaza y exilio en la que, lo perciba o no, transcurre buena parte de su vida. Algo se les habrá removido adentro a los franceses, justo después de la guerra, para que la historia de una peste, sobrevenida en un lugar para ellos tan poco interesante como Argelia, les pegara tan duro.

Esa historia, como el propio Camus lo hace notar con ironía, no puede ser más simple. Orán es una ciudad portuaria, comerciante y despreocupada (todo parecido con Buenos Aires es meramente accidental). Una ciudad más bien fea y bastante común, donde los acontecimientos dramáticos no parecen estar en su verdadero sitio. La realidad de sus habitantes es otra, o así lo creen, hasta que las ratas comienzan a morir. Hasta ese momento, su vida cotidiana se ha compuesto de un cúmulo de distracciones. El proceso que insensiblemente se va cumpliendo a partir de la primera muerte implica aceptar que las cosas se han dado vuelta: ahora, lo natural es el microbio, mientras que la salud, la integridad, la pureza, son obra de la voluntad. El habitante de una ciudad apestada no puede distraerse, porque el mal está en todos y cada uno lleva la peste en sí, de modo que quien se distrae se contagia y contagia al otro.

La peste produce dos actitudes opuestas. Algunos se entregan a ella considerándola un merecido castigo divino, mientras que otros, los que no se distraen, reencuentran su dignidad por medio de la solidaridad y la rebelión. Pero tanto unos como otros conocen la experiencia de la separación. Ya no es posible encontrarse, ni verse, ni tocarse.

Más que la peste en sí, el gran tema de la novela es la soledad forzosa, el exilio en la propia casa. Camus, que se inspiró para escribirla en la famosa conferencia sobre el teatro y la peste pronunciada en 1938, en la Sorbona, por aquel desollado vivo que fue el poeta Antonin Artaud, había pensado en titularla *Los exiliados de la peste*, o, más sencillamente, *Los exiliados*. Esto significaba que la idea subyacente no era otra que la ausencia, y que sufrir la peste equivalía a emigrar sin hacer las valijas, a desprenderse de sus costumbres más entrañables para instalarse en esa tierra de nadie que es el destierro.

Más allá de la peste viral o microbiana, el tema es universal en la medida en que, como dice Camus, el miedo al dolor, a la muerte, al encierro, a la imposibilidad de comunicarse es lo que al hombre le ha tocado, a menos que reaccione con un impulso generoso.

Pero Camus tampoco exalta ingenuamente la capacidad de reacción: conservar la lucidez en medio de multitudes que pasan de la distracción al pánico es lo más fatigoso y, finalmente, lo que conduce a morir -digamos a bien morir-. Los héroes de esta novela no terminan triunfantes como los buenos de una película norteamericana, sino muertos, sólo que con un agregado que Camus encuentra fundamental: el sentido ético permanece intacto.

Imagen pesimista -pero no desmoralizadora- de nuestra existencia, *La peste* es una obra de referencia del siglo XX, que tantas epidemias, en un sentido amplio, ha suscitado. Su mensaje, expresado del modo menos retórico posible, es que el exilio es característico de lo humano, si no esencial. Sólo al desprendernos de nuestras falsas seguridades, de nuestra indiferencia, adquirimos la condición de persona. Paradójicamente, a los exiliados de la peste, solos y separados, se les ofrece la ocasión de compartir el sufrimiento de todos y hasta de aliviarlo un poco.

La universalidad del tema, que explica el éxito inusual de una novela tan poco seductora, también tiene que ver con la memoria. De las siete plagas de Egipto a la peste bubónica -pasando por la fiebre amarilla y por el cólera, que diezmo la población del barrio Sur, en Buenos Aires, a fines del siglo XIX-, las fiebres, los granos purulentos, la horrible mueca de los cadáveres han quedado ahí, heredados, agigantados por los fantasmas de épocas pasadas que de repente vuelven.

De ahí quizá la celeridad con que muchos, en la Argentina de hoy, se han instalado en viejos rituales de defensa, como si el recuerdo del lazareto estuviera tan fresco que el gesto para defenderse también permaneciera al alcance de la mano. Es que la llaga sigue abierta y el temor invade todavía las historias de familia. Hacia 1870, una de mis bisabuelas, genovesa, que a pesar de serlo se pescó el cólera, fue aislada por su marido, que era marino, a bordo de su barco fondeado en San Fernando, para salvarla de ese lazareto que resumía todo lo temible: la peste y los negros. Los que morían no podían ser los honrados vecinos, sino la morenada de San Telmo. Había que aislarse de su contacto como fuera, porque la peste eran ellos.

La segunda actitud, que parece contradecir la anterior pero que no la elimina, puesto que es su contracara, consiste en no creer: a pánico excesivo por un lado, excesivo descreimiento por el otro. Al menos en un principio, antes de que se hicieran oír los primeros estornudos, muchos argentinos nos hemos dicho lo mismo que muchos argelinos de Orán: que eso no puede pasarnos a nosotros porque vivimos en una ciudad normal, moderna y civilizada, y que, en consecuencia, hay que buscar al culpable entre los organizadores del complot, léase quienes inflan la noticia para vender diarios o quienes liberan el virus de sus probetas para vender Tamiflu. **Sea como fuere**, si peste hay, entonces evidentemente la nuestra es otra, nos decimos; nunca como la mexicana, porque nosotros somos blancos, limpios, comemos bien, y las cosas terribles suceden en sitios tan lejanos como ese otro país que fue San Telmo en el tiempo de mi bisabuela.

Todo lo cual nos lleva siempre al mismo punto: el diferente, ese que es pobre y que se apesta porque lo es. Un punto que en la novela de Camus aparece de lado, porque su tesis no es social sino existencial, pero que en la peste real en la que se basó no fue un dato menor: la mayoría de las muertes que efectivamente se produjeron tuvieron lugar en los barrios musulmanes, o sea, entre los "sectores carenciados", como lo susurramos hoy con un pudor expresivo digno de mejor causa.

Peligroso pudor que nos impide enfrentar la realidad, por lo menos diciéndola: entre nosotros, la mayoría de las muertes tienen lugar en ese otro país extranjero llamado conurbano, donde no se es blanco -porque el país arrastra la tara de su autoxenofobia- ni limpio -porque las montañas de basura no lo permiten- ni se come lo bastante en vista de lo anterior.

Ya con la peste del verano, la del dengue, que se borró gracias al frío, pero que se sigue gestando en los charcos putrefactos alrededor de la ciudad, hasta que los próximos calores la reanimen, se incurrió en la riesgosa, o criminal, delicadeza de afirmar que el mosquito no prefería los sitios de la miseria. Ahora, con la gripe porcina, tampoco se levanta la perdiz con suficiente franqueza.

Miedo del otro, del miserable, del negro, del animal. La peste evoca siempre a la bestia inmundada de la cual ansiamos desembarazarnos, porque nos muestra una imagen bochornosa de nosotros mismos. Alude a la impureza, la maldad, la mugre, el pecado, y también la corrupción, la maligna intencionalidad -todo lo que conduce a la búsqueda del chivo expiatorio-.

Nos parece indigno y ridículo morirnos de una enfermedad de ratas, cerdos, aves, mosquitos, vacas locas o, por qué no confesarlo, gente rotosa. La plaga humillante nos enclaustra en la soledad impoluta de nuestras casas, renovando antiguos terrores y vergüenzas: la Inquisición sabía lo que hacía cuando colocaba máscaras infamantes, de hierro, con orejas y trompa de cerdo o burro, a los condenados por su diferencia: judíos, brujas, herejes, homosexuales u otros, todos los otros.

Sólo con un movimiento de lucidez o, como dice Camus, con un esfuerzo para no distraernos, se logrará el remedio, que nunca será eficaz si se sigue negando que las primeras víctimas son las de siempre. No hay Tamiflu que actúe ni barbijo que salve cuando se vive encima de un basural. Si el dengue y esta influenza de marranos (que parece reavivar la memoria de las hogueras purificadoras en la España renacentista) logran hacer admitir que la erradicación del microbio debe ir de la mano con la de la exclusión, entonces podremos concebir una peste que nos vuelva humanos.

DUJOVNE ORTIZ, Alicia. La peste que humaniza. **La Nación**, Buenos Aires, 17 jul. 2009. Opinión. Disponible em: <[http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota\\_id=1151221](http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=1151221)> Acessado em: 01 abr. 2010.

## Texto 5

Domingo 22 de noviembre de 2009

### Extorsiones de un monarca

*Por Joaquín Morales Solá*

Ningún ministro lo recibirá hasta que no lo autorice la política. Aníbal Fernández, jefe de Gabinete, lo notificó así sobre los códigos internos del poder al extenuado gobernador electo de Corrientes, Ricardo Colombi. ¿Y quién es la política?, preguntó el radical Colombi. Néstor Kirchner, le respondió Fernández, seco y tajante. Comenzó con ese diálogo uno de los casos más sorprendentes de travestismo político de los últimos tiempos, expresión diáfana de una manera de gobernar. El *caso Colombi* devela muchos otros desenfrenos de un poder desesperado en la hora de su crepúsculo. El método de la extorsión, en primer lugar. Víctimas de la extorsión han sido en días recientes líderes opositores, legisladores, empresarios y medios periodísticos. El resultado de esa extorsión masiva no fue malo para el Gobierno, pero todavía hay quienes resisten.

La política de ahora tiene también la dosis más alta de genuflexión que se haya visto en el vertical peronismo, ya sin Perón. ¿Qué hacían el jueves en Chubut cinco gobernadores al lado de Néstor Kirchner, perpetrando una venganza personal del mandamás contra el gobernador chubutense, Mario Das Neves? ¿Qué hacían como cortesanos de un monarca sin corona, derrotado e impopular? Kirchner ni siquiera es todavía presidente del justicialismo.

Colombi llegó a Aníbal Fernández después de tocar sin suerte la puerta de todos los ministros. Nadie lo atendió. Su provincia, Corrientes, no tiene dinero para pagar los sueldos de la administración. La breve y práctica lección del jefe de Gabinete lo depositó al gobernador electo en la residencia de Olivos. Salió de ahí diciendo que votaría a cualquier Kirchner (matrimonio o hijos, se supone) en las próximas presidenciales. Luego pudo hacer, por fin, un paseo por despachos ministeriales (Julio De Vido y Amado Boudou lo recibieron en el acto); concluyó su feliz excursión frente a la propia Cristina Kirchner.

Colombi merece un párrafo aparte. La necesidad política no debe ser incompatible con la dignidad personal. La indignidad que cometió (y que comprometió seriamente a su partido, el opositor radicalismo) lo exhibió como un dirigente político ciertamente marginal. Hace poco reclamó el apoyo de toda la estructura del radicalismo para ganar la gobernación, pero terminó contrayendo nupcias con el propio Kirchner. Alguien debería pedirle disculpas a Borocotó; su inexplicable brinco en 2007 fue, después de todo, el de un diputado más entre tantos que brincan más que él.

El sistema federal está destruido, según la prueba de Colombi. Un hombre sin cargos ni responsabilidades, Néstor Kirchner, es el que decide cuántos recursos, y cómo, recibirá cada una de las provincias. La política parece impotente para romper el círculo vicioso que canjea extorsión por disciplina. Quizás es el momento de que otra instancia (la Corte Suprema de Justicia es la única) restituya una idea del federalismo constitucional y contribuya a romper aquel círculo.

La propia institución presidencial termina seriamente desgajada cuando la instancia decisiva de "la política" no es la Presidenta, sino la sombra de su esposo. El sistema político resultó más arruinado que antes después de que Colombi decepcionara a todos sus votantes, que lo eligieron en nombre de proyectos opositores. Colombi no fue nunca un dirigente central de la política argentina, pero ¿conoce la gente común esos matices? El gobernador electo tenía un solo camino digno: denunciar el método extorsivo del Gobierno y negarse a asumir la gobernación en tales condiciones. No lo usó.

Hay otras extorsiones. Guillermo Moreno encontró un aliado imprevisto para su dura y brutal gestión destinada a desestabilizar Papel Prensa. Ese aliado es el presidente de la Bolsa de Comercio, Adelmo Gabbi, quien siempre está un paso atrás del secretario de Comercio para presionar a la empresa que abastece de papel a gran parte del periodismo gráfico argentino. Moreno ya sacó de la administración al anterior titular de la Comisión Nación de Valores, Eduardo Hecker, y al ex jefe de la Sindicatura General de la Nación, Carlos Pacios, porque ninguno de los dos lo acompañó en su ofensiva final para derrumbar a Papel Prensa. Gabbi es, en cambio, funcional a la maniobra que aquellos dos ex funcionarios habían rechazado.

**Sea como fuere**, hubo tres días recientes en los que funcionarios de la Bolsa (Papel Prensa cotiza en Bolsa) hicieron una larga y pormenorizada inspección en la empresa. Fue la primera inspección de la Bolsa a Papel Prensa en toda la historia de ésta. Mientras hacían la inspección, innominadas llamadas telefónicas les indicaban a los inspectores qué cosas debían pedir. Hurgaron desde los movimientos diarios de IVA por compras y ventas hasta los libros referidos a sueldos y jornales. No existe ninguna denuncia sobre nada, en ningún lado, contra Papel Prensa.

Los propios síndicos del Estado se negaron a entregarles documentación que no era necesaria para la tarea que los inspectores decían cumplir. Los síndicos fueron despedidos poco después por orden de Moreno. En la tarde del viernes, la Bolsa envió otro requerimiento a Papel Prensa con absurdos reclamos. Moreno quiere que el Estado tome el control de la empresa papelera a cambio de nada. Es notable, sin embargo, que sea la Bolsa de Comercio la institución que mejor lo ayuda en sus aprietes. ¿No estaremos, además, ante un nuevo índice de "riesgo país" (el de una Bolsa funcional a la prepotencia de Moreno) para cualquier empresa que quiera invertir en la Argentina?

Todo se desmantelaría en un solo instante si LA NACION y Clarín, los principales dueños de Papel Prensa, aceptaran la *colombización* de sus páginas, aunque el precio sería insoportable: deberían entregar en Olivos la libertad del periodismo. Colombi fue un misil contra la estabilidad del radical Julio Cobos, el presidenciable mejor ubicado en las encuestas actuales. Mauricio Macri estaba derrapando seriamente cuando Aníbal Fernández acudió presuroso, sin quererlo desde ya, en su ayuda. ¿Qué mejor pergamino para alguien con ambición presidencial opositora que el acoso explícito del kirchnerismo? Es más valioso ese odio del oficialismo que las explicaciones que Macri nunca dio sobre el misterioso sistema de escuchas telefónicas en su policía.

La intervención de los teléfonos es una epidemia en la Argentina. Los comisarios macristas Palacios y Chamorro son hombres formados en la Policía Federal y tenían una agencia de seguridad que hacía investigaciones sobre la vida pública y privada de dirigentes. ¿No es la misma Policía Federal la que termina tercerizando en empresas privadas, aunque a cargo de personas de su confianza, el sistema de escuchas telefónicas? Chamorro, sobre todo, fue oficial en actividad de esa fuerza hasta hace poco tiempo. ¿Podía desconocer la Policía Federal que uno de sus comisarios andaba en tales correrías?

La SIE (la anterior SIDE) no se queda atrás en esa competencia por quién escucha mejor y más rápido. Por eso resulta hasta irónico por su duplicidad que Aníbal Fernández le haya pedido la renuncia a Macri por las escuchas de la policía de éste, cuando el gobierno nacional y la policía de Aníbal son viejos adictos de la información que surge de las conversaciones telefónicas privadas. Macri le debe todavía a la sociedad una explicación sobre sus problemas con la policía y sobre la información mal habida, aun cuando la ansiedad kirchnerista por destruirlo le haya abierto la puerta de la victimización.

Semejantes grescas de cantina están hundiendo a la política en un peligroso limo. Kirchner dispara sobre Cobos, sobre Macri y, en última instancia, sobre él mismo. ¿No está preparando acaso el escenario perfecto para que regrese aquella arbitraria cacofonía social que exigía que se vayan todos?

MORALES SOLÁ, Joaquín. Extorsiones de un monarca. **La Nación**, Buenos Aires, 22 nov. 2009. Opinión. Disponible em: <[http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota\\_id=1202731](http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=1202731)> Acessado em: 01 abr. 2010.

Só um beijo vai calar  
Esse coração  
Que insiste em dizer não  
E me faz amanhecer  
Sozinho  
Sem o teu carinho  
Amor, vem me buscar.

Só o tempo irá dizer  
Se é mesmo a razão  
Que vai falar mais alto  
Ou será que eu vou te ter  
Mais cedo?  
Você já sabe o meu segredo  
Pra sempre vou te amar

Se você voltar  
Tudo vai valer  
Você pode até duvidar  
Mas seja como for  
Não tem como esse amor morrer.

*(Ramon Cruz / Ivete Sangalo)*